



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0068T/17	DATA: 14/03/2017	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 20h53min	PÁGINAS: 107

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALBERTO ARENAS DE MESA - Doutor em Economia e ex-Ministro da Fazenda do Chile e Professor de Faculdade de Direito da Universidade de Toronto.
ARI KAPLAN - Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Toronto.
ARTHUR BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB - Doutor em Direito Previdenciário e professor na Universidade Federal de São Paulo — UNIFESP.
CARLOS GARAVELLI - Diretor do Centro de Ação Regional da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social para o Cone Sul — OISS.
GIUSEPPE LUDOVICO - Professor em Direito Previdenciário da Universidade de Milão.
HEINZ P. RUDOLPH - Economista, financeiro e líder no Banco Mundial.
SOLANGE CAETANO - Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Estado de São Paulo — SEESP.

SUMÁRIO

Seminário Internacional *Experiências na Previdência Social*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve manifestação em espanhol com tradução simultânea.
Houve manifestação em inglês com tradução simultânea.
Há falha no áudio da tradução simultânea.
Há falhas na gravação.
Há palavra ou expressão ininteligível.
Houve intervenções inaudíveis.
Houve intervenções ininteligíveis.
A tradução das manifestações em língua estrangeira não é da responsabilidade do Departamento de Taquigrafia, que, no caso, faz o registro do que dizem os intérpretes.



O SR. COORDENADOR (Marcos Serra) - Senhoras e senhores, muito boa tarde! Solicitamos a todos os presentes que façam a gentileza de ocupar os seus lugares e de desligar os seus aparelhos celulares ou colocá-los no modo silencioso.

Sr. Heinz Rudolph, se estiver presente no auditório, por gentileza, peço que faça contato conosco.

(Pausa prolongada.)

O SR. COORDENADOR (Marcos Serra) - Senhoras e senhores, boa tarde! Solicitamos a todos que ocupem os seus lugares e que façam a gentileza de desligar os seus aparelhos celulares ou colocá-los no modo silencioso. *(Pausa.)*

Senhoras e senhores, muito boa tarde! Tem início a cerimônia de abertura do Seminário Internacional *Experiências na Previdência Social*, promovido pela Comissão Especial da Reforma da Previdência da Câmara dos Deputados. O seminário busca analisar o tema da Previdência. Como o assunto vem sendo abordado em outros países, o objetivo principal é agregar conhecimentos e experiências ao estudo da reforma da Previdência proposta pelo Poder Executivo Federal, para aperfeiçoamento do texto.

O evento conta com a participação de diversos especialistas de vários organismos e instituições internacionais, como Canadá, Chile e Itália, além de representantes do Brasil.

Vamos neste momento compor a Mesa de honra do Seminário Internacional *Experiências na Previdência Social*.

Convidamos para assumir a Presidência da Mesa o Presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, o Deputado Carlos Marun.

Convidamos para compor a Mesa o Sr. Alberto Arenas, doutor em Economia e ex-Ministro da Fazenda do Chile *(palmas)*; o Sr. Ari Kaplan, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Toronto, Canadá *(palmas)*; o Sr. Arthur Bragança, doutor em Direito Previdenciário e Professor na Universidade Federal de São Paulo — UNIFESP *(palmas)*; o Sr. Carlos Garavelli, Diretor do Centro de Ação Regional da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social para o Cone Sul — OISS *(palmas)*; o Sr. Giuseppe Ludovico, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da Universidade de Milão, Itália *(palmas)*; e o Sr. Heinz Rudolph, economista financeiro líder no Banco Mundial. *(Palmas.)*



Senhoras e senhores, convidamos todos os presentes a se colocarem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(É entoado o Hino Nacional.)

O SR. COORDENADOR (Marcos Serra) - Senhoras e senhores, neste momento, passamos a palavra ao Presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, o Sr. Deputado Federal Carlos Marun, que fará a coordenação dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Boa tarde a todos e todas.

Saúdo especialmente os senhores palestrantes, que concordaram em se deslocar de longe, de seus países, para virem ao Brasil contribuir para que tomemos as decisões corretas e necessárias neste momento ímpar que vive o nosso País. Então, sejam todos os senhores bem-vindos. O Brasil lhes é grato por esta contribuição.

Agradeço também a todos e todas que aqui estão nos prestigiando com suas participações neste debate.

A Comissão tem sido democrática. Todas as correntes de pensamento em relação ao tema estão podendo se expressar. Ao final deste processo de contribuições externas, nós Deputados e Deputadas queremos ter uma convicção absoluta a respeito das decisões que tomaremos.

Hoje, teremos a contribuição das experiências de países que viveram ou vivem processos semelhantes ao que estamos vivendo. Trata-se, no meu modo de ver, de um dos mais importantes momentos da existência da nossa Comissão. Por isso, eu destaco a necessidade de que aproveitemos ao máximo as contribuições que esses cidadãos — e tenho certeza — podem nos oferecer.

Neste primeiro bloco, ouviremos cada um dos expositores da mesma forma, sem apartes, por um tempo base de 20 minutos. Na sequência, vamos ouvir perguntas de Parlamentares e de cidadãos que aqui se encontram.

Os Parlamentares não disporão do tempo da Liderança — trata-se de um seminário, não de uma audiência pública —, mas terão tempo de fazer suas indagações. Considerando a necessidade de ouvirmos os visitantes, eu, de pronto, solicito que as manifestações sejam mais no sentido de retirada de dúvidas e busca de informações do que no sentido da defesa de propostas, já que, para isso, nós



temos as audiências públicas que realizamos na Comissão e as discussões que faremos no devido tempo.

Então, ao tempo em que agradeço a presença na Mesa dos senhores palestrantes, concedo a palavra ao Sr. Alberto Arenas, Doutor em Economia e Ex-Ministro da Fazenda do Chile, pelo prazo de 20 minutos.

Eu não sei se o senhor trouxe apresentação para ser projetada no *data show*.
(*Pausa.*) Estando tudo acertado, vamos em frente.

(*Pausa prolongada.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos instrumentos de tradução simultânea à disposição de todos na entrada principal.

Concedo a palavra ao Sr. Alberto Arenas de Mesa.

O SR. ALBERTO ARENAS DE MESA - (*Manifestação em espanhol. Tradução simultânea.*) - Boa tarde a todos! É um prazer estar no Parlamento brasileiro participando do sistema de pensões, experiências internacionais e seminários.

Quero agradecer o convite que me foi feito pelo Deputado Carlos Marun. Peço desculpas por não falar português. O meu espanhol é muito melhor, portanto, minha apresentação será em espanhol.

Obviamente que a agenda que tenho aqui e a minha apresentação estão em português. Vou falar um pouco mais devagar, porque, eu falando mais devagar, é como se eu estivesse meio portunhol e meu portunhol é também um pouco ruim.

Vou falar, inicialmente, sobre as reformas previdenciárias na América Latina, e, depois, passaremos ao debate da reforma da Previdência também na América Latina. Vou comentar um pouco sobre a reforma que aconteceu no Chile, em 2008, e, depois, finalizarei com as boas práticas para uma reforma da Previdência.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Na América Latina, durante os últimos 25 anos, houve 11 países da região que realizaram reformas estruturais dentro dos seus sistemas de Previdência. Nos últimos 10 anos, entre 2008 e 2017, 23 países revisaram sua reforma: Argentina, em 2008; Chile e Bolívia, em 2010. Basicamente a tendência regional dessas últimas reformas, nos últimos 10 anos, foi avançar rumo a uma solidariedade do sistema para uma maior participação do Estado.



Nesse grupo de países da América Latina o que existe é um sistema público de repartição, o qual é destacado nesse projeto de lei de reforma da Previdência que está em andamento aqui no Brasil.

Aqui vocês podem observar os diferentes países com diferentes reformas e seus anos e também os tipos de modelos. Na verdade, não existe um único modelo nessas regiões, há diferentes modelos que vão substituindo um e outro, e também outros que estão misturados, que estão dentro de paralelos, em que as pessoas vão escolhendo. Temos também paralelos que são integrais, como o caso do Chile, em 2008.

Por que em nossa região se motiva essa reforma previdenciária? Basicamente se pode encontrar quatro fundamentos. Por que essa reforma previdenciária é motivada? Primeiro, pela transição demográfica, pela questão da região. Depois eu vou falar um pouco mais sobre isso. Segundo, em função da pressão da carga financeira, que muitas vezes vai passando a comprometer essa carga fiscal. Terceiro, é a desproteção social, que gera, dentro de uma determinada cobertura, uma insuficiência desses benefícios. Obviamente, nós temos temas de gênero de distribuição e também que fazem parte das motivações que estão dentro dessa reforma.

Por último, temos uma matéria muito importante que tem a ver com as equidades institucionais, como eu coloco aqui, que muitas vezes vão gerando algum tipo de discriminação ou pouco tipo de padrão e que requer modernização das instituições públicas parlamentares. Os sistemas vão gerando essas reformas.

Então, voltemos a esse tema demográfico de gráficos, com o tema do Chile, do Brasil e também das regiões. O quadro que nós tínhamos, em 2015, na região era que 7,5% das pessoas na América Latina eram maiores de 65 anos. E, 5 décadas depois, o que vai representar esses 5 anos é quase 25% da população. Essa seria a transição demográfica que está sendo exposta dentro da América Latina dentro desse quadro.

Agora, observem que esse crescimento vai trazendo a mudança das políticas públicas, a mudança da saúde, da questão previdenciária e também a mudança dessa Previdência Social. Nós temos que entender a política fiscal. Temos um efeito demográfico dessa política fiscal, que é uma das mudanças muito importantes que



vão acontecendo na região. E por que não dizer também do sistema de valores, de repartições e locais?

O que basicamente temos aqui, como um especialista da Previdência Social, é também intenções. Quando falamos no sistema de pensões, temos três perguntas. Nós poderíamos ter cem, mas não podemos deixar fazer essas três perguntas. Isso será importante para entender o porquê de uma reforma desse sistema de pensões, que estaria evidente nesse tempo ou não.

A primeira pergunta é: o que acontece com a cobertura, ou seja, para quem será essa cobertura do sistema da Previdência? Não é o mesmo que nós temos na América Latina, que é uma cobertura de 12%, 40% ou 65%, como vocês aqui. Não é a mesma coisa. Portanto, a pergunta seria adequada ou não a essa cobertura?

A segunda pergunta que temos que fazer quando uma pessoa chega ao País é: são suficientes esses benefícios? Temos que analisar a suficiência desses benefícios, ou seja, verificar a linha da pobreza, a renda *per capita*, qual seria o indicador da sociedade para avaliar os interesses desses economistas, que têm a ver com a quantidade, com o preço e com o custo? E a pergunta é: qual seria o custo da sustentabilidade ou a sustentabilidade financeira para os sistemas de pensão? O que seria importante também?

Eu coloco ali em laranja, numa linha, a intersecção desses três pontos juntos, porque uma reforma do sistema de pensão se faz a partir de quando a pessoa não está nessa zona laranja, porque há uma linha inadequada de uma cobertura, porque há uma insuficiência dos seus benefícios ou porque o sistema não é sustentável financeiramente.

Quando o sistema não cumpre as três condições, em geral, os países da América Latina, nos últimos 25 anos, fizeram uma reforma estrutural. E, no geral, se concentrar somente numa dessas dimensões vai nos dar a estabilidade à reforma que é implementada neste País. Não basta somente ser sustentável de maneira financeira. Se não for inadequada essa cobertura, se não forem insuficientes os benefícios, haverá um equilíbrio dessas três dimensões, e, para entendermos essa sustentabilidade fiscal, nós teríamos que entender também esse equilíbrio.

Na discussão na América Latina, por certo, os senhores podem observar a questão da cobertura. Não sei se dá para ver bem, mas, no ano de 2000, nós



tivemos uma cobertura ponderada, a partir de uma pesquisa que tivemos por um assessor regional em CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Nós tivemos 36,9% de cobertura. Essa é uma média desse sistema de contribuição, ou seja, esse dado se refere àqueles que estavam como uma população economicamente ativa. E, durante esses 15 anos, esse percentual aumentou.

(Pausa prolongada.)

O SR. ALBERTO ARENAS DE MESA - Sr. Presidente, posso continuar?

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos retomar, Sr. Alberto.

O SR. ALBERTO ARENAS DE MESA - Obrigado.

Em relação à dimensão da cobertura dos ativos, praticamente o que aconteceu nos últimos 15 anos na América Latina foi que, efetivamente, nós tivemos um aumento gradual da cobertura de contribuição. Os dados apontam de 37% para 48% da população economicamente ativa ponderada da região, mas isso nos obriga a um debate.

Continuaremos igualmente as reformas da região. Mais da metade da população economicamente ativa da região não está coberta. Em números, nós temos 142 milhões de pessoas da região que não estão cobertas por um sistema de contribuição.

Então, o que isso gerou? Isso provocou muitos resultados, mas uma das principais mudanças sociais deste século tem sido o avanço dos sistemas de pensões não contributivos ou assistenciais, e claramente as cifras indicam que a cobertura de passivos ou inativos cresceu substantivamente. Dos dados que nós recebemos, oito países possuem uma cobertura equivalente a 23% entre aqueles com mais de 65 anos de toda a região. Então, o avanço substantivo dos sistemas não contributivos ou assistenciais é muito importante para os pisos de proteção social.

O que acontece com a suficiência dos benefícios na América Latina? Existe um modelo de pensões na OCDE, publicado pelo Banco Mundial e pelo BID, que aponta esses números como estimativas de taxas de substituição. Trouxe esse



quadro não apenas pelos números, mas pela dispersão que apresenta a região. Existem países que estão próximos de 90% ou 100% de taxas de substituição e existem países que apresentam apenas 20% e 25% de taxas de substituição.

Portanto, a pergunta que esses países devem fazer é como estabelecer, numa reforma previdenciária, o indicador pelo qual vão medir a suficiência das pensões. Eu gostaria de dizer que, no Chile, foi muito importante que nós fizéssemos isso antes da reforma, para saber como poderíamos proceder e antecipar o efeito da reforma.

No tocante à terceira dimensão na América Latina quanto à sustentabilidade financeira dos sistemas de pensão, qualquer reforma na região, especialmente uma reforma paramétrica do sistema público de pensões, demanda um estudo atuarial e um estudo financeiro.

O que justamente significa fazer uma reforma paramétrica na região? Significa que não há mudanças nos parâmetros sem mudar o sistema. Quando nós mudamos os parâmetros do sistema, levamos em conta os efeitos demográficos e os estudos atuariais, que indicam que os novos parâmetros solucionam os problemas atuariais. Os novos parâmetros trazem soluções para os efeitos financeiros ou para a carga financeira. Portanto, uma reforma paramétrica demanda que esses estudos, tanto atuariais quanto financeiros, sejam anteriores à reforma e durante a reforma.

Nesse sentido, é muito importante que cada reforma paramétrica avalie cada uma dessas medidas para saber como acontece a melhoria no sistema atuarial, no sistema financeiro, em relação a regimes de pensão que se desejam modificar. Nesse contexto, uma reforma previdenciária exitosa é aquela que basicamente procura uma cobertura adequada, com uma suficiência em benefícios, com sustentabilidade financeira. A experiência da América Latina diz que reformas que se estabelecem apenas em uma dimensão, no final, são mais caras.

Depois dessa breve introdução sobre a América Latina, o que aconteceu no Chile em 2008? Quando nós pensamos no Chile e no sistema de pensões, imediatamente pensamos em capitalização individual, em AFP. Depois de 25 anos de uma reforma para substituir o sistema de distribuição no Chile, nós conseguimos convencer Governo e Oposição que, efetivamente, o sistema de capitalização



individual apresentava problemas sérios no tocante ao oferecimento de taxas de substituição suficientes e de coberturas para determinados grupos, como mulheres, trabalhadores autônomos ou independentes, jovens e, em especial, trabalhadores de renda baixa.

Nesse sentido, a chave para nós do Governo — e falo do Governo porque eu era Diretor de Orçamento do Ministério da Fazenda, na época, e tive que implementar, no Parlamento, a reforma previdenciária do Chile — foi constituir um sistema de pensões moderno.

Não falávamos somente de um sistema de pensões que oferecia cobertura para uma determinada etapa da vida, mas de um sistema de pensões que, além de atuar como seguro, aprofundava a solidariedade e assumia os equilíbrios sociais, especialmente daqueles que enfrentam a pobreza e daqueles que têm menos nos sistemas de pensões.

Essa concepção nos levou, no Chile, a entender os problemas de cobertura que abrange mulheres, jovens, trabalhadores autônomos e de baixa renda. E, para que os crescentes custos fiscais no futuro não impactassem, nós propusemos, como objetivo dessa reforma, a criação de um sistema de pensões solidário que assumisse, a partir do Estado, financiado pelo Estado, as pensões, especialmente para aqueles 60% mais pobres da população.

Depois de 25 anos, percebemos que o que estávamos fazendo era algo muito complicado na área da economia política. O que estávamos fazendo basicamente era caminhar contra essa corrente, que consistia em começar a construção de um sistema novamente solidário e misto no Chile. Nós criamos o sistema de pensão solidário, aumentamos a cobertura previdenciária — e vamos ver isso um pouco mais adiante —, geramos sistemas não contributivos novos e fortalecemos a sustentabilidade financeira.

Esse diagrama mostra o que acontecia com o sistema chileno, com ou sem reforma, em termos de pontos cegos de cobertura. Havia uma quantidade importante de pessoas sem cobertura.

A maioria de vocês trabalha esse conceito, mas a densidade de cotas de contribuições era muito baixa no Chile.



Os anos de contribuição que um trabalhador é obrigado a cumprir durante toda a sua vida laboral recebe o nome de densidade de contribuições. E não é só uma foto do mercado trabalhista, é um filme da história de trabalho daquela pessoa.

Então, basicamente, como cada ano conta para essa pensão, se a densidade de contribuições é muito baixa, quando se coloca requisitos muito altos para obter essas pensões, criamos, no final do dia, não só um problema social, mas também um problema fiscal.

Nesse sentido, geramos, no Chile, um sistema integrado, desde o esquema contributivo até o não contributivo, que integra o financiamento público e o de capitalização individual e também contempla a administração e a gestão do público e também do privado.

Quanto a esse sistema, nós enviamos uma lei para o Parlamento, que foi apresentada em janeiro de 2007, uma lei que traz cem medidas. Eu espero que vocês estejam confortáveis, porque eu vou explicar todas as cem. Essa é uma piada, porque eu vou ficar aqui só mais 5 minutos.

Mesmo assim, vou colocar para vocês as mais importantes. A construção desse sistema de pensões solidárias não contributivo e contributivo gera incentivos para que sejam abrangidas em relação à dimensão de gênero, porque a mulher enfrenta uma situação no mercado de trabalho, e nunca podemos esquecer que o sistema de pensões é um espelho do mercado de trabalho. E, portanto, o desenho do sistema de pensões deve levar em conta algumas realidades no mercado de trabalho também, e a mulher tem participação menor no mercado de trabalho. E isso traz consequências ao sistema de pensões. Nós criamos uma espécie de bônus para que as mulheres pudessem obter pensões maiores.

Fizemos medidas para os jovens em situação de vulnerabilidade, para os deficientes, aperfeiçoamos o sistema de recebimento individual para as pessoas de mais baixa renda e, o mais importante, demos suporte financeiro para isso, vinculando o sistema a um fundo de pensões pelo qual o Estado se auto-obrigava a acumular para dar sustentação a essa reforma pelo menos pelas próximas 4 décadas.

Em janeiro de 2007, quando nós apresentamos ao Parlamento o projeto de lei, os Parlamentares fizeram muitas perguntas. Foram basicamente 2 horas de



apresentação, e foram feitas três perguntas: quantas pessoas serão cobertas por esse sistema? Qual a proporção de mulheres que será beneficiada, já que você disse que existem problemas com a cobertura do público feminino? E quanto isso vai custar?

Basicamente a resposta é: 1 milhão de pessoas, duas de cada três pessoas serão mulheres, e isso vai custar 1 bilhão e meio de dólares. Três anos depois, em dezembro de 2010, os dados reais foram: 1 milhão e 11 mil pessoas, 68%, ou seja, mais de dois terços, eram mulheres, e custou 1 bilhão 450 milhões de dólares. A pergunta foi sobre a ousadia da minha parte em adivinhar o que aconteceria 3 anos depois. Não, porque uma reforma no sistema de pensões feita anteriormente é produzida com base em microdados, em estudos atuariais que possibilitem ter não só as projeções financeiras, mas também as projeções de proteção social que estão envolvidas nessa reforma.

A cobertura do sistema de pensões abrange 66% do pessoal hoje em dia, 1 milhão e 850 mil pessoas, as taxas de substituição passaram de 34% a 45%, mas continuam sendo baixas. No Chile, elas aumentaram com a reforma, mas continuam existindo nesse sentido. É um problema que temos a respeito dessa matéria. Nós propusemos diminuir a indigência, a extrema pobreza, na faixa dos que têm mais de 65 anos, e isso caiu de 7,5 para 1,5, ou seja, o sistema não contributivo foi implementado. Fiscalmente, nós queríamos gastar 1% do PIB, mas estamos gastando 0,75%.

Eu diria que três lições ficaram muito claras que gostaria de compartilhar com vocês, objeto dessa reforma. Existem diferentes livros sobre a reforma previdenciária chilena. Nós podemos conversar depois, nas perguntas, sobre ela, mas existem três assuntos que eu gostaria de enfatizar aqui, que foram muito importantes no momento da construção da reforma.

O primeiro tem a ver com o seguinte fato: quando você enfrenta uma proposta que basicamente desenha uma reforma com incentivos de participação de contribuição, em geral eles estão vinculados ao desejo de aumentar os anos de cotização ou de contribuição dos que estão nesse sistema, porque isso incentiva a participação do sistema.



Mas esse argumento tem outra face. Quando nós fazemos isso, se as densidades de contribuição são baixas, o que isso gera é falta de proteção, o que isso gera é uma maior carga fiscal no futuro. O que nós fizemos no Chile? Nós pedimos 20 anos para optar pela pensão mínima no regime de pensão. E nós cortamos isso, porque, basicamente, grande parte das pessoas não cumpria esse requisito. Mais de 60% das pessoas não cumpriam 20 anos de contribuição no mercado de trabalho e, portanto, ficavam sem acesso à garantia do Estado.

O que nós fizemos? Que cada ano de contribuição valeria para que se optasse por uma melhor pensão. Isso, como critério, objetivava estabelecer altos requisitos, uma escolha que eu tomaria cuidado, porque isso pode gerar algum tipo de alívio econômico no presente, mas pode impactar num maior custo fiscal no médio prazo.

O segundo tema tem a ver com a idade mínima de retirada. Esse é um tema muito delicado numa reforma. Em geral, no Chile hoje os homens se aposentam com 65 anos, e as mulheres podem se aposentar aos 60 anos.

Uma comissão especializada transversal de todos os entes políticos propôs que se aumentasse a idade das mulheres de 60 para 65 anos. O problema que nós tivemos é que a economia política não nos permitiu ter essa fórmula plasmada no projeto de lei que foi enviado ao Parlamento. O que nós fizemos então? Em relação aos benefícios do Estado, sem que tocássemos na idade de aposentadoria das mulheres, sem que as mulheres tivessem que, obrigatoriamente, se aposentar depois, nós poderíamos gerar uma série de incentivos nos desenhos, nas estruturas, nos programas pagos pelo Estado para que elas se aposentassem numa determinada idade. Basicamente, assim se conclui o sistema de investimentos não contributivos, porque, no final das contas, quem financia isso é o Estado.

A terceira questão está relacionada com a economia política. No primeiro Governo da Presidente Michelle Bachelet, nós tínhamos uma maioria no Congresso. Mas me permitam dizer que uma reforma previdenciária vai além de uma administração. Uma reforma previdenciária transcende a administração que a desenhou e a implementou. A reforma previdenciária é, por definição, política pública de médio e de longo prazo.



Por isso, nós tomamos a decisão, como Governo, de lançar um acordo transversal. Vocês que estão aqui no Parlamento brasileiro entendem o que é um acordo transversal, eu imagino. É sempre melhor ter um acordo transversal do que não ter nenhum. Mas o tema de fundo é que uma reforma previdenciária deve ser sustentável, estável no tempo, e parte dessa estabilidade deve estar relacionada aos acordos transversais que foram feitos anteriormente no Parlamento.

Nesse sentido, termino dizendo duas coisas: nós avançamos em diálogo social, anteriormente à reforma, para construir consensos técnicos; avançamos em acordos transversais para que esses consensos técnicos pudessem se tornar consensos políticos. Basicamente, o que nós transformamos foi a concepção de uma reforma que implementasse um sistema de pensões moderno, buscando o equilíbrio da suficiência dos benefícios, da adequada cobertura e obviamente da sustentabilidade financeira e fiscal.

Fui Ministro da Fazenda do Governo do Chile com muita honra. Trabalhei 20 anos no Ministério da Fazenda, e a sustentabilidade fiscal é sumamente importante não somente para um sistema previdenciário como para todas as políticas públicas. Sustentabilidade financeira no sistema de pensões é muito mais do que importante quando esse sistema de pensões é uma parte fundamental dos gastos correntes das contas públicas do Tesouro e do Governo, mas o tema de fundo da sustentabilidade fiscal não somente tem a ver com a sustentabilidade financeira, mas com o equilíbrio e com a cobertura adequada da suficiência do benefício, porque a sustentabilidade fiscal por definição não tem a ver com curto prazo, mas com o prazo médio, e esse é o equilíbrio que deve ser alcançado por uma reforma previdenciária na região.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Sr. Alberto Arenas, por sua contribuição.

Temos presentes o Relator e um número muito significativo de Deputados prestigiando este seminário internacional.

Tem a palavra o Sr. Ari Kaplan, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Toronto, no Canadá. (*Palmas.*)

O SR. ARI KAPLAN - (*Manifestação em inglês. Tradução simultânea.*) - (*Falha no áudio da tradução simultânea.*)



Pela nossa Constituição, as questões que lidam com trabalho, emprego, propriedade privada estão na jurisdição das nossas províncias. Foi o governo federal em 1965 que teve a ideia de trazer adiante o sistema universal de cobertura social.

Então, precisava haver uma negociação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, espere um momento. Nós estamos com um problema na tradução para o português. *(Pausa.)*

Agora estou ouvindo muito bem no Canal 2. *(Pausa.)*

Por favor, pode continuar.

O SR. ARI KAPLAN *(Manifestação em inglês. Tradução simultânea.)* - Então, para aqueles que estavam buscando entender o que eu disse, quando implementamos o nosso sistema de previdência universal na década de 60, precisava ser um resultado de um compromisso. E a forma canadense quinta-essencial de fazer as coisas é pela negociação e compromisso.

Implementamos em 1965 uma das nossas poucas emendas constitucionais para permitir que o governo federal apresentasse um sistema de previdência social. E, como eu disse, o motivo pelo qual precisávamos fazer isso é porque até então estava na jurisdição das províncias, no poder das províncias, lidar com assuntos como propriedade, trabalho, emprego e coisas desse tipo. Estava na jurisdição das províncias. Então, em 1965, nós implementamos isso.

E agora temos um sistema de previdência de 50 anos, que, como eu disse, é chamado de CPP. O plano de previdência do Canadá e a forma como ele funciona para cada pessoa — não importa onde ela trabalha, se ela é autoempregada, autônoma, se trabalha por uma empresa ou para o governo — é a seguinte: a pessoa contribui durante toda a vida profissional dela com um percentual da sua renda até o teto. E o teto agora é de 50 mil dólares.

E, no final, quando a pessoa está pronta para se aposentar, ela pode se aposentar com a idade de 65, pelo CPP. E também é possível se aposentar mais cedo nesse plano, com a idade de 60, com uma redução porque a pessoa começou mais cedo e recebeu uma aposentadoria para o resto da vida. E é possível, onde quer que ela trabalhe, porque existe um programa universal que é obrigatório. Esse foi um compromisso que nós fizemos.



Mais recentemente, nós tivemos a primeira expansão do Programa CPP em décadas, ocorrida no ano passado. O nosso Governo atual está com uma plataforma em 2015 de expandir o Programa CPP.

A aposentadoria máxima que uma pessoa pode receber no final da sua vida é de aproximadamente 13 mil dólares por ano. Esse é o máximo. Consideramos isso o nível mínimo de segurança de aposentadoria. Não é adequado o nível, mas ele é um nível mínimo. Então, por isso, consideramos esse o nosso nível 1 nos nossos três níveis do sistema de aposentadoria canadense.

E por que temos o sistema em primeiro lugar? Bem, a realidade histórica torna isso muito simples e uma proposta muito óbvia. Nós temos o Sistema de Saúde Universal no Canadá, que foi criado nos anos 60. E nós sabemos que essa é uma proposta muito simples.

Quanto menos dinheiro as pessoas têm quando elas estão mais velhas, maior vai ser o custo no sistema de saúde. Quanto menos dinheiro as pessoas têm quando estão mais velhas, maior será o custo para elas tomarem conta da saúde delas. Há uma correlação direta entre um e outro.

É por causa disso que, em se tratando de políticas públicas e de interesse público, nós queremos ver pessoas com um nível de aposentadoria razoável quando elas ficarem mais velhas. Isso poupa os contribuintes. Essa é uma proposta muito simples. No Canadá, não se consegue separar saúde e aposentadoria. Eu creio que seja a mesma coisa aqui no Brasil.

Há razão para que o nosso sistema seja obrigatório e universal e há outras camadas com ele também, mas eu não vou entediar os senhores com esses aspectos.

Nós temos também a segurança em relação à idade. E, para os mais vulneráveis na nossa sociedade, nós temos um suplemento garantido de renda, que só consegue receber o cidadão que for pobre — isso é algo muito importante para nós.

Há algo que nós estamos fazendo agora graças à mudança demográfica no mundo e no País. Nós temos 36 milhões de cidadãos no Canadá, um país pequeno em população e muito grande em território. Estamos fazendo algo por causa disso e por causa dos *baby boomers*, pessoas que nasceram antes de 1965 e que estão se



aposentando agora. Eles são a maior parte da população agora, e nós sabemos que a população no Canadá acima de 65 anos de idade vai dobrar nos próximos 20 anos. Nós precisamos lidar com isso, porque as pessoas mais jovens não estão poupando o suficiente para a aposentadoria.

Nós temos um número muito grande de *baby boomers* e um demográfico menor. Aqui há os que estão na Geração X, que estão com 40 anos de idade. Nós temos uma população grande que está abaixo dos 40 anos de idade, que são chamados de *Millennials*.

Nós temos que lidar com o fato de que os *baby boomers* têm segurança na sua aposentadoria, mas os *Millennials* não têm essa segurança. Eles se esquecem da minha geração, porque nós somos o menor grupo. Aqui nós precisamos expandir.

O Governo se comprometeu a expandir esses benefícios e a aumentar também os benefícios de 13 mil dólares ao ano

O Governo se comprometeu a expandir esses benefícios e a aumentar também os benefícios de 13 mil dólares ao ano até 19 mil dólares ao ano. E, em vez de se fazer contribuições até 55 mil dólares de renda, pode-se agora fazer contribuições até 80 mil dólares de renda, para expandir essa base.

Os benefícios disso são inúmeros. Eu não vou entrar nos detalhes. Há as pensões principais, as aposentadorias, as pensões para os viúvos e para as viúvas. Também há os benefícios para as crianças e os benefícios para quem morrer mais cedo.

Por que o sistema do Canadá tem um nível mínimo? Para fazer um paralelo em relação a isso, nós temos o segundo nível, que é a área em que eu trabalho: o sistema privado de pensão ou de aposentadoria. Esse sistema se desenvolveu no Canadá nos anos 60 também, ao mesmo tempo em que nós apresentamos o CPP — Plano de Previdência do Canadá.

O propósito é encorajar os empregadores e os sindicatos a voluntariamente — não de forma obrigatória, como parte do contrato de emprego — fazerem um plano de previdência em que ambos, o empregador e o empregado, contribuam assim como no CPP. Para quem estiver nesse sistema por muito tempo, isso vai dar uma pensão maior para complementar o esquema principal.



Isso deu certo quando os *baby boomers*, nos anos 60 e 70, estavam trabalhando em empresas, em agências, em institutos e em governos que tinham muitos planos de previdência. Nós temos 15 mil planos de previdência no Canadá. Às vezes, há um plano de previdência que cobre várias instituições ou que cobre uma instituição só, por exemplo.

No topo da cobertura no Canadá, 50% de todos os trabalhadores no Canadá são cobertos por um plano de previdência do seu empregador — isso foi há 40 anos. Esse número caiu bastante hoje. Ele caiu para um terço dos trabalhadores da força de trabalho.

Somente um terço dos trabalhadores canadenses é coberto por um plano de previdência da sua empresa específica. E, como esses são os *baby boomers* que estão agora se aposentando, nós temos um problema com essa cobertura, a força de trabalho.

Nós estamos tentando criar formas inovadoras de reformar o nosso sistema de previdência privada de forma a encorajar mais empregadores a terem planos de previdência porque, como eu disse, é do interesse público que as pessoas tenham a sua renda quando se aposentarem.

Só para dar um exemplo aos senhores, isso inclui assuntos constitucionais. O que nós podemos fazer quando nós olhamos para o sistema previdenciário para encorajar isso? Como nós ouvimos antes, o mais importante é a sustentabilidade, especialmente no que chamamos os planos de pensão definidos: quando se trabalha um período de tempo, eles dão uma pensão baseada nos anos de trabalho, baseada no salário, baseada no percentual e se recebe isso pelo resto da sua vida.

Esse modelo está falido por causa das taxas de mercado hoje, por causa das obrigações. Também as obrigações são altas e as companhias e os empregadores — inclusive os governos — que têm esse plano de Previdência estão com dificuldade. Eles não são sustentáveis, porque não têm recurso suficiente. Estão com um déficit muito grande, como em todos os lugares do mundo.

O plano de previdência médio do Canadá tem aproximadamente 75% dos recursos necessários. Tudo bem, mas, como nós temos cada vez menos planos de previdência, criou-se um problema para nós. Então, nós estamos olhando para a reforma legislativa para ajudar os planos de previdência a se tornarem mais



sustentáveis no setor privado e no setor público também, para permitir que esses planos existam.

Para que os senhores entendam, existe um tópico constitucional. Não é preciso uma emenda constitucional. Eu vou explicar só um caso.

Eu passei os últimos 20 anos trabalhando como advogado de pensões e aposentadorias. É difícil dizer isso para as pessoas. Eu era jovem quando comecei a trabalhar nessa área. Em uma festa ou em um grupo de pessoas, se perguntam o que você faz, e você diz “Ah, eu sou um advogado de direito trabalhista.” ou “Eu sou um advogado tributarista.”, as pessoas dizem: “Isso é muito interessante!” Quando eu dizia que era um advogado de aposentadoria, as pessoas ficavam entediadas. Isso não deixa as pessoas interessadas, especialmente quando se é mais jovem. Isso é um exemplo de como as pessoas jovens não se preocupam tanto em poupar para a aposentadoria.

Eu passei o meu tempo não apenas na universidade ensinando Direito Previdenciário, mas também litigando em vários tribunais. Eu já fui para sete das dez províncias do Canadá.

Eu tenho agora um problema constitucional que explica o problema que há em mudar contrato de Previdência. Eu estava representando 13 mil servidores públicos que tinham se aposentado em New Brunswick, uma província do Canadá na costa oeste. E o plano de Previdência do governo para esses servidores não era sustentável. Havia um déficit enorme nele. Era um problema para as finanças do governo. E a avaliação de crédito do governo abaixou muito por causa desse plano de Previdência.

As coisas precisavam mudar. Então, o governo aprovou uma legislação 4 anos atrás. Disse: “*Nós vamos mudar o que estava acordado, não por meio de negociação, não depois de uma discussão. Nós vamos aprovar uma lei e acrescentar esse contrato*”.

Eu estava representando servidores que já tinham se aposentado, que estavam começando a receber as suas aposentadorias. O que a lei fez? Revogou o benefício. Com base em uma das regras mais importantes do Direito Previdenciário no Canadá, quando se precisa de certo requerimento e se tem o requisito



necessário, recebe-se a aposentadoria. Essa é uma regra importantíssima no nosso Direito Previdenciário.

Então, sob a nossa Constituição, a Constituição do Canadá, o governo tinha o poder de aprovar uma lei para mudar a negociação, o contrato em relação à aposentadoria. Esse é o nosso primeiro caso constitucional desafiando uma legislação válida, que foi aprovada por uma das legislaturas do Canadá.

Nós vamos ver o que vai acontecer agora. A ideia é que esses são problemas por que todos têm que passar, independentemente do país em que se esteja, porque a reforma previdenciária é um aspecto demográfico importante para adaptar os sistemas, para que se dê dignidade às pessoas quando elas precisarem das suas aposentadorias no fim das suas vidas.

O último nível do nosso sistema é a poupança particular, a poupança privada. Assim como nós temos o primeiro, o segundo e o terceiro níveis, o Governo quer encorajar as pessoas a pouparem mais para chegar a este ponto, não somente pelo poder das suas poupanças. Existem incentivos tributários para fazer isso.

Então, o Governo também está tentando encorajar isso, por meio da aposentadoria parcelada ou do CPP, pelo qual se pode se aposentar cedo, com uma redução e depois se pode voltar a trabalhar e receber parte da pensão e também receber uma renda ao mesmo tempo, o que diminui os custos para o empregador e dá às pessoas aposentadoria e outras rendas.

Além disso, temos muitas outras coisas para falar sobre este assunto. Sinto-me muito privilegiado de estar aqui para falar sobre este tópico com os senhores. Eu gostaria de continuar esta discussão para que os senhores possam fazer as melhores mudanças para o seu povo.

Muito obrigado a todos por esta oportunidade. Espero ansiosamente falar novamente com vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradecemos ao Sr. Ari Kaplan, que gentilmente se deslocou de Toronto, no Canadá, até aqui, para contribuir com este processo.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub, Doutor em Direito Previdenciário e Professor da Universidade Federal de São Paulo — UNIFESP. *(Palmas.)*



O SR. ARTHUR BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB -

Cumprimento todos, cumprimento os membros da Mesa. Quero dizer que é uma honra e uma alegria estar aqui hoje.

Eu fico muito entusiasmado, porque eu sou neto de marajoara. Dizem que o pessoal do Pará envelhece mais lentamente.

Eu estudo previdência há quase 20 anos e, quando eu comecei a estudar Direito Previdenciário para fazer o meu mestrado, não havia Internet e eu utilizava os textos impressos sobre a Previdência. Há 20 anos — eu estou falando de 1998 — já se falava em idade mínima para o Brasil.

Eu começo a minha apresentação dizendo que previdência é um desafio que está transformando o mundo e que é a oportunidade que nós temos no Brasil hoje de virar um paradigma para outros países, porque uma reforma no Brasil, com a população e a escala que nós temos, pode ocasionar o bem para o Brasil e transformá-lo em um exemplo.

O que acontece? Eu confesso a vocês, eu sou Professor da Universidade Federal de São Paulo e, acompanhando os estudos de previdência e de Direito Previdenciário no Brasil, percebi que não se vê algo novo, não se fala nada novo.

Esta reforma tem mérito por quê? Como nós vimos, a questão demográfica é notória, o Brasil está envelhecendo por diversos motivos, como muitos outros países do mundo. Na nossa família podemos ver isso. Havia uma família nascida em Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e eu perguntei à avó: D. Ana, quantos irmãos a senhora tinha? *“Contando comigo, 24”*. Ela teve 9, 10 filhos. Temos isso na família.

Então, é muito visível. Imaginem uma pirâmide, é a tal da pirâmide demográfica, a parte de baixo da pirâmide consegue pagar a parte de cima — isso é muito evidente —, mas quando vira um trapézio, fica difícil a parte de baixo pagar a de cima. Aí nós ouvimos em relação à questão do envelhecimento: *“Não, não pode diminuir o gasto, tem que aumentar”*.

Eu, como professor, tenho a visão de que tem de ser defendida, por exemplo, a educação. Mas por que isso? Por que falar de educação dentro de seguridade? Seguridade Social na Constituição brasileira é dividida em três: saúde, assistência e previdência. Quanto à saúde e assistência, não se tem que pagar nada. Saúde



pública gasta menos que 5% do PIB no Brasil. E quanto se gasta em educação? Gasta-se menos que 5% do PIB. E com aposentadoria? Gastam-se 12,6% do PIB.

Então, eu fiquei impressionado que o Brasil gasta 11 vezes mais com a população idosa do que com jovens e crianças — e gasta mal, porque há muito idoso pobre que passa mal.

Então, o que acontece? Eu preciso, como professor de Direito Atuarial e Direito Previdenciário, dizer que o orçamento da Seguridade não se confunde com o orçamento da Previdência. Quando se diz que a Seguridade Social é superavitária, tem que se dizer o que, porque, se for gasto muito com Previdência, vai faltar para a Saúde. Quando se gasta com saúde, está se gastando basicamente com a população idosa. Então, falta para o jovem. O cobertor sendo curto, esse orçamento tem de ser organizado — senão, faltará.

E modelos internacionais? Eu ouço em palestras: *“Vamos aplicar o modelo dinamarquês. Vamos aplicar o modelo norueguês”*. Na Noruega, o lixeiro tem nível superior e carrão. Isso não se aplica ao Brasil. O carteiro, no Brasil, carrega uma sacola que lhe deixa com lordose e ele a carrega de um lado só. Veja se acontece isso no Canadá? Lá deve ter bolsa ortopédica. Motorista de ônibus no Canadá tem paradas programadas, tem um sistema de saúde do trabalhador diferente do nosso. Então, o Brasil tem um contexto diferente. Não se pode aplicar, simplesmente, uma visão internacional no Brasil. Tem que adaptar uma visão internacional para o contexto brasileiro.

Quais são as alternativas hoje existentes? Existe a alternativa de manter o gasto em aposentadoria em 12,6% do PIB. Vamos manter. Essa é uma alternativa que, confesso, ouvi muito. E o déficit social. Há déficit? É com Seguridade? É a Previdência. Misturam-se os conceitos. Previdência e Seguridade podem gastar. Não importa quanto gastam. Já vimos que não deu muito certo.

Qual é a outra visão que existe? Uma visão purista. Está se tratando aqui de uma visão que é simplesmente alheia à parte técnica. Então, trata-se de uma visão ideológica: *“Eu quero gastar, não importa quanto. Esqueçamos a matemática, esqueçamos tudo”*. Essa é uma visão que não está certa.

Qual é a outra visão? *“Vamos escolher uma idade mínima e assim resolver o problema.”* Também não considero a panaceia. Não resolve e essa proposta, como



disse, já é anacrônica, já tem 40 anos. Ela tem mérito? Tem, porque alguma coisa precisa ser feita. A reforma é necessária, e já se falava isso há muito tempo. Porém, simplesmente se estabelecer uma idade mínima não é a solução definitiva.

Na França, o Sarkozy aumentou a idade de 60 para 62. Na sequência, o Hollande baixou de 62 para 60.

No Brasil — e agora eu chego ao ponto alto da minha palestra —, se for estabelecida uma idade mínima, o trabalhador pobre, motorista de ônibus, pedreiro, sonhará em chegar aos 65 anos de idade. Por quê? O trabalhador ou a trabalhadora braçal não consegue juntar 30 ou 35 anos de contribuição. Então, sonha com a aposentadoria por idade, com 60, 65, e então se aposenta. Se a proposta é uma aposentadoria fixa de 65 anos com o argumento de que essa é a idade no Canadá, deve-se pensar que o Brasil tem outra realidade.

Eu vi outro dia: o cara que fez a música *Fusão Preto* está rebocando parede perto de Ribeirão Preto com 70 anos. Como proteger o pobre? Qual é a prioridade da nossa reforma? Vamos ser sinceros. A prioridade tem que ser defender o pobre. Dois terços dos aposentados no regime geral — são 29 milhões de pessoas — ganham um salário mínimo. Então, vamos pensar: como proteger o pobre?

Vou dizer aos senhores uma alternativa de que nunca ouviram falar. Eu pesquisei no Google antes de vir para cá. Só eu falo disso na Internet. Eu tenho um livro publicado em 2001, citado no STJ, STF, TST, em que falo da aposentadoria fásica. Já falo disso há 15 anos, mas não reverbera. Então, eu fico agradecido e entusiasmado de estar aqui.

O que é a aposentadoria fásica? Já existe na Austrália, na Itália e em diversos outros países. No Brasil, não se ouve falar disso. O conceito de se aposentar de uma vez — aposenta-se e para de trabalhar — no exterior, pensando-se no que há de mais moderno em Previdência, não é mais o correto. O correto é que a pessoa vá se aposentando gradualmente. Ninguém fica velho de uma vez. Acordei um dia e estou velho; não faço mais nada. Não!

Lá fora, a aposentadoria fásica não é desenhada para o pobre, é desenhada para o *mentoring*, como eles chamam a pessoa que tem experiência. Ela não sai de uma vez da empresa ou do governo. Ela continua trabalhando cada vez menos e começa a ganhar parte do valor de sua aposentadoria. Por que se chama fásica ou



gradual? Em vez de 100%, a pessoa começa a receber 25% do que receberia. E começa a trabalhar menos, porque vai perdendo a sua força laboral.

Então, a proposta que eu faço — e é de um grupo de professores internacionais da UNIFESP, professores de Harvard e de universidades em Milão, Toronto, Chile — é a seguinte: aposentadoria fásica.

Imaginem um pedreiro. Ele vai perdendo a força de trabalho — não consegue erguer tantos muros quanto erguia —, mas isso não acontece de uma vez. E não pode esperar até os 65 anos. Então, pode-se oferecer ao pedreiro a possibilidade de que, com 50 anos, ele pare de trabalhar e, com 55, receba 25% de um salário mínimo, com uma aposentadoria fásica, e continue trabalhando, porque vai ter perdido a força, mas ainda consegue trabalhar. Isso vai dar um fôlego para o trabalhador e para a trabalhadora pobre, braçal, rural. E, conforme vai ficando mais velho, vai ganhando mais. Então, com 60 anos, passa a ganhar 50%. E quando perder a força laboral, em uma determinada idade, chega a 100%.

Essa aposentadoria fásica é uma adaptação do que existe lá fora hoje, que não é aplicado para defender o pobre. Os professores estrangeiros acharam que essa seria uma alternativa muito viável para o Brasil, para defender quem não aguenta chegar... Para um contador, um advogado, um juiz, um administrador, um repórter, que trabalha no ar condicionado, é fácil querer trabalhar até os 80 anos. Mas o trabalhador braçal não aguenta. Então, que seja dada uma alternativa.

Esse é o conceito de aposentadoria fásica que eu gostaria de transmitir a vocês. Perde-se a força e se começa a receber algum, mas é menos do que um salário mínimo, mas seria o dobro do Bolsa Família, por exemplo.

Eu repito, não é errado oferecer assistência social. O errado é oferecer benefícios assistenciais dos quais eu sou a favor. Por exemplo, cito o benefício talidomida. *“Professor Arthur, o senhor é a favor ou contra?”* Sou a favor. O Governo distribuía a pílula de talidomida, e a criancinha nascia sem bracinho, sem perninha. Só que não se coloca na rubrica de Previdência. Por quê? Porque o trabalhador braçal, a trabalhadora braçal, a carteira, o pedreiro paga a Previdência. Como explicar que esse orçamento da aposentadoria tem déficit? Entendeu? Então, está errado. Que se faça o orçamento correto e se dê esse benefício na assistência, porque assim haverá uma contabilidade certa.



Qual é a alternativa que se dá? Vamos colocar em fundos de pensão. Comentava eu com os professores o histórico dos fundos de pensão — eu sou especialista em Previdência. Foi criado o tal do FUNPRESP — Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo. E os meus colegas na UNIFESP me perguntam: “*Arthur, devo entrar no FUNPRESP?*” Eu respondo: “*Eu não estou*”. É a mesma coisa de o oftalmologista que usa óculos falar para o paciente que ele deve operar. Eu não estou.

Vocês já ouviram falar do Jimmy Hoffa, nos Estados Unidos, que estava envolvido com os Teamsters, o fundo de pensão dos caminhoneiros. Houve escândalo de corrupção. Então o problema — o professor estava citando o Canadá — não era de corrupção, seja lá do que for, mas de fundo de pensão.

O histórico de fundo de pensão tem 200 anos no mundo e é péssimo. Nós já vimos e é péssimo. “*Ah, mas vamos consertar.*” Eu como especialista acho que não dá. Ofereça-se alternativa.

Qual é a tendência no mundo? A tendência inclusive está acontecendo na Calpers, o fundo de pensão dos funcionários públicos da Califórnia. O pessoal está saindo dos fundos de pensão e indo para contas individuais de aposentadoria. Por quê? Porque na conta individual vê-se o que está lá, até a má gestão. No fundo de pensão dos carteiros, os pobres carteiros não são organizados, há um déficit bilionário. Então individualmente se consegue controlar as contas. É uma tendência.

Também não acho que tem que aplicar direto no Brasil, porque tem que se adaptar. Vamos aplicar o modelo chileno. Para o Brasil, como faz? Vai privatizar a Previdência brasileira? Sou contra. Então aplicar isso sem dar uma educação previdenciária para o brasileiro também seria errado. Em muitos países o Governo dá educação previdenciária e existem várias tecnologias dentro do direito atuarial para se oferecer essa conta individual para as pessoas, usando plataformas como, por exemplo, a que foi bem aplicada no Brasil, a do Tesouro Direto — mas não estou dizendo para aplicar o Tesouro Direto para isso.

Nas contas individuais, sem essa educação, criam-se problemas como os que aconteceram com a Emenda nº 41. O que aconteceu com a Emenda nº 41? Eu tenho um artigo publicado com o Prof. Larry Beeferman, de Harvard. Eu estava conversando com ele sobre a Emenda nº 41, de 2003. Ele falou que era a mesma



que o Ronald Reagan fez nos Estados em 1986. Eu disse que não sabia. Eu não sabia. O que aconteceu? Foi privatizada em 2003 a previdência do funcionário público. Quem quiser ganhar acima do teto tem que entrar no fundo de pensão, como, por exemplo, professores federais no FUNPRESP. Foi a mesma reforma do Reagan para os funcionários públicos americanos. Eu não sabia. Então, esses estudos interdisciplinares são uma nova tendência.

Outra coisa: hoje há Previdência aberta no Brasil: VGBL e PGBL. O pessoal acha que isso é grego. Eu tenho uma aluna com 20 anos que tem uma filhinha — a menina tem 20 anos e tem uma filhinha. Ela tem um VGBL. Ela paga 3% de taxa de administração. Ela falou: *“Professor, eu não sei o que é isso”*. Eu perguntei: *“É a taxa de carregamento?”* Ela falou: *“O quê?”*

Então onde eu ingresso? O problema não é mais purista, o problema é dentro do direito atuarial. Então a pessoa não sabe o que é atuária, quanto mais Direito Atuarial. Atuária é a administração de risco, mas ela é interdisciplinar. Na Constituição existe o princípio do equilíbrio atuarial. Então, dentro desse equilíbrio atuarial, art. 40 e art. 201, é preciso observar certas regras de controle orçamentário.

Nós temos estudos dentro de todas as áreas técnicas — Contabilidade, Direito, Atuária, Economia. A reforma fásica é a primeira alternativa. Se me perguntarem qual a prioridade, respondo que é proteger o pobre. E se a pessoa ganhar mais do que o pobre? Aí se oferecem a ela instrumentos de poupança individual previdenciária. E se for rico? Não quero nem saber, o rico que se defenda. Então, dentro da prioridade do pobre, que se ofereça uma alternativa que seja aos 50 anos poder parar de contribuir. *“Ah, mas eu sou contador, eu sou advogado.”* Então, isso não é um problema para você, mas, se você é pobre e trabalhador braçal, isso vai ser um alívio. Com 55 anos, começa-se a receber um dinheiro que vai dar um alívio. Quem é pobre vai entender isso na hora. Imagine 25% de um salário mínimo para um pedreiro que já não encontra mais bico aqui, já não encontra mais bico ali, uma diarista.

Segundo, há a situação de sustentabilidade previdenciária. Ouvi aqui mais de uma vez que é preciso defender não só o idoso de hoje, mas o jovem. Um idoso tem o mesmo número de voto que uma mãe solteira com três filhos. Então é preciso defender o jovem, que não tem voto. É preciso defender o brasileiro, a



brasileirinha que vai nascer ali na frente, daqui a 100 anos. Eles têm que ter os mesmos direitos. Esse é o princípio do equilíbrio financeiro atuarial.

Como se resolve essa questão? Resolve-se com aposentadoria fásica. Temos todos esses estudos, isso foi publicado. Existe a *Revista Brasileira de Previdência*, da UNIFESP — Universidade Federal de São Paulo. Temos artigos publicados sobre isso, existem estudos. Infelizmente, isso não reverbera.

O Deputado Arlindo Chinaglia comentava comigo: “*Nunca ouvi isso aí, nunca ouvi*”. Pois é, Deputado, essa é a chance que se tem de falar. Eu vou mostrar um eslaide com a tabela.

Vejam bem, eu não quero não observar o principio do equilíbrio financeiro atuarial, Prof. Giuseppe. Então, com 50 anos ele já contribuiu 20 anos? Se já contribuiu 20 anos, pode parar de pagar. “*Ah, mas tem que ter contribuído 20 anos?*” Tem que ter contribuído, senão se vai arrebentar a Previdência e tirar dinheiro da saúde e da educação.

Com 55 anos o trabalhador começa a receber 25% do salário mínimo, com 20 anos de contribuição. Com 65 anos, ele recebe 75% do salário mínimo. Isso aqui foi estudado para não impactar em nada o déficit. E digo mais: na Itália se gasta o mesmo em previdência, só que eles têm mais que o dobro de velhos. Disserem para aplicar o modelo chileno, o PIB *per capita* do Chile é mais do que o dobro do que o do Brasil. Então, na realidade brasileira, com 70 anos, já se receberia 100% do salário mínimo com o mínimo de 30 anos de contribuição.

É o seguinte: “*Não vou receber mais do que isso?*” Vai receber. Haverá outras categorias de trabalhadores que recebem mais. E aí um controle. Existe o modelo italiano. Nós seguimos muito o modelo italiano, por exemplo, o INPS. Lá na Itália há INPS até hoje. Na Itália se aplica um modelo de repartição simples, só que nocional.

Deputado, ninguém consegue puxar o seu extrato da Previdência, do INSS. Ninguém. Eu desafio. É possível puxar a “cavivara”, o tempo que tem de trabalho, mas o extrato, quanto foi colocado lá, não. Alguém comeu esse dinheiro.

Na Itália, Deputado, existe o nocional. Não é que haja o dinheiro guardado, mas é possível saber quanto já foi colocado, o que é um respeito ao trabalhador. E para ninguém dizer: “*Eu gastei isso aqui com aquilo*”. Vai estar o seu dinheiro lá. Imaginem poder controlar e ser respeitado.



Espero ter algum tempo, porque 20 minutos é pouco, mas estou aberto a responder. É uma honra participar da reunião. Agradeço muito a oportunidade. Como disse o Deputado: *“Eu não tinha ouvido”*. Não conseguimos chegar à academia. E quem consegue, Deputado, muitas vezes, fala a mesma coisa de 40 anos atrás. Eu estou com 41 anos.

Gostaria muito de agradecer e dizer que foi uma honra e um grande prazer. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Sr. Arthur Bragança.

Vou destacar — até porque me perguntou há pouco sobre isso o Sr. Arenas, ex-Ministro da Fazenda do Chile — os Deputados que estão presentes e registraram presenças: Alessandro Molon, Arlindo Chinaglia, Arnaldo Faria de Sá, Arthur Oliveira Maia, Assis Carvalho, Assis do Couto, Bebeto, Carlos Marun, Darcísio Perondi, Evandro Gussi, Heitor Schuch, Ivan Valente, Jandira Feghali, José Mentor, Lelo Coimbra, Marcus Pestana, Pepe Vargas, Professor Victório Galli, André Figueiredo, Davidson Magalhães, Edmilson Rodrigues, Luiz Sérgio, Marcelo Castro, Onyx Lorenzoni, Raquel Muniz, Paulo Maluf. Esses são os Deputados que registraram presença neste evento.

Temos um número muito expressivo de Parlamentares. Estou vendo o Deputado Reinhold Stephanes, o Deputado Delegado Waldir, o Deputado Marcelo Delaroli. Alguém não foi citado? Isso demonstra que nós temos aqui uma participação muito significativa de Sras. e Srs. Deputados acompanhando o evento. Isso demonstra o interesse que todos temos por essa questão. O Deputado Arthur Oliveira Maia é o nosso Relator e também está presente.

Concedo a palavra ao Sr. Carlos Garavelli, Diretor do Centro de Ação Regional da Organização Ibero-Americana de Seguridade Social para o Cone Sul, por 20 minutos.

O SR. CARLOS GARAVELLI - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado aos companheiros da Mesa, aos Deputados presentes.

Eu me lembro de ter trabalhado com vários ex-Ministros. O Reinhold Stephanes, no seu momento, é uma lembrança bastante grata. Devo dizer-lhes que quem estava convocado para participar hoje aqui era o Presidente da Organização



Ibero-Americana de Previdência Social, a quem eu represento, o Ministro do Trabalho do Uruguai, o Sr. Ernesto Murro. No entanto, no final da semana passada, ele nos comunicou que não poderia vir. Então, de maneira intempestiva, fui convidado para estar com vocês. Tenho a grata honra de poder compartilhar esse tempo aqui.

Há pouco tempo, no ano passado, acredito que no dia em que nós apresentávamos essa proposta de emenda constitucional, eu também estava aqui em Brasília em um evento que tinha sido organizado pela ANFIP e também tratava, em linhas gerais, deste mesmo tema. Parece-me um desafio não repetir muito do que eu disse na outra vez.

Além disso, eu leio a lista dos participantes e encontro dois economistas, três advogados. Eu sou médico! Então, existe também algum Deputado médico, assim como alguns enfermeiros que estão por aqui e se aproximam da nossa profissão nesse sentido. Gostaria de dar a essa intervenção um caráter um pouco diferente daquele que até agora se manteve, com um tom mais técnico e com pessoas muito mais bem preparadas do que eu.

A minha função me obriga a estar bastante por dentro das reformas e do desenvolvimento de todos os sistemas de segurança social. Então, ninguém pode ser especialista em tudo. São muitos os temas. Mas, dentre os temas que aqui já foram espriados, que os expositores anteriores deixaram bastante claro, eu gostaria de enfatizar um dos assuntos, o demográfico.

Pois bem, o sistema de Previdência Social dos países da região tem mais ou menos 100 anos. Eu estava pesquisando, ocasionalmente: 1926. Outros são menores, eles eram específicos para servidores públicos, eles começaram um pouco antes. Eu posso dizer-lhes que nem Bismarck e Beveridge depois imaginaram qual seria o panorama demográfico neste momento.

A humanidade levou 10 milhões de anos para chegar em 1900 a uma expectativa de vida por volta dos 40 anos e 42 anos, inclusive as medidas nesse momento não eram tão boas. Quando começou este século, 100 anos depois, nós já superávamos 80 anos de expectativa de vida. Duplicamos a expectativa de vida em 100 anos. Levamos 10 milhões de anos para chegar até aqui.



Eu vejo aqui muitas caras jovens que possivelmente têm filhos nascidos neste século e acredito que algumas das caras velhas aqui já tenham netos que nasceram neste século, e é muito possível que esses netos vivam mais do que 100 anos.

Nós estamos trabalhando com a possibilidade de que quem está nascendo nesta época possa chegar até 120 anos de vida. Isso é um desafio enorme de qualquer ponto de vista. Por isso nós encaramos a análise de uma reforma por muitos motivos, porque é necessário estender a cobertura, dar cobertura para toda a população, porque é necessário adequar a taxa de substituição.

Acredito que este é um dos desafios que o Chile enfrenta e que a Argentina também está avançando neste sentido: o montante que se cobra por uma pensão seja substitutivo, mas não totalmente, numa parcela importante do salário que o trabalhador recebia. Esses são os desafios de curto prazo mais próximos.

Não esqueçamos que realmente o grande desafio é o demográfico. Para isso, lhes ofereço um dado. A Espanha é um país mais desenvolvido do que aqueles da região, também não é um dos mais desenvolvidos do mundo, mas possui uma taxa de natalidade muito baixa e uma muito prolongada expectativa de vida.

Em 2016, pela primeira vez na história — eu quero ver se digo isso com a palavra correta —, foram vendidas na Espanha mais fraldas para adultos anciãos do que para crianças, ou seja, aquilo que tínhamos como uma coisa necessária para as crianças, essas fraldas hoje são mais necessárias para os anciãos. Não se trata mais da terceira idade, mas da quarta idade. Quando essas crianças chegarem à ideia que eu dizia, haverá uma quinta idade.

Então, existe o desafio de cobrir economicamente essas pessoas, não somente pelo que significa pagar a pensão, mas porque eles são muito mais demandantes de serviços como saúde, de ações de saúde, dentro das ações de saúde, da produção de medicamentos, da oferta de medicamentos, dos serviços sociais, porque eles precisam ser cuidados.

É preciso haver espaços e moradias onde eles possam ser atendidos. Dentro daquela concepção de que o adulto mais velho ficava na sua casa e os seus filhos cuidavam dele, isso foi desaparecendo pelo desenvolvimento das características da estrutura social do nosso tempo.



Isso também reveste o desafio sobre a moradia, porque antes todos moravam juntos. O adulto falecia, e os filhos ficavam nessa casa. Isso mudou. Antes nós tínhamos uma moradia. Agora, precisamos de três para que toda a família more em condições normais. Isso é, sem sombra de dúvida, o grande desafio da cobertura das necessidades sociais, que pode ser chamada de Previdência, assistência à saúde.

Eu escutava com bastante felicidade o expositor da Universidade Federal de São Paulo, que mostrava essa diferença, mas existe a demanda sobre essas três alternativas — assistência, saúde, previdência. A demanda que está se constituindo neste tempo é a grande questão, o grande debate que deve ser conduzido à frente. Não podemos pensar que resolvendo o problema previdenciário nós vamos resolver o problema da cobertura do adulto já ancião, integralmente considerado. O desafio é muito grande.

Eu sou professor universitário e costumo dizer aos meus alunos de História que nós temos a Pré-História, a Idade Antiga, até que os romanos caem diante dos bárbaros. Depois Constantinopla encontra o seu ocaso, vêm o Renascimento e a Idade Média, em seguida a Idade Moderna e a Contemporânea. Muitos anos depois, os historiadores dizem: *“Em que momento mudou, em qual data?”* No dia em que os turcos tomaram Constantinopla, nós estamos no Renascimento. Certamente, os historiadores, um pouco mais para frente, dirão que, no século XX, entre 1900 e 2000, nós mudamos de idade. Nós estamos na idade atômica, depois de Hiroshima; nós estamos na idade das comunicações, com tudo o que existe de telefonia e Internet, ou seja, as redes que sequer sei o nome; nós estamos na idade espacial, depois que o homem chega à Lua. Certamente, é preciso que nós levemos em conta isso.

Talvez seja uma questão de formação profissional minha, mas estamos na idade gerontológica, talvez pela minha formação em Medicina. Nós temos o que agora? A formação do mundo, em geral, em alguns lugares de maneira mais precipitada do que em outros... Eu disse “precipitada”... Devo dizer-lhes que isso aconteceu nos países desenvolvidos de maneira mais incidente. Eles foram os primeiros que envelheceram. Nos países em etapa de desenvolvimento, como são



aqueles da nossa região, o fenômeno de envelhecimento está acontecendo de maneira muito mais incidente e rápida do que aconteceu, por exemplo, na Europa.

Eu convido todos para que pensem que, quando estamos falando de uma mudança previdenciária, é preciso levar em conta todas as outras questões e valores para uma proteção integral do adulto ancião, e não somente a prestação econômica.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Convido o Deputado Marcelo Castro a assumir a Presidência dos trabalhos durante alguns minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ouvir o Sr. Giuseppe Ludovico, Professor de Direito Previdenciário da Universidade de Milão, na Itália. (*Palmas.*)

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - Muito obrigado. Boa tarde a todos. Antes de começar o meu relatório, gostaria de agradecer ao Presidente da Comissão, Deputado Carlos Marun, e também ao Deputado Arthur Oliveira Maia pelo convite para este importante seminário. Por que importante? Porque a troca de experiências e de opiniões é sempre positiva, especialmente no Direito Previdenciário, em razão da identidade dos problemas que os reguladores nacionais devem enfrentar.

A semelhança entre Itália e Brasil é particularmente evidente, especialmente no sistema da aposentadoria, pela simples razão que daqui a poucos anos a pirâmide etária no Brasil será muito semelhante àquela da Itália dos primeiros anos 90.

Não pretendo obviamente intervir no delicado debate sobre a proposta da Previdência no Brasil, mas, sem dúvida, pode ser interessante analisar como os mesmos problemas foram enfrentados e parcialmente resolvidos na Itália desde os anos 90 do século passado.

O tempo de exposição não permite obviamente analisar toda a evolução da lei italiana. Por maiores aprofundamentos, tenho que remeter ao relatório escrito que vai sair publicado na revista *on-line*, a *Revista Brasileira da Previdência*, da UNIFESP — Universidade Federal de São Paulo.

Antes do início dos anos 90 até o início dos anos 90 do século passado o sistema da aposentadoria italiana foi muito, muito generoso. A reforma introduzida



pela Lei nº 2.969 permitiu obter um montante elevado de pensão com requisitos muito baixos de idade e de contribuição.

Essa reforma, a Reforma nº 2.969, abandonou o regime da capitalização, o regime anterior de capitalização, passando para o regime de repartição. As principais novidades dessa reforma foram a aprovação de um critério de cálculo retributivo, o que significa que a pensão era aferida, era calculada com base no salário dos últimos anos.

Outra novidade é que o montante da pensão era calculado em função dos 2% do salário por cada ano de serviço até o máximo de 80% do salário depois de 40 anos de serviço. Além da aposentadoria por idade, foi introduzida também a aposentadoria por tempo de contribuição, com um mínimo de 35 anos de contribuição.

No final dos anos 60, essa disciplina foi certamente justificada. A Itália estava em um período de forte crescimento econômico e era uma posição muito favorável do ponto de vista demográfico.

No plano econômico, os aumentos do PIB foram muitos altos, desde os anos 50 até o final dos anos 60. E, do ponto de vista demográfico, as gerações mais jovens eram suficientes para apoiar financeiramente as pensões de gerações mais velhas.

Em 1951, por 100 habitantes com menos de 15 anos, havia apenas 38 idosos com mais de 65 anos. Em 1971, essa proporção foi já de 46 idosos por 100 habitantes com menos de 15 anos.

Nessa condição econômica e demográfica não foi difícil, portanto, garantir aos trabalhadores uma pensão particularmente generosa. É suficiente examinar a relação, a proporção entre contribuições e pensões. Considerando, na Itália, uma alíquota contributiva de 33%, são necessários mais trabalhadores ativos para financiar o montante de pensão igual a 100% do salário.

Portanto, se a dinâmica demográfica é favorável, o sistema da aposentadoria pode ser muito generoso, enquanto que, se a mudança demográfica alterar o equilíbrio geracional, a generosidade da aposentadoria produz efeitos negativos para todo o estado social.



A evolução posterior do sistema da aposentadoria na Itália pode ser de grande exemplo para o Brasil, sobretudo para evitar os erros que foram cometidos pelo legislador italiano.

O que aconteceu? A partir do final dos anos 80 do século passado, o envelhecimento da população exigiu a introdução de reformas profundas dos requisitos da aposentadoria. Se em 1951, para cada 100 pessoas com menos de 15 anos de idade havia 38 pessoas com mais de 65 anos de idade, em 1991, para cada 100 habitantes com menos de 15 anos já havia 92 pessoas com mais de 65 anos de idade.

Desde o início dos anos 90, também o crescimento do PIB começou a diminuir rapidamente. A escolha de não agir imediatamente no sistema da aposentadoria, a escolha do legislador italiano de não agir imediatamente no sistema da aposentadoria contribuiu para o agravamento da relação entre a despesa por pensões e o Produto Interno Bruto. Em 1971, essa proporção foi de 7%. Em 1990, essa proporção foi já de mais de 12%. No período entre 1980 e 1998, os gastos da aposentadoria aumentaram em 101%, em comparação com o financiamento das contribuições.

Por conseguinte, mudou também a relação entre o débito público e o Produto Interno Bruto. Em 1959, essa proporção foi de 35%. Em 1992, foi já mais de 100%. É claro, nesse ponto, que o sistema da aposentadoria, que foi projetado na década dos anos 50, não era financeiramente sustentável. A visão a logo prazo imporia um aumento imediato dos requisitos, para evitar que a geração muito numerosa dos anos 50, a geração dos *baby boomers*, poderia se beneficiar de requisitos muito favoráveis e economicamente insustentáveis.

Com uma escolha muito questionável, o legislador, em vez disso, agiu segundo uma visão a curto ou curtíssimo prazo, salvaguardando as expectativas das gerações mais próximas à aposentadoria.

Em um famoso estudo de alguns anos atrás, falou-se de risco político da aposentadoria. Essa fórmula foi usada para descrever que a política intervém no sistema de aposentadoria com uma visão, geralmente, de curto prazo. As contradições da relação entre pensões e política estão nesta dinâmica: as reformas



do sistema requerem uma visão de longo prazo, enquanto a política é muitas vezes condicionada por uma visão de curto prazo.

A primeira reforma importante na Itália foi a de 1995. Ela introduziu um aumento gradual dos requisitos de idade e de tempo de contribuição e também uma mudança radical do sistema de cálculo das prestações.

O sistema de cálculo retributivo anterior foi substituído por um sistema de cálculo contributivo baseado no montante das contribuições pagas. Esse critério prevê a soma das diferentes anuidades de contribuição pagas e a reavaliação do montante anual de contribuição por um índice de capitalização calculado em função das variações do PIB. Trata-se, em verdade, de um conto contributivo virtual, porque o sistema continua funcionando com regime de repartição, sendo utilizadas as contribuições atuais para financiar as pensões do momento. A taxa de substituição com esse critério contributivo pode variar entre 50 e 70% do valor do último salário.

Obviamente, e o meu amigo Arthur já disse isso, cada segurado pode verificar *on-line* a sua conta mensal de contribuição no Instituto Nacional de Previdência Social da Itália — INPS. Cada trabalhador pode, a cada mês, verificar o próprio conto contributivo virtual, e, este ano, o INPS passou a também comunicar a cada trabalhador a previsão do montante da pensão futura.

O critério contributivo, obviamente, é baseado nos princípios atuariais e tem a finalidade de criar uma relação diretamente proporcional entre as contribuições pagas e o valor do benefício, preservando, dessa maneira, a sustentabilidade e a proporcionalidade do sistema.

O sistema de cálculo contributivo exprime também outras importantes funções. Por um lado, a reavaliação do montante contributivo anual em função do andamento do PIB cria um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e as despesas com pensões. Por outro lado — e acho que isto é muito importante para o Brasil — o sistema reduz o interesse pela evasão contributiva. Por quê? Porque premia o trabalho formal com uma pensão maior.

Por razões de consenso político, porém, os efeitos dessa reforma foram esticados no tempo: os requisitos de aposentadoria foram aumentados muito gradualmente, e os trabalhadores com mais de 18 anos de serviço em 1995 foram



excluídos do novo cálculo contributivo. Esses trabalhadores ou trabalhadoras mais idosos, portanto, conservaram os requisitos, o critério anterior, que é mais generoso.

Essa é a demonstração concreta do risco político da aposentadoria. O legislador considerou como politicamente pouco conveniente intervir nas regras para as gerações mais numerosas e mais interessadas na aposentadoria, limitando, assim, o efeito de redução de custos.

É evidente, porém, que a eficácia de qualquer reforma da aposentadoria depende mais das regras transitórias do que do regime definitivo. Ou seja, quanto maior for a gradualidade das regras transitórias, menor será o efeito da redução do déficit, porque menor será o enfrentamento do pico demográfico correspondente à geração mais numerosa. Uma transição muito longa pode anular completamente os efeitos de reformas, uma vez que, em um regime de repartição, o equilíbrio financeiro depende da numerosidade e da expectativa de vida das gerações. Em poucas palavras, o envelhecimento da população cria uma janela temporal na qual precisa haver reformas. Depois dessa janela, as gerações que receberão o benefício por mais tempo já serão aposentadas, e as reformas surtirão um efeito menor ou não terão efeito algum.

Isso aconteceu na Itália. Por causa do gradualismo excessivo da reforma de 1995, o legislador italiano foi obrigado a intervir, até hoje, outras 11 vezes. A primeira lei, de 1997, e a seguinte, de 2004, modificaram a tabela dos requisitos de aposentadoria da lei de 1995, prevendo um aumento de idade para a aposentadoria — a cada vez, o legislador interfere na lei anterior. A lei de 2004, em particular, previa um aumento, de uma vez só, dos requisitos de idade de 57 anos para 60 anos.

A lei seguinte, de 2007, mudou a lei de 2004 com a finalidade de introduzir uma maior gradualidade no aumento da idade de aposentadoria. Essa lei tentou gradualizar a lei anterior e simplesmente produziu um custo de 8 bilhões de euros. Por quê? Porque permitiu a mesma geração poder continuar a aposentar-se com as regras mais vantajosas da lei anterior.

Uma lei de 2009 interveio outra vez introduzindo um mecanismo de mudança automática dos requisitos de idade. Esse é um mecanismo muito interessante, pelo qual, a cada 3 anos, o Instituto Nacional de Estatística da Itália calcula o aumento da



expectativa de vida, que determina automaticamente um aumento proporcional da idade da aposentadoria. Dessa forma, o legislador não tem que intervir continuamente para atualizar os requisitos da aposentadoria, como o aumento da longevidade.

Entre 2010 e 2011, o legislador italiano interveio outras quatro vezes, aumentando a idade da aposentadoria e, no final, com a reforma de 2011, prevendo um aumento ulterior da idade da aposentadoria e a aplicação geral do sistema do cálculo contributivo, o mesmo sistema que foi excluído para os trabalhadores idosos em 1995.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Qual é a idade?

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - A idade vai aumentar gradualmente a cada ano conforme a expectativa de vida.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Mas qual é a idade hoje?

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - Hoje ela é de mais de 66 anos, mas, no meu relatório, que vai ser publicado na revista, há um anexo que vai calcular a idade de aposentadoria até 2050 em razão das previsões do Instituto de Estatística.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Para homens e mulheres?

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - Também para as mulheres. A Itália foi condenada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia em razão da diferença de idade entre mulheres e homens.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Faltou perguntar qual é a expectativa de sobrevida na Itália.

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - A expectativa de sobrevida neste momento é de 85 anos para as mulheres e 80 anos para homens.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - A mesma lei de 2011, a Reforma Fornero, prevê, em caso de aposentadoria antecipada, uma penalidade de 1% do valor do benefício em caso de aposentadoria aos 61 anos; de 2% em caso de aposentadoria com 60 anos; e de mais 2 pontos percentuais por cada ano de aposentadoria antes dos 60 anos.

No último período — chegamos aos dias de hoje —, o legislador italiano voltou à ideia de uma maior flexibilidade na idade da aposentadoria. Alguns estudos



mostram que só o aumento da idade pode causar algumas consequências negativas, principalmente um imobilismo do mercado de trabalho e uma diminuição na produtividade em razão da mais difícil adaptação dos idosos aos novos processos tecnológicos.

Por essas razões, além da França e a Alemanha, também a Itália tomou medidas para permitir uma aposentadoria mais flexível, mas com respeito às regras atuariais. Um decreto e uma lei de 2015 permitiram às empresas reduzir as horas de trabalho dos trabalhadores idosos para permitir o recrutamento dos trabalhadores jovens.

Mais recentemente, uma lei de 2016 introduziu, com efeitos a partir de 1º de maio de 2017, por um período experimental de 2 anos, uma medida particular chamada APE, que é uma aposentadoria antecipada, financiada por meio de bancos. Os trabalhadores poderão se aposentar com 63 anos de idade por meio de um banco que vai financiar a maior despesa da aposentadoria, porque, neste momento, a idade da aposentadoria é 66 anos. Então, as pessoas podem se aposentar antes, mas a maior despesa vai ser financiada pelo banco. Depois, o trabalhador retorna o empréstimo nos 20 anos seguintes, com um seguro em caso de morte prematura a cargo do Estado.

A experiência europeia mostra, portanto, que o simples aumento da idade da aposentadoria é uma solução para o problema da sustentabilidade financeira, mas, ao mesmo tempo, uma medida pouco coerente com as necessidades do mercado de trabalho moderno. Nessa perspectiva, acho mais coerente com a realidade desse trabalho a proposta da aposentadoria fásica ou gradual, que foi elaborada pelo Arthur Bragança, da UNIFESP — Universidade Federal de São Paulo.

Enfim, as reformas dos últimos anos na Itália tiveram efeitos importantes sobre o gasto da aposentadoria, assegurando a estabilidade financeira do sistema. Isso, porém, não significa que todos os problemas foram resolvidos. As reformas dos últimos anos reduziram os gastos presentes e futuros, mas não puderam reduzir os gastos passados, que foram financiados, aumentando o débito público.

Um estudo recente calculou que 67% do débito público italiano foi causado pelos gastos do sistema de aposentadoria. Estou falando de uma soma de 1.491 bilhões de euros.



Não há estimativas do maior custo dos juros passivos, mas é evidente que só a despesa por juros, que é de 75 bilhões de euros por ano, só a despesa por juros representa um grande obstáculo para os investimentos e o financiamento de outras importantes funções sociais.

O atraso das reformas e o gradualismo das regras de transição geraram um déficit que já afeta seriamente as chances de desenvolvimento econômico da Itália, e a falta de investimentos representa uma das principais causas do declínio gradual do PIB italiano.

O déficit do passado afeta também os benefícios das gerações futuras. O pagamento dos juros e do débito irá reduzir pesadamente o montante das pensões futuras, criando um grave problema de adequação dos benefícios.

Em conclusão, a experiência italiana ensina que as regras de transição têm uma importância fundamental em qualquer reforma de previdência; o atraso das reformas e as regras transitórias geram um déficit que pode afetar de forma irreversível o desenvolvimento econômico futuro e o estado social futuro; e a generosidade da aposentadoria de hoje vai ser paga pelas gerações futuras.

E vou concluir com a mesma frase que geralmente utilizo. É ainda atual o que disse Alcide De Gasperi, um dos pais da República Italiana. Ele, citando James Freeman Clarke, disse:

“Os políticos pensam nas próximas eleições; os estadistas, nas próximas gerações. Os políticos pensam no sucesso do partido; os estadistas, no sucesso do País todo.”

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos agora ao último palestrante, que é o Dr. Heinz P. Rudolph, economista, financeiro e líder no Banco Mundial. O senhor tem a palavra.

O SR. HEINZ P. RUDOLPH - Boa tarde. Muito obrigado pelo convite para vir a esta Casa falar um pouco sobre a minha experiência, olhando o sistema previdenciário brasileiro nos últimos 8 anos.

Eu tive a oportunidade de falar com esta Casa, em outubro de 2014, quando fui convidado para ver a possibilidade ou a necessidade de uma reforma



previdenciária. Eu fico muito agradecido, pois agora tenho a possibilidade de falar sobre uma reforma que já está sendo discutida e que poderia ser um *paint mark*, com muitas experiências internacionais.

Em minha apresentação, eu vou falar um pouco sobre a previdência brasileira de uma perspectiva global e, depois, vou procurar fazer um *paint mark* da reforma da Previdência que está sendo hoje discutida por esta Casa. Eu vou falar um pouco sobre as taxas de reposição e sobre o equilíbrio fiscal em longo prazo (*falha na gravação*), como a necessidade da previdência complementar e o tema da previdência estadual. Finalmente, eu vou indicar um eslaide para falar sobre a transição.

(Segue-se exibição de imagens.)

O Brasil é um País jovem. Se olharmos este gráfico, os pontos quadrados vermelhos são os países europeus, e o Brasil é o País que está em verde. O que podemos ver é que o Brasil é um País jovem. Este gráfico mostra a razão de dependência demográfica, com a população que tem 65 anos ou mais sobre a população que tem entre 15 e 64 anos.

O Brasil, portanto, hoje tem uma posição muito favorável. Sem embargo, tem uma proporção de aposentados que é muito similar ao caso dos países europeus. Se olharmos de novo este gráfico e analisarmos a razão de dependência previdenciária, que mede a quantidade de aposentados sobre a quantidade de contribuintes, você pode ver lá que o Brasil tem uma razão de dependência similar a dos países europeus. Então, temos essa dicotomia.

Os países europeus tratam de equilibrar a razão de dependência demográfica com a razão de dependência previdenciária. O caso do Brasil é diferente porque existe uma diferença muito significativa entre ambas. O caso brasileiro também é interessante porque tem uma cobertura, incluindo agora a (*falha na gravação*), que recebem benefícios contributivos. A cobertura é muito alta e se compara com a da América Latina e com a dos países europeus também. A cobertura é alta. E isso fala muito bem do sistema brasileiro, é capaz até que os cidadãos brasileiros estejam recebendo a aposentadoria e não tenham o problema sério de pobreza das pessoas de idade mais avançada.



Sem embargo, alguns setores da população brasileira estão recebendo subsídios significativos, que chamamos de ideográficos. E temos as aposentadorias rurais ideográficas, pedidas diretamente à Secretaria da Previdência Social. E a contribuição da Previdência Social, se cada um tem 0,1% do PIB, no caso rural, os benefícios são 1,7% do PIB, lá em 2014. Portanto, temos um déficit lá de 1,6% do PIB. Isso é no setor rural hoje. Alguém está dando esse subsídio, e o subsídio vem provável e efetivamente da previdência urbana.

Então, isso vem acontecendo por muito tempo. Agora, a discussão é se isso poderá ser mantido no futuro.

Para financiar esses subsídios e para financiar a Previdência, no caso brasileiro, há uma despesa previdenciária que tem sido financiada com altas alíquotas de contribuição. Se fizermos uma comparação, um comparativo com os países europeus e com uma alíquota de contribuição para RGPS - Regime Geral de Previdência Social, entre 28% e 31%, isso é alto. Há o caso da Itália que está um pouco superior e, depois, vamos falar por quê.

E tem 31% de alíquota e contribuição, que é a alíquota máxima do RGPS, mas é um País jovem.

Também, a despesa previdenciária atual é similar à dos países europeus. A média dos países europeus está perto de 10% do PIB. E o caso do Brasil depende, pode haver algumas diferenças, mas, segundo o RGPS e o RPPS - Regime Próprio de Previdência Social, chega-se a uma despesa perto de 10% do PIB também.

Então, o tema é que o Brasil é um País jovem, mas tem uma despesa similar à dos países mais velhos e à dos países mais avançados.

Sobre a dívida previdenciária — eu peguei aqui um modelo e o valor presente dos benefícios previdenciários comprometidos —, o fechamento do RGPS, quanto é a dívida implícita do modelo previdenciário do RGPS, está-se falando de algo em torno de 160% do PIB. A dívida explícita, a dívida do Tesouro Nacional é perto de 60%, em 2014.

Então, vemos que a dívida do Tesouro Nacional é apenas um quarto da dívida previdenciária. As pessoas estão esperando que essa dívida seja paga em algum momento do tempo.



Olhemos um pouco o *blend marketing* da reforma previdenciária. Os déficits previdenciários brasileiros só podem piorar. Isso tem estreita relação com a demografia do País. E, no gráfico, na linha vermelha estão os beneficiários. E, na outra linha, estão os contribuintes, que têm que pagar o máximo de contribuição e excluir aqueles que estão pagando 5% de seu salário, porque isso é um pouco diferente.

O que acontece aqui? Claramente, o número de beneficiários será incrementado com o tempo, e o número de contribuintes está *flat*, mas depois vai começar a diminuir. Essa conta, com o sistema de subsídio, com o sistema de despesa, só pode piorar. Não deve haver mais a Previdência rural. É um tema, basicamente uma questão de demografia do País, num processo decente, para sustentar o sistema previdenciário que hoje existe no País.

Hoje, como eu falava no começo, o Brasil é um País jovem, tem uma demografia, uma razão de dependência demográfica que é muito jovem. Mas, no ano de 2053, vai ser um País com uma demografia não muito diferente da demografia dos países europeus. Então, temos que pensar: qual é o sistema previdenciário que tem que ser discutido? É uma reforma que tem que ser pensada para as próximas décadas, quando o Brasil já não for mais um País jovem. O Brasil vai ser um País velho, vai ser um País com a demografia similar à dos países europeus no ano 2053. E 2053 está muito perto.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HEINZ P. RUDOLPH - A reforma previdenciária brasileira segue a caminhada das reformas dos países europeus dos últimos anos. Quais são as principais reformas que tem feito a Europa, nos últimos 10 anos? Primeiro, restringiram os requisitos para a aposentadoria antecipada; incrementaram os benefícios para a aposentaria antecipada; incrementaram a idade de aposentadoria, igualando a idade de aposentadoria de homens e mulheres; incrementaram o período de contribuição, criando um reajuste automático da idade de aposentadoria e flexibilizando o limite que combina aposentadoria e trabalho.

Este gráfico, esta tabela — não sei se conseguem ver até ao final — mostra os países europeus e todos os países que têm feito muitas reformas nos últimos 10 anos. A reforma brasileira, a proposta de reforma constitucional, está muito alinhada



com estas reformas. A idade de aposentadoria de 65 anos, que parece ser um salto forte para o caso brasileiro, vai ser o piso como em 1940 na Europa. De novo, o Brasil é um País com a demografia similar. Este é o piso: 65 anos. No resto dos países, vai ser com a idade entre 66 até 70 anos, e ainda mais do que isso.

Os países da OCDE estão procurando também igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Cinquenta e um por cento dos países da OCDE já têm a idade de aposentadoria igual entre homens e mulheres; 35% deles têm legislado mudanças na idade de aposentadoria para igualar as duas coisas. Só 14% dos países da OCDE não têm feito esta mudança e aqui é incluído o caso do Chile, conforme o meu colega Arthur Bragança falou no começo.

Taxas de reposição: o que a reforma previdenciária está querendo basicamente mudar? A quantidade de beneficiários e a quantidade de contribuintes para o sistema. O corte seria quando as duas linhas estivessem cruzadas, antes da reforma, e estamos falando em torno de 2033, 2034. Agora, isso vai mudar para o ano de 2050, 2052. Mas o tema demográfico está lá e pode ajudar um pouco a resolver os problemas de duas décadas. Mas a demografia é muito... Os câmbios demográficos são muito fortes, paulatinos, mas muito fortes.

Então, temos que marcar a taxa de reposição. Se eu comparo a taxa de reposição dos países europeus com a taxa de reposição depois desta reforma, vemos que será alta no caso do Brasil. A taxa de reposição média dos países europeus é de apenas 56%, são taxas de reposição agregadas.

Hoje de manhã, eu olhava o caso da Suécia. Na Suécia, há um sistema de muito pilar: há um esquema nacional, há uma contribuição definida financeira, há também previdência complementar corporativa. No total, a taxa de reposição para o pessoal que começa a trabalhar aos 20 anos e se aposenta aos 65 anos é de 62%. Mas, se a pessoa trabalhar 45 anos na Suécia, há uma taxa de reposição de 72%.

Aqui, se uma pessoa trabalhar por 45 anos, a taxa de reposição será de mais de 96%. O comparativo para países com uma demografia similar é que o Brasil, com a reforma, vai seguir *outline*.

Outras medidas de taxas de reposição dos países europeus incluem a proporção de benefício, a taxa de reposição bruta e a taxa de reposição agregada.



Essas são as medidas, que, na média, estão perto de 50%. Aqui, o piso para uma pessoa que trabalhou 25 anos vai ser de 76%.

Se olharmos o modelo altamente divulgado dos países europeus, uma pessoa que começa a trabalhar aos 25 anos e se aposenta aos 65 anos, com 100% de contribuição, recebe em média 76%. E, se o brasileiro se aposentar após trabalhar 40 anos, receberá 91%. Vai mudar o que há hoje, que é de 100%, para 91%. Se se comparar a taxa de reposição do Brasil com países europeus, ainda assim a taxa do Brasil é alta.

Os incrementos adicionais da alíquota de contribuição nos parecem razoáveis. No caso do RGPS, é possível, mas há temas fortes em relação à competitividade da economia brasileira.

A economia brasileira é uma economia que está se abrindo ao mundo, tem que ser aberta ao mundo, tem que competir com outros países, e o custo laboral da força de trabalho pode ser cotizado com alíquotas que já são altas, e também as futuras gerações podem pagar esse custo.

A previdência complementar, hoje, tem os fundos fechados e fundos abertos, mas a cobertura é ainda pequena. Acho que há espaço para outros pilares no sistema para que também tenham previdência complementar. Isso implica que a previdência complementar pode ter aumento de cobertura e, para isso, é preciso a melhor focalização dos incentivos tributários à previdência complementar privada.

Enquanto o sistema previdenciário brasileiro está baseado em pilar único, que é a seguridade social, o RGPS ou RPPS, a maioria dos países europeus têm também, com coberturas altas, sistemas com outros pilares de previdência complementar. Acho que disso vamos precisar. Tenho aqui nas taxas de reposição a forma de poder complementar o ingresso previdenciário das pessoas na previdência complementar.

Eu tenho dificuldade para entender o tema do FGTS, no caso brasileiro. Há uma alíquota de 8%, com uma taxa de rentabilidade de apenas 3%, claramente inferior à taxa dos juros da dívida soberana, eu não sei o porquê.

Acho que é possível pensar um sistema em que uma parte do FGTS — porque as gerações futuras vão sofrer queda de sua taxa de reposição —, hoje, como uma opção, seja investido em algo que seja mais perto de uma previdência



complementar. Isso deixo de presente aos Deputados, para que possam avançar mais.

O segundo tema é o tema da previdência estadual. A previdência estadual ainda parece sustentável em longo prazo, porque há o RGPS e os fundos previdenciários. A reforma de 2003 e a de hoje também propõem previdência complementar para a pessoa que quiser receber aposentadoria acima do teto. O problema é a estrutura demográfica da previdência estadual, são muitas pessoas que vão se aposentar no período de 3 a 5 anos. Vai haver um crescimento explosivo da despesa previdenciária dos Estados.

E se o tema da transição da reforma não estiver focalizado nisso? E, respeitosamente, Srs. Deputados, acho que esse é um tema que vai precisar de reformas adicionais, para poder *solventar* a despesa, para poder *solventar* uma adequação do benefício, a fim de dar sustentabilidade futura aos déficits previdenciários estaduais.

Aqui temos um gráfico que mostra o gasto, por exemplo, de uma professora, que pode se aposentar aos 50 anos, que contribui entre os 25 e os 50 anos, que tem uma alíquota de contribuição de 33% — essa linha debaixo, preta, é a alíquota de contribuição de 33%. Aposenta-se aos 50 anos e tem uma expectativa de vida de, não sei, 53 anos — um professor, tipicamente, vive mais. Qual é o montante de subsídio que está recebendo essa pessoa? De 84%. O que a pessoa contribui é esta parte azul, que está abaixo desta linha preta, e depois vive com um benefício com integralidade, equivalente ao último salário. Isso implica 84% de subsídio. A conta para essa aposentadoria não fecha, não pode fechar. É preciso fazer algo. E o problema é que isso não vai acontecer daqui a 20 anos, 30 anos. Está muito perto.

A transição. A transição e os efeitos distributivos da reforma. Qualquer reforma previdenciária é custosa e precisa ser financiada por alguma geração. A reforma de 2003, por exemplo, jogou para frente os custos. E as pessoas que entraram no sistema em 2003 vieram para frente, com o novo sistema, depois de 2003. Mas há uma discussão agora de como resolver o problema previdenciário, porque não foi suficiente essa reforma.

A proposta da reforma tem uma transição aqui. A reforma da Itália, de que estavam falando de Mario Monti, teve uma transição que foi muito curta, de 6 anos,



mais ou menos. A reforma da Grécia foi da noite para a manhã. Mas a velocidade disso depende da gravidade do caso.

Qualquer fórmula matemática para uma transição é tão boa ou arbitrária como qualquer fixação de uma idade de corte, como está na reforma atual. Esse é um tema de gravidade, um tema de compromisso, mas uma fórmula matemática não vai dar algo que seja mais perfeito do que uma idade de corte.

Alguém tem que financiar a reforma, esse é o tema de fundo. E não podem ser apenas as gerações futuras. A reforma do RGPS, a transição, está dando um espaço. No caso do RPPS, não temos certeza, porque há muita despesa que está vindo no curto prazo, mas o tema aqui, a transição é basicamente uma forma de dar sustentabilidade ao sistema, no curto e longo prazo. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Chegamos ao final da primeira parte do nosso seminário. Teremos agora o intervalo de 10 minutos para que apreciemos um lanche que está servido e para que possamos ir ao plenário registrar nossas presenças.

Eu vou dialogar com o Presidente a respeito das votações que acontecerão. Os senhores estão convidados a retornarem em 10 minutos para que possamos retomar o debate e perguntas. Há 11 Deputados inscritos para o debate. Então, até daqui a 10 minutos.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Convido a todos para retornarem ao plenário, para que possamos retomar os trabalhos. Peço que me sejam fornecidas as listas dos inscritos para o debate. *(Pausa.)*

Lembro os ilustres colegas de que o objetivo deste seminário é buscarmos informações a respeito do que está acontecendo em países vizinhos. É nesse sentido que estamos tendo a honra de receber os ilustres conferencistas.

Para perguntas, pode-se utilizar o microfone que está ali ou o do púlpito.

Há 12 Parlamentares e um representante de entidade da sociedade civil inscritos.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Relator, para suas considerações e perguntas.



O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente Carlos Marun, eu quero efusivamente saudar com muita alegria a todos aqueles que se dispuseram a sair das suas cidades, dos seus países, para vir até aqui contribuir conosco nesta tarefa extremamente difícil de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu peço que V.Exa. aguarde um pouco. Nós precisamos de equipamento de tradução simultânea à mesa.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, o equipamento não é necessário. Pode dar sequência, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente, dando prosseguimento à minha fala, eu quero agradecer a generosidade — generosidade é a palavra correta a ser usada — de todos esses homens, que vieram dos seus países, de tão distante, para trazer a sua contribuição. Independentemente das posições que tenhamos aqui, de concordância ou discordância, importa perceber que todos vieram cumprir o papel de trazer a experiência de seu país e o seu conhecimento a respeito da matéria. E todos trouxeram, sem dúvida, uma contribuição muito significativa para esse debate.

Quero saudar o Dr. Alberto Arenas, o Dr. Ari Kaplan, o Dr. Carlos Garavelli, o Dr. Giuseppe Ludovico, o Dr. Heinz Rudolph e — deixei por último o meu xará, palestrante daqui do Brasil — o Dr. Arthur Bragança.

Sr. Presidente, para nós é fundamental fazer uma avaliação comparativa no momento em que estamos escrevendo a nossa reforma previdenciária. Ouvi com atenção cada um dos palestrantes e devo dizer que me chamou especialmente a atenção a fala do Ministro Alberto Arenas, um dos mais próximos do ponto de vista geográfico, pela comparação entre a reforma previdenciária feita no Chile e a mudança que hoje propomos no Brasil.

Ele tratou do que foi realizado no Chile e das dificuldades que estão vivendo. Trouxe, de fato, um ensinamento importante para nós. Com o que foi feito no Chile, uma mudança abrupta de uma regra de compartilhamento para uma regra de capitalização, obviamente, houve, tempos depois, dificuldade para financiar a regra preexistente, que era a regra de transição.



Obviamente, está patente a necessidade de elaboração de uma reforma no Brasil.

Dr. Heinz Rudolph, fiquei muito impressionado com a profundidade do conhecimento que o senhor tem da realidade brasileira. Pelo que o senhor demonstra e demonstrou na sua palestra, é uma realidade muito semelhante à de outros países, e os caminhos que o senhor aponta se identificam muito com o meu pensamento em relação a essa reforma. Há necessidade de regras que, acima de qualquer outra coisa, garantam a sustentabilidade da Previdência Social.

Evidentemente, a forma como estamos conduzindo as coisas no Brasil, com uma previdência extremamente generosa, com certeza nos levará a uma situação em que não poderemos mais, em muito pouco tempo, dar continuidade a esse tipo de prestação social aqui no nosso País.

Queria dizer ao Dr. Giuseppe Ludovico, que veio lá da Itália, que, na sua fala, muito me chamaram a atenção os seus comentários a respeito da transição do novo sistema que estamos construindo no Brasil. De fato, Dr. Giuseppe, a transição é um dos pontos mais criticados da nossa reforma.

Queria dizer aos senhores, na condição de Relator, que as principais demandas que me têm chegado dentro da relatoria são, em primeiro lugar, as regras de transição, a questão da desvinculação, que chamamos no Brasil de Benefício de Prestação Continuada — BPC. Trata-se de benefício para as pessoas que não contribuíram e para as pessoas inválidas também.

Nós estamos trabalhando a questão dos trabalhadores rurais no Brasil, mas é fundamental que se tenha a percepção de que há diferença entre trabalhadores rurais, porque há dois tipos: por um lado, o trabalhador rural que tem a carteira assinada, está vinculado a uma empresa, recebe o seu salário ao fim de cada mês e tem condições de contribuir com a Previdência e assemelha-se muito proximamente ao trabalhador urbano. Por outro lado, temos o trabalhador da agricultura familiar, que vive na sua propriedade, não recebe salário e tem mais dificuldade de contribuir. Portanto, esse trabalhador causa a parte maior do déficit da nossa Previdência. Muitos defendem a tese de que esse trabalhador, justamente por não contribuir, não deveria estar vinculado à Previdência, mas ao BPC.



Discordo dessa questão, porque muitos desses trabalhadores, ainda nessas condições, eles de fato contribuem, mas a nossa regra atual faz com que as contribuições sejam feitas de maneira não individualizada. A contribuição é feita pelo conjunto da família, o que tem trazido dificuldades ao Governo para fiscalizar quem de fato está no campo e os que se mudaram para a cidade, não contribuíram e, ao final da vida, retornaram para o campo para conquistar a sua aposentadoria. Mas esse é um dos temas mais delicados da reforma.

Outro tema que é muito demandado diz respeito às aposentadorias especiais, sobretudo para as categorias de professores e policiais, uma vez que elas têm aposentadoria especial em razão do contato com substâncias tóxicas, etc., e já estão contempladas na PEC.

A questão da mulher também é bastante tratada nessa nossa reforma, no que se refere à manutenção da mesma idade para homens e para mulheres. Isso é uma questão também bastante demandada.

A última, a sexta questão, trata da não acumulação de pensão e aposentadoria.

Esses seis temas são os pontos mais tratados aqui, mais demandados pelos Deputados, que, sem dúvida, merecerão, ao longo dessa nossa jornada — falo jornada de escrever a nova lei previdenciária do Brasil —, atenção mais direcionada.

Exatamente hoje, até meio-dia, encerra-se o prazo para a apresentação de emendas. A notícia que eu vi na imprensa é de que foram apresentadas 69 emendas à reforma da Previdência.

A partir de amanhã, vamos iniciar um trabalho de divisão dessas emendas por assunto de que se está tratando. Entendo que o processo legislativo é de aperfeiçoamento. Temos que traduzir a aspiração desta Casa, fazendo, na própria PEC, as alterações que esta Casa compreender que sejam de fato necessárias para aperfeiçoar a reforma da Previdência, a PEC 287, mas com a convicção de que ela é fundamental para o Brasil.

Não há possibilidade de continuarmos com o gasto previdenciário e com a generosidade previdenciária que se construiu neste País. Não temos condição de continuar com a aposentadoria de pessoas de 40 ou 50 anos. Essa é uma ação que só existe no Brasil. Os senhores que são especialistas sabem que são pouquíssimos



os países no planeta que ainda preservam esse modelo de aposentadoria não por idade mínima, mas por tempo de contribuição. Então, certamente o Brasil precisa modernizar a sua relação com a lei previdenciária.

Finalmente eu quero dizer, meu amigo Dr. Arthur Bragança, que a inovação é sempre vista com espanto. Mas é aquela coisa que o meu conterrâneo Caetano Veloso diz: *“Narciso acha feio aquilo que não é espelho”*, e nós nos espelhamos aqui sempre nos modelos tradicionais da reforma previdenciária.

Pessoalmente fiquei muito orgulhoso. Eu convidei o senhor a vir aqui, apesar de o senhor não ser um expositor internacional. Fiquei muito feliz de convidar o senhor a vir aqui para apresentar uma ideia nova, que não é do Governo, não é a favor nem é contra o que está aí, é algo novo, é algo para pensarmos o futuro.

É engrandecedor para o debate que tenhamos sempre ideias novas, ideias que apresentem uma quebra do paradigma, e o senhor fez isso aqui de maneira brilhante na tarde de hoje.

Com essas considerações, eu queria deixar aqui para os senhores as seguintes perguntas. Primeira: o que os senhores acham dos países que ainda preservam exclusivamente, como é o caso do nosso País, o Brasil, o tempo de contribuição como critério de aposentadoria?

Segunda questão: como, nos respectivos países, os senhores trataram, na previdência, a figura do trabalhador da agricultura familiar, se é que existe nos países dos senhores essa distinção clara, como eu mencionei que há no nosso País, entre agricultura do agronegócio e agricultura familiar?

Terceira questão: eu também queria ouvir a opinião dos senhores a respeito de não haver mais a integralidade da aposentadoria. Nos países e nas experiências que os senhores conhecem, como está funcionando a integralidade do pagamento de pensões e aposentadorias?

Finalmente, mais uma vez quero agradecer penhoradamente aos senhores a participação neste evento.

Quero parabenizar o Dr. Marcelo Lapa, que é o Secretário da nossa Comissão — ele foi o principal responsável pela organização —, e os demais funcionários da Comissão, que tiveram todo o empenho para realizar este seminário para convidar os nossos ilustres palestrantes.



Eu passo a palavra ao Sr. Carlos Garavelli.

O SR. CARLOS GARAVELLI - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - No Brasil, fala-se em integralidade quando o recebimento da aposentadoria ocorre no mesmo valor do salário, é igual ao salário; e em paridade quando a correção da aposentadoria é igual à correção do salário. O senhor conseguiu entender?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou estabelecer o seguinte sistema. Nós já vamos abrir a palavra para as respostas à pergunta do Relator.

Na sequência, nós ouviremos uma entidade e Parlamentares. Eu entendo que nós devemos fazer de uma forma diferente da que temos feito nas audiências públicas, no sentido de todos perguntarem e ao final responderem. Eu vou dividir as perguntas em blocos de cinco, para ouvirmos as respostas. Nós teremos nesse caso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu vou fazer dois blocos de seis Parlamentares, certo? Nós vamos ouvir as respostas às perguntas do Relator, dividir em dois blocos de seis Parlamentares e ouvir a pergunta e a consideração da Federação Nacional dos Enfermeiros.

Eu passo a palavra, na ordem de chamada, ao Sr. Alberto Arenas de Mesa, ex-Ministro da Fazenda do Chile.

O SR. ALBERTO ARENAS DE MESA - *(Manifestação em espanhol.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço aos senhores expositores que sejam mais concisos em suas respostas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sr. Relator, a propósito, eu criei um momento especial para a resposta a V.Exa. Sugerem os colegas que nós ouçamos os Parlamentares e, ao final, as respostas se deem em um único bloco, ou seja, retornemos à posição, ao método que utilizamos nas audiências públicas.

Então, nós precisamos que os senhores expositores anotem as perguntas porque talvez vamos passar cerca de 40 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Bloco de seis?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Eu acho que vou fazer na sequência e, ao final, ouviremos as respostas.

Vamos ouvir os Deputados e a Federação dos Enfermeiros e passaremos, então, às respostas.

O primeiro inscrito...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, temos uma votação nominal. É importante explicar a eles que estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em termos de consolidação, nós conseguimos. Temos que ver, efetivamente, a necessidade de nós irmos ao plenário. Cada Deputado, daqui a pouco, quer registrar a sua posição na votação.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente Carlos Marun, o Presidente da Comissão deveria falar com o Presidente da Casa para consolidar o voto na última votação ou justificar, para nós podermos permanecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Justificar está sendo mais difícil. Consolidar na última, eu vejo com mais tranquilidade. Mas, vou fazer essa gestão.

Passo a palavra ao primeiro Parlamentar inscrito. Vamos estabelecer quanto tempo? Três minutos? Agora não se trata de debate, é diferente. Agora o momento é de perguntas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O tempo será de 5 ou 4 minutos. Tem que haver uma diferença entre o seminário e a audiência pública. Na audiência pública ocorre o debate; aqui, nós vamos trocar informações. Não adianta querermos convencer os nobres chilenos, canadenses das nossas posições.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Questão de ordem, Sr. Presidente.

Poderíamos também pedir ao Presidente da Casa que abonasse a falta de todos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos continuar, então.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ivan Valente. S.Exa. dispõe de 4 minutos.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, regatear 1 minuto aqui não resolve nada. Nós estamos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É mais para um princípio...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Houve até *coffee break* aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós estamos num seminário — não é discussão, é seminário — para busca de informações. Com esse espírito é que nós entendemos que deve ser conduzido este seminário.

A palavra é sua, Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente e convidados, primeiro, quero agradecer a presença de todos. Certamente nós tomamos conhecimento de muitas questões. Uma coisa é o Chile, outra coisa é a Itália, outra coisa é o Canadá. Nós estamos com representantes de países bem diferentes aqui e com um representante do Banco Mundial. O Banco Mundial foi sempre quem indicou as receitas do Fundo Monetário Internacional para nós, ou seja, a fórmula é fiscalista.

Fazer reforma da Previdência significa planejar para o futuro — alguém disse isso. É planejamento de longo prazo. Aqui no Brasil se faz reforma da Previdência de 4 em 4 anos. Todo Governo diz: “*Vamos fazer a reforma da Previdência*”. Não há cálculo atuarial decente no Brasil, ele é mentiroso.

Um segundo ponto é que é preciso conhecer o mercado de trabalho brasileiro, a informalidade, a ilegalidade da contratação, o desemprego de 12% e 13% que nós estamos vivendo. Como alguém pode contribuir durante 25 anos dessa forma? O Chile desistiu da contribuição porque ele sabe da informalidade e sabe que se está desvacionando o jovem para ter aposentadoria pública no nosso País. É isso o que está acontecendo. Todo mundo vai fugir da aposentadoria. E nós sabemos o que aconteceu no Chile, com o Pinochet: privatização total da saúde, da educação, da previdência. Agora estão revendo várias coisas lá, como a educação, a saúde, e assim por diante. Então, evidentemente o Estado tem que entrar com alguma coisa.

Eu quero dar outro exemplo: o nosso representante do Canadá disse claramente que saúde e previdência andam juntas, ou seja, há o orçamento da Seguridade Social. O Canadá tem um dos melhores sistemas únicos e públicos de saúde do mundo. Aqui nós estamos tirando dinheiro do Serviço Único de Saúde —



SUS para entregar ao setor privado. Não afirmamos o SUS desde 1988, que estava na Constituição. Isso se chama orçamento da Seguridade Social.

E não me venham, debatedores ligados ao neoliberalismo, dizer que não existe orçamento da Seguridade Social. Vão ler a Constituição brasileira. Lá está escrito sobre orçamento da Seguridade Social e as contribuições que foram criadas por esse orçamento.

Ora, como a Dinamarca pode colocar 74% de dinheiro, e dinheiro do Estado? É isso o que o Chile está fazendo aqui também.

Outra questão é que pensar a longo prazo não é pensar num mercado de trabalho de 1960 para 2060, como se não tivesse acontecido nada, não houvesse informática, não tivesse havido avanço da sociedade, não houvesse robotização. Isso tudo é esquecido quando se trata de fazer uma reforma da Previdência fiscalista, em que quem tem que pagar a conta da crise é o trabalhador.

Então, nós não podemos pensar em reforma da Previdência a partir da brutal crise econômica que nós estamos vivendo, com um PIB caindo a menos 7% em 2 anos. Então você diz: *“Vamos fazer. Aí, sim, tem que aumentar a idade, tem que aumentar a contribuição”*. Não é verdade. País de Primeiro Mundo... O nosso próprio representante da Itália disse qual é a expectativa de vida na Itália. Eu entendi que é de 10 anos a mais do que a brasileira. A idade mínima para aposentadoria que nós queremos estabelecer aqui é de 65 anos; na Itália é de 66 anos. Lá na Itália podem-se garantir 10 anos a mais de sobrevivência; aqui não, é como são os pulmões brasileiros, a saúde dos brasileiros.

Nós somos um país que não é tão generoso assim, porque a taxa de reposição não passa de 50%. Esta é a verdade: não passa de 50%. E se vocês me disserem que os brasileiros idosos que recebem o Benefício de Prestação Continuada de um salário mínimo, levem em conta que mais de 70% dos aposentados brasileiros ganham apenas um salário mínimo, que não é igual ao do Canadá, que é 13 mil dólares, indo para 19 mil dólares, como falou o nosso debatedor.

Então, se você pensar nessa realidade brasileira, vai ver o seguinte: se não houvesse o Benefício de Prestação Continuada, nós teríamos aqui não 7% de idosos na rua, como pedintes, mas 70% de idosos como pedintes.



Aqui no Brasil, esse sistema que se quer implantar com essa reforma — quero dizer aos nossos debatedores — vai atingir os pobres, os vulneráveis, os de baixo, os que já pagaram a conta da crise. Eu quero que vocês levem isso lá para fora.

Aqui a Previdência estadual está falida, sim. O agronegócio não paga ICMS. Há uma lei chamada Kandir que não é revogada. O principal produto de exportação não paga imposto no nosso Brasil. É de 450 bilhões a dívida previdenciária dos caloteiros, empresários que não pagam à Previdência no nosso País.

Essa é a realidade que eu quero que os nossos convidados levem para o estrangeiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao segundo Deputado inscrito, que é o Deputado Arlindo Chinaglia, pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Da mesma maneira, queria agradecer a presença e dar as boas-vindas aos nossos convidados.

Ao cumprimentá-los, eu queria, primeiro, dar informações do Brasil, porque, quando se discute tecnicamente, é preciso conhecer a realidade. A expectativa de vida do homem no Maranhão é de 66,6 anos; no Piauí, 66,8 anos; no Ceará, 69,7 anos; em Alagoas, 66,5 anos. Isso ocorre na Região Nordeste. Nos outros Estados, quem chegou mais longe foi o Rio Grande do Norte, com 71,5 anos.

Portanto, com a idade mínima de 65 anos, quem conseguir pagar, seguindo a proposta da reforma, pelo menos 25 anos de contribuição, poderá não ter tempo de vida para descansar na sua velhice.

Na Região Norte, em Rondônia, a expectativa de vida é de 68,1 anos; no Amazonas, 68,4 anos; e por aí vai.

Isso é para reforçar a tese de que essa proposta não para de pé, a não ser que se abdique da função social da Previdência Social, ou seja, de prover o trabalhador quando ele já está doente, quando ele não pode mais trabalhar.

Eu queria, carinhosamente, me dirigir ao Prof. Ludovico. Ele fez uma referência a um dos pais da República italiana quando disse que o estadista pensa



no país, nas próximas gerações, e o político pensa nas próximas eleições. Deve haver muita verdade nisso.

Entretanto, quando se fala num país, é preciso saber o que o compõe. Aqueles que se orientam pela proteção aos mais ricos não estão pensando no país. O senhor mesmo disse que o pagamento de juros na Itália impede o investimento e o desenvolvimento dela. Esse é o mesmíssimo caso do Brasil.

Se houvesse coragem por parte dos sucessivos Governos brasileiros, eles deveriam equacionar juros. Quem mais paga impostos no Brasil são os pobres, aqueles que ganham salário mínimo. Quem ganha menos de um salário mínimo, paga mais ainda. Por quê? Porque pelo menos a metade — 50% — dos impostos são impostos indiretos. Não se paga Imposto de Renda de forma decente.

Agora está em curso uma proposta de reforma tributária, e uma das coisas que se propõe é acabar com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e com o COFINS, que são dois portentosos financiadores da Seguridade Social.

No caso do trabalhador rural, especialmente aquele cuja atividade é de subsistência, foram previstas fontes de financiamento. Não se trata de um favor, mas de uma concepção.

Portanto, eu queria indagar do Dr. Alberto Arenas e do Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou concluir. Peço mais 30 segundos, Sr. Presidente.

Como os senhores conseguiram fazer um fundo e viabilizar que o Estado assumisse a Previdência, a pensão, de 60% dos mais pobres? É disso que nós precisamos.

Queria ainda que o senhor nos contasse qual é o balanço que faz hoje desse projeto de 40 anos que o senhor mencionou. Os senhores nadaram contra a corrente. A pergunta é: deu certo ou não deu certo? A segunda pergunta: o senhor defende que o Brasil vá a favor da corrente ou contra a corrente também?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao terceiro Deputado inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues.



O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Boa noite a todos e a todas. Agradeço as contribuições, ainda que tenha profundas divergências em relação a algumas delas.

Em primeiro lugar, o Relator falou que há de se acabar com o sistema que ainda aposenta pessoas aos 40 anos de idade. Eu não sei a que ele se refere, porque, com a reforma do Fernando Henrique, complementada pela reforma do Lula, isso acabou: os professores, como eu, perderam a aposentadoria especial. O uso de informações inverídicas, particularmente num seminário internacional, nos envergonha. Aliás, há poucas categorias de Estado que ainda usufruem desse privilégio. São elas as categorias intocáveis, que ganham grandes salários ou que têm armas nas mãos — não se mexe com as Forças Armadas.

Em segundo lugar, a Europa e os países desenvolvidos trabalham, sim, com idade mínima, mas também com idade de referência. Houve aquela luta toda na França para se chegar à idade mínima de 62 anos, mas há quem possa se aposentar aos 58 anos.

Então, vamos parar com essa história, porque, quando o senhor fala na proposta do Governo ilegítimo e golpista de Temer, o que se discute é a proposta de uma idade única, para matar os trabalhadores de trabalhar, sem o direito ao benefício da aposentadoria.

O Dr. Chinaglia fez referência aqui à minha Região Norte. Ele quis dizer que ninguém vai se aposentar no meu Estado, o Pará, nem em Rondônia. Ele falou também no Nordeste, mas é do Estado mais rico do País.

Hoje, há estudos assinados por vários cientistas que destroem esse argumento falacioso de déficit da Previdência. Eu vou citar dois: o estudo do Dr. Eduardo Fanhani, da UNICAMP, e o da Dra. Denise Gentil. Eles foram convidados a virem aqui. Espero que não sejam boicotados. Esses estudos mostram que — vou citar uma das três regiões — em Capão Redondo, um dos bairros de São Paulo, o Estado com o segundo maior PIB do Brasil, maior do que o de muitos países da América Latina, exceto, talvez, México, Argentina e Chile, a expectativa de vida é de 53 anos, não chega aos 54 anos.

Eu estou falando do Estado de São Paulo! E não estou falando em média em São Paulo. Quando se fala em 68 anos no Norte, num Estado como Rondônia, estão



se esquecendo de que, nas comunidades indígenas, a cada mil crianças nascidas vivas, mais de 120 crianças morrem. O Estado brasileiro quer se tornar definitivamente um Estado genocida, quer matar quem nasce e inviabilizar a vida e a dignidade de quem trabalha — é disso que estamos falando!

Eu agradeço os presentes propostos aqui pelo dirigente do Banco Mundial. Não vamos deixar que se apropriem da contribuição do FGTS para servir à privatização do sistema da Previdência. Essa contribuição infelizmente está financiando casas para a classe média alta — já há 1,5 milhão —, quando poderia acabar com o déficit de quase 8 milhões de moradias!

Neste País, que ainda está entre as dez maiores economias do mundo, apesar e por causa das receitas da santíssima trindade do capital financeiro — Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial —, que são instituições do “Estado mundial”, entre aspas, da ONU, mas que servem ao interesse do grande capital, em vez de cumprirem o seu papel de instituição pública, transnacional...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que V.Exa. conclua, Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa. me permite falar por mais 1 minuto, Sr. Presidente, para que eu possa concluir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, eu permito.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Nós estamos vivendo a redução brutal de investimentos públicos, a redução de investimentos privados por falta de crédito, uma queda de 17% do PIB industrial em 3 anos.

Não há um cálculo atuarial sério: usam-se dados conforme a conveniência do Estado, com uma margem de erro de 50% para as projeções atuariais do Governo — é essa maracutaia do Governo que os cientistas provaram agora. É possível levar a sério um estudo de longo prazo que tem uma margem de erro de 50%? Que país tem um sistema atuarial dessa natureza? Só países que têm o Estado a serviço do grande capital, o Estado como instrumento de desigualização social, de destruição da justiça social, dos direitos à cidadania. Só assim se explica isso.

A crise é grande, mas trata-se de uma crise provocada, uma recessão provocada. Infelizmente não tenho tempo de me aprofundar, mas agora



descobrimos dados de dezembro de 2016 que indicam que há no Banco Central do Brasil, na conta única, 1 trilhão, 39 bilhões, 822 mil como segurança para os especuladores, os que detém título da dívida pública, beneficiários dos altíssimos juros — os mais altos do mundo! —, que inviabilizam qualquer possibilidade de equilíbrio fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Eu concluo com esta frase: aceito como presente do Banco Mundial que ele nos ajude a fazer a auditoria da dívida. Neste ano, este País, que tem um dos maiores orçamentos do mundo e um dos maiores PIB do mundo, vai pagar exatamente — isto foi quase unanimemente aprovado — 50,02% do orçamento de 2017 em juros e amortização dessa dívida criminosa, ilegal e imoral. O capital financeiro vai receber 1 trilhão e 722 milhões neste ano apenas — neste ano apenas!

Então, déficit da Previdência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, por favor, Deputado. V.Exa. está começando outra frase.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - No sistema de Seguridade não há déficit, há superávit, apesar de toda essa política destrutiva da economia nacional. Em 2015, o (*ininteligível*) foi de mais de 11 milhões o superávit. A média fora da recessão tem sido 80 milhões!

Falsa verdade não é admissível aqui. A verdade é que não há déficit, o déficit é uma farsa. Não podemos aceitar que tirem bode da sala! Essa proposta tem que ser derrotada.

Amanhã, o primeiro sinal é a mobilização nacional do nosso povo para ocupar este Congresso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, em respeito ao pessoal da enfermagem, que já está indo embora, que está erguendo os braços, eu vou pedir à nossa técnica que, quando eu abanar o braço, suspenda o som, por favor, para que possamos ter certa disciplina no andamento dos trabalhos.

Passo a palavra à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Boa tarde.



Vamos inaugurar a voz feminina aqui. Só há homem falando! Vamos botar as mulheres para falar um pouco. *(Palmas.)*

Primeiro, eu quero cumprimentar todos os convidados e agradecer por aceitarem a solicitação da Câmara dos Deputados no sentido de contribuir para o nosso debate e trazer informações dos seus países. Pareceu-me também que foi feita uma análise mais ampla, porque são todos especialistas em Previdência.

Eu escutei cuidadosamente todas as intervenções, e algumas delas me chamaram a atenção — umas, pelo fato de a visão se aproximar mais da minha; outras, por se tratar de uma visão um pouco mais restritiva do processo previdenciário.

Mas há um sinal de igualdade em todas elas: o reconhecimento de que a Europa é diferente do Brasil e de que não há como fazer uma reforma da Previdência sem dados concretos, metodologia de cálculo atuarial e planejamento em longo prazo. Quanto a esse ponto, todas as falas foram uniformes.

Diante disso, para informação — quero deixar a pergunta para o final —, esclareço que o Brasil começou sua primeira caixa de Previdência na década de 20 do século passado, em 1923. Começou-se com a ferrovia e, depois, foram criados institutos por categoria. Quem não tinha a sua carteira assinada — seu vínculo formal de trabalho — estava excluído de toda e qualquer assistência de saúde e até mesmo de assistência social. Isso era chamado de indigência, orfandade do sistema de saúde brasileiro.

Nós levamos 65 anos para construir um sistema solidário, de repartição e intergeracional, que é o que foi impresso na Constituição em 1988, após muita luta e muito debate e depois de se derrotar uma ditadura militar no Brasil.

Esse sistema, Prof. Arthur, deu certo. Sua média financeira de sustentabilidade — todos nós queremos a sustentabilidade e a cobertura de benefícios, como disse o Prof. Alberto, do Chile — durante todo esse período foi absolutamente superavitária. Isso aconteceu porque nós deixamos de considerar apenas a folha de salários e passamos a ter uma pluralidade de fontes para a Seguridade Social, que dá cobertura à Previdência, à saúde e à assistência.

Dizem que, se colocarem mais recurso na Previdência, a saúde vai ficar sem dinheiro. Isso não é verdade — não é verdade —, porque os 56 bilhões de reais de



superávit obtidos anualmente em média entre 2008 e 2015 não foram usados na saúde, foram retirados pelo Tesouro da União, através da chamada Desvinculação de Receitas da União — DRU, para financiar gastos financeiros do Governo. Então, o dinheiro existia, seja para aumentar benefícios, seja para investir na saúde ou na assistência social, mas foi deslocado para outras prioridades, principalmente gastos financeiros.

É bom fornecer um dado para os senhores que mostra que esta reforma não está sendo discutida pensando-se no longo prazo. Aqui, nós acabamos de aprovar — contra o meu voto e o de muitos que aqui estão — uma mudança na Constituição que limita o teto de gastos do Brasil de acordo com a inflação por 20 anos.

O argumento central da reforma não é o déficit — isso é a propaganda, é o *marketing*. A questão é como encaixar a Previdência nesse teto de gastos. Não pode haver um aposentado a mais, e o que se gasta hoje não pode permanecer nesse nível, tem que ser reduzido.

Esta proposta de reforma aumenta a impossibilidade de se alcançar o benefício. Ele fica inalcançável para a maioria da população. E, para quem já está dentro, ele é reduzido: a pensão é diminuída em 50%, os benefícios têm cálculo reduzido, e assim por diante.

Então, nosso problema não é déficit previdenciário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vou concluir.

Nosso problema aqui não é déficit previdenciário, é encaixar a Previdência no chamado teto de gastos.

Se V.Exa. me permite, Sr. Presidente, vou citar só alguns dados para complementar uma pergunta.

Esta é a pergunta que eu deixo: quantos trabalhadores domésticos existem na Europa ou no Canadá? Nós sabemos que nem existe trabalhador doméstico lá. Só imigrantes ilegais cumprem esse papel. Aqui no Brasil, até o ano passado, 92% dos trabalhadores domésticos eram mulheres — em sua maioria, negras — sem carteira assinada, em situação precária de emprego.



Aqui, um trabalhador, quando está formalizado, contribui em média 6 meses por ano, para ter uma carência de 25 anos. Para se aposentar por idade — já é preciso ter 65 anos, se homem, e 60 anos, se mulher —, é necessário trabalhar durante 50 anos.

Aqui, 68% das aposentadorias são de um salário mínimo. O salário mínimo no Brasil é de 283 dólares. Não há isso no país dos senhores. Vai se estabelecer uma taxa de reposição de 51% para um salário mínimo com o qual não dá para viver?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vou concluir agora.

Aqui no Brasil, 97% dos trabalhadores se aposentam com até cinco salários mínimos, com até mil dólares. Aqui, quase 40% da população, Deputado Marun, não chega aos 65 anos de idade.

Então, esta é a pergunta que eu faço: como, diante desses dados — os poucos dados que eu consegui apresentar aqui, pela falta de tempo —, nós podemos fazer uma reforma da Previdência que acaba com a solidariedade, acaba, na verdade, com a repartição e acaba com a sustentação geracional? Essa é a questão que fica.

O Brasil está assim. Esta reforma ou é de quem não conhece o Brasil ou é de quem está de costas para ele — na minha opinião, este Governo se encaixa nos dois casos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Pepe Vargas, também pelo tempo de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Prezado Presidente, quero saudar todos os presentes, especialmente os palestrantes, que vieram aqui despendendo o seu tempo, cada um com a sua visão, dentro de um debate democrático.

Alguns colegas aqui já mencionaram a realidade social brasileira e a diferença que temos em relação à realidade social dos países da OCDE. Portanto, entendemos que não há como fazer comparações dessa natureza.

Para não ser repetitivo, eu queria só apresentar mais um dado, além dos dados que já foram apresentados aqui pela Deputada Jandira Feghali, pelo Deputado Arlindo Chinaglia e por outros que me antecederam.



Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 45% dos domicílios brasileiros têm uma renda *per capita* de 348 reais, ou seja, pouco mais de 100 dólares. A expectativa de vida dos homens residentes nesses domicílios é de 65,6 anos ou 65 anos e 6 meses. Isso quer dizer que, se for estabelecida uma regra de 65 anos linearmente numa situação como essa, muitos deles não se aposentarão ou se aposentarão à beira da morte.

Outro dado importante é a rotatividade criminoso e brutal do mercado de trabalho brasileiro. Em média, um trabalhador fica empregado por 6 meses. Nas regiões metropolitanas, o tempo de recolocação no mercado de trabalho é de 9 meses. Com 25 anos de contribuição e 65 anos de idade como requisitos mínimos para a aposentadoria, se um sujeito fica 6 meses empregado e 9 meses desempregado, com que idade ele alcançará o tempo de contribuição? Então, essas propostas não estão condizentes com a realidade brasileira. Queria que os senhores comentassem, mesmo que brevemente, a realidade do mercado de trabalho e a realidade social de distribuição de renda dos seus países.

Em segundo lugar, já foi dito aqui que o nosso País tem um sistema tributário profundamente regressivo: quem tem menos paga mais e quem tem mais paga menos. Nos países dos senhores, lucros e dividendos pagos a acionistas de empresas são isentos de tributação? Não é preciso pagar Imposto de Renda sobre lucros e dividendos? Aqui no Brasil, são isentos. O trabalhador assalariado tem desconto do Imposto de Renda no contracheque, na hora, e os acionistas de empresas, quando são distribuídos lucros e dividendos, são isentos do pagamento do Imposto de Renda. Nos países dos senhores também há isenção de taxaço de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos?

Outra questão que precisa ser tratada diz respeito ao fato, já mencionado aqui, de que o orçamento da Seguridade Social, à luz da Constituição do nosso País, é superavitário. Porém, há um déficit no orçamento fiscal. Então, o Governo transfere parte do orçamento da Seguridade Social para cobrir o déficit do orçamento fiscal ou parte dele, principalmente para pagar juros e serviços da dívida, que consomem 42% do Orçamento, enquanto a nossa Seguridade Social — saúde, Regime Geral de Previdência e assistência social — consome 22% ou 23% do Orçamento anual.



Então, nós não temos um problema orçamentário devido a uma generosidade do gasto fiscal brasileiro. Precisariamos gastar mais, inclusive, com saúde, por exemplo. Também é importante deixar isso claro no debate que nós estamos fazendo aqui.

Há ainda a questão da transição demográfica. É verdade que nós temos uma taxa de fecundidade declinante e que o povo brasileiro — que bom! — está vivendo mais. É preciso que isso melhore ainda mais. Nós estamos longe de ter uma esperança de vida ao nascer igual à de alguns dos países aqui representados.

O que não está sendo mencionado aqui é o bônus demográfico. Nós temos um período de bônus demográfico no País: até aproximadamente meados da década de 2040, a população economicamente ativa continua a crescer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Já estou concluindo.

Se for resolvido o problema da informalidade — quase um terço da população ocupada é de trabalhadores informais —, o nosso sistema previdenciário e a Seguridade melhorarão, só para citar um aspecto.

Neste período de bônus demográfico, seria importante investir maciçamente em educação para melhorar a produtividade da economia e os salários, mas nós estamos congelando por 20 anos os recursos para a educação. Também seria importante investir mais em saúde, para reduzir ainda mais a nossa mortalidade infantil — ela baixou muito, mas ainda é alta —, porque a cada criança que morre há uma pessoa a menos para contribuir com a Previdência.

Por fim, queria saber de V.Sas. se alguma das várias propostas de reforma da Previdência que acompanharam nos seus estudos foi realizada por um Governo de baixa legitimidade, que não foi eleito pelo voto popular, que não assumiu perante a opinião pública que iria fazer uma reforma da Previdência, a qual tem uma brutal rejeição da população. Para não fugir da nossa realidade, lembro que também o Congresso Nacional tem sido considerado de baixa credibilidade perante a população.

Então, para se fazer um pacto social ou intergeracional, é preciso um governo com legitimidade e um Congresso com credibilidade. Com todo o respeito a quem pensa o contrário, não é essa a realidade brasileira hoje. Não há como fazer uma



reforma da Previdência com um Governo que carece de legitimidade e um Congresso com baixa credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Se há algum lugar do mundo em que isso foi feito, eu gostaria de saber. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Convido para usar da palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, prezados colegas, prezadas colegas, senhores convidados, nós queremos agradecer sinceramente a boa vontade de virem participar deste debate tão importante para o nosso País e dividirem conosco o seu conhecimento, o seu tempo. Muito obrigado a todos que vieram de outros países, bem como ao professor da UNIFESP, que veio dividir conosco o seu conhecimento. Deixo a todos o nosso agradecimento sincero.

Eu lamentavelmente não pude assistir a todas as apresentações, porque a Ordem dos Advogados do Brasil, a entidade que representa os advogados brasileiros, ia trazer um manifesto contra a proposta de reforma da Previdência e, naquele momento, houve dificuldade para que eles entrassem aqui no Parlamento. Eu fui tentar ajudá-los e, por isso, tive que me ausentar. Portanto, perdi três das seis apresentações. Na verdade, perdi duas e meia — assisti a três apresentações e meia. Eu peço desculpas. Vou me dirigir àqueles interlocutores que pude ouvir, para não cometer nenhuma injustiça com alguém cuja fala eu não ouvi.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer muito ao representante do Chile, que dividiu conosco a sua experiência. Foi extremamente interessante a sua apresentação. MUITÍSSIMO obrigado.

Eu destacaria três pontos dentre os que o senhor apresentou para nós aqui. O primeiro deles é o cuidado para não se concentrar em apenas um dos aspectos na proposta de reforma, qual seja, a sustentabilidade financeira. O senhor nos mostrou como foi importante no caso chileno considerar os outros aspectos a fim de que se tivesse uma reforma que permanecesse, que durasse, e não uma reforma que em alguns anos fosse modificada, por ser insustentável.



O segundo aspecto que eu destacaria da sua fala, a qual foi muito importante ouvirmos, foi que é importante saber antes aquilo que embasa ou que justifica a reforma.

Certamente algum colega meu já deve ter dito isto para os senhores: é inacreditável, mas o Governo, até agora, não nos mostrou o seu modelo atuarial. Dá para acreditar que uma reforma dessa gravidade seja debatida sem que o modelo atuarial seja dividido com o Parlamento brasileiro? Trata-se de um modelo secreto, um modelo probabilístico secreto. Até hoje ele não foi dividido conosco! Não é possível fazer um debate sério sobre a reforma da Previdência sem um modelo atuarial aberto, sem que alguém apresente quais são os elementos probabilísticos considerados.

Infelizmente, nós Parlamentares não sabemos. O correto seria interromper o andamento da proposta até que chegassem todas as informações e nós pudéssemos fazer um debate profundo, sério, responsável, e não estabelecer algo que dizem que é bom porque outros países fizeram. Como vimos aqui, não é bem essa a história. É o que nós aprendemos, por exemplo, com o caso do Chile.

Por fim, é muito importante a ideia de que a reforma da Previdência tem que ser uma reforma negociada com a sociedade e o Parlamento — Governo e Oposição. Foi esse o segredo do sucesso da reforma chilena. Aqui, ao contrário, não há nenhuma perspectiva de negociação. O Governo diz: “*A proposta é esta, e nós não vamos ceder.*” O País se coloca cada vez mais contra a reforma, e o Governo se segura na ideia de que tem uma maioria Parlamentar para aprová-la.

Não sei se eu entendi bem o caso canadense, especialmente. O representante do Canadá teria dito que há uma idade mínima e uma idade de referência, ou seja, em princípio, as pessoas deveriam se aposentar com 65 anos; no entanto, caso queiram, podem se aposentar aos 60 anos recebendo menos, correto? E parece que essa é a regra da Europa. A maioria dos países têm uma idade de referência e uma idade mínima. Aqui o Governo não trabalha com idade de referência. O Governo só aceita a idade mínima de 65 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Aliás, professor, parabéns pela sua proposta. O senhor, no fundo, está dizendo para nós o seguinte: a idade mínima



para aposentadoria por idade que existe hoje já é elevada demais. O senhor disse que o correto seria discutir uma idade mínima menor do que a de 65 anos, que está em vigor hoje. É claro que essa aposentadoria seria proporcional — o senhor deixou isso claro —, não seria uma aposentadoria integral.

Então, quando dizem, Presidente Marun, que os países da Europa têm idade mínima para aposentadoria de 65 ou 67 anos, estão mentindo: os países da Europa, em sua maioria, têm idades de referência diferentes das idades mínimas. Aqui estão querendo esconder isso de nós, porque essa verdade não interessa, mas este seminário internacional foi tão bom que desmascarou mais essa falácia de que tentaram nos convencer.

Muito obrigado pela presença. É uma honra tê-los aqui. Desculpem-me por não ter podido ouvir a todos. Aqui acontece tudo ao mesmo tempo, e eu tive que me ausentar durante uma parte. Mas mesmo assim agradeço a todos pelas exposições. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo Parlamentar inscrito, o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, acho que nós estamos de parabéns pela iniciativa de fazer esta discussão, ouvindo experiências de alguns lugares do mundo.

Quero destacar algumas delas, começando pela fala do Prof. Arthur Bragança. Independentemente de a minha posição ser contrária ou favorável, posso dizer que achei interessante a discussão da aposentadoria fásica, pois na verdade as pessoas envelhecem de forma gradativa e, quando se aposentam de uma vez só, elas caem, via de regra, em um isolamento, até porque o trabalho tem uma relação social muito interessante. Então, acho que essa é uma pauta que carece de um pouco de estudo.

Ao mesmo tempo, professor, eu quero discordar da sua manifestação sobre fundo de pensão no que se refere ao FUNPRESP. Eu sou beneficiário da FUNCEF, e posso lhe dizer que, com todos os erros que possam existir, eu ainda acho que o fundo de pensão é positivo. O que tem que melhorar é a sua governança. Se for possível, os governos, quaisquer que sejam, devem tirar suas patas. Acho que melhora bastante.



A FUNCEF, por exemplo, em 2002, tinha o capital de 5 bilhões e hoje tem 60 bilhões. O grande problema da FUNCEF hoje, que eu conheço de perto, foi por conta da imposição de 1998, no Governo Fernando Henrique Cardoso, de forçar a compra de ações da Companhia Vale do Rio Doce. Quando tivemos a situação mais vigente do baixo custo dos minérios do ferro, através das *commodities*, isso trouxe, de certa forma, pela quantidade de ações que a Companhia Vale do Rio Doce tinha na FUNCEF, um prejuízo muito elevado. A mídia não diz isso porque não interessa, mas tem outros fatores. Esse não é o único. O maior, 70%, inclusive, está em cima dessa situação específica. Então, o que tem que melhorar é a governança.

Sem sombra de dúvida, Toronto, na fala do Prof. Ari Kaplan, é um orgulho para todos nós e uma referência. Compreendemos que, dentro da lógica da Seguridade Social, defendemos que a Previdência não pode estar desvinculada, como se propõe, como se nós tivéssemos uma saúde desvinculada da Previdência. Então, isso vem realmente reafirmar o que nós aqui já defendemos. Compreendemos e reconhecemos que, nessa área da seguridade, o Canadá tem muito a oferecer para o mundo. Cito-o com um dos exemplos bem sucedidos. Tem suas falhas também, mas é um dos melhores.

Queria aqui me dirigir muito rapidamente ao Dr. Alberto Arenas, nosso vizinho do Chile, não olhando o equilíbrio econômico-financeiro, mas a vida das pessoas. Pelo modelo aplicado no Chile, a vida dos beneficiários melhorou ou piorou? Eu quero focar nas pessoas. Eu acho que esse tem que ser o olhar principal.

Não vou me dirigir a cada um, mas destaco também, porque é um modelo muito parecido com o nosso, a apresentação do Sr. Giuseppe Ludovico. Foi uma das falas que eu achei muito interessante. Alguns pontos me chamaram à atenção. Primeiro, compreendi que hoje a média de idade da aposentadoria por lá é de 66 anos e uma expectativa de vida de 85 anos para mulher e 80 para homens. Entendi que a reforma na Itália vem acontecendo de 1995 para cá, já com onze intervenções. Quer dizer, periodicamente, vêm-se fazendo adequações. Eu perguntaria: qual era a idade mínima em 1995 e quantos anos de contribuição?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Já vou concluir, Sr. Presidente.



Quero dizer ao Líder do Governo, que deu uma informação rápida, mas equivocada, que, segundo dados do IBGE, nós temos hoje no Brasil, pelo último relatório apresentado, 75,5 anos para mulher e 71,9 para homem, mas é bom lembrar que, em Santa Catarina, onde se tem a melhor expectativa de vida, é de 78,7. No Maranhão, que fica ao lado do Piauí, 70,3.

Então, como nós poderemos tratar, Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, e Sr. Relator — não sei se está aqui —, uma situação tão díspar como essa do Maranhão, com 70 anos de expectativa de vida, com relação à de Santa Catarina, que ainda está bem abaixo do que foi apresentado pela Itália? Nós queremos comparar exatamente o Brasil com uma situação como essa. Eu acho que temos que fazer uma reflexão. Precisamos ser mais honestos com o povo brasileiro.

Como bem colocou aqui o meu querido Deputado Molon, este Governo, na verdade, não tem legitimidade, porque não disse ao povo brasileiro que ia fazer isso. Se disser e o povo votar, nós temos que nos dobrar a isso, mas não é esta a realidade aqui, porque vocês sabem que nós estamos diante de um golpe. Até o Líder do Governo não votou nesse Governo que aí está, para os senhores terem uma ideia da situação absurda que nós temos em nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo Deputado inscrito. Nós estamos com um problema aqui. O Sr. Heinz Rudolph, do Banco Mundial, que veio inclusive às suas expensas, marcou seu retorno para as 21 horas. É isso? O senhor tem mais um tempinho? Daí eu vou lhe dar a palavra.

O SR. HEINZ P. RUDOLPH - Sim, pode dar sequência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu vou dar sequência.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Boa tarde a todos.

Quero agradecer a presença dos nossos ilustres conferencistas e dizer que para nós, brasileiros, é uma honra termos uma contribuição de tamanha relevância e importância como a dos representantes dos outros países, que vieram aqui dar explicações, para que possamos proceder, estudar e melhor contribuir para a evolução previdenciária no nosso País.



Como a reforma da Previdência é uma das angústias mundiais no momento, como todos os países do globo terrestre tratam desse assunto com profundidade, alguns de forma mais adiantada, como os senhores fizeram, e nós agora dessa forma também mais aprofundada, qual seria a grande questão, a mais relevante? É o estabelecimento da idade mínima? Essa é a questão central, mais relevante? Eu acredito que seja. Gostaria de uma confirmação dos senhores. Falo como um todo.

Eu, desde sempre, tenho me preocupado muito com a questão do financiamento de infraestrutura no Brasil. Pelo que vejo no mundo inteiro, o grande financiador de infraestrutura são os fundos de Previdência privada bem estruturados. Nós vemos sempre que são os fundos — os professores do Canadá, os professores dos demais países da Europa — que fazem investimentos de longo e longuíssimo prazo. Esses investimentos sempre são feitos com base em Previdências que têm como base a capitalização e não a partição. Será que não seria mais importante ou melhor para o País, para o Brasil, partir de fato para um sistema de capitalização, para aqueles que estão ainda de fora, estabelecendo uma regra de transição? Essa é uma dúvida que eu tenho e gostaria de obter a resposta dos senhores, porque de fato entendo que se nós não fizermos uma Previdência de longo prazo com estabilidade, com capacidade, jamais teremos investimentos de infraestrutura como precisamos tê-los. Como eu vinha trabalhando na questão do seguro de infraestrutura, aquele que é capaz de assegurar a realização de obras, num determinado prazo, por um determinado preço, por um determinado custo, eu venho, então, deixar essa pergunta como uma contribuição.

Agradeço e parabênizo não só a Comissão Especial, mas também todos que aqui estão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Em primeiro lugar, quero parabenizar e agradecer todos os palestrantes por esta tarde tão instrutiva, que talvez tenha sido a maior de todas, durante todo esse período que ficamos tratando aqui da reforma da Previdência.



Não quero particularizar aqui que gostei mais de uma ou de outra, mas o Prof. Arenas, que foi Ministro do Chile, trouxe uma palestra verdadeiramente completa, mostrando todas as nuances. Eu acho que é uma coisa sobre a qual podemos nos debruçar com mais afinco.

A reforma da Previdência é hoje uma pauta mundial. Todos os países do mundo a fizeram, estão tentando fazer ou pensando em fazer uma reforma na previdência. O Brasil não é exceção. Basta dizer que essa questão demográfica, graças a Deus, está acontecendo no mundo inteiro.

Na década de 50, o Brasil tinha uma expectativa de vida média de 43 anos. Hoje estamos com uma expectativa de vida média de 75, quase 76 anos — os homens com 72 e as mulheres com 79 anos. Então, há um bônus aí para as mulheres, graças a Deus, que não têm essa mortalidade juvenil, como têm os homens.

Isso tudo faz com que verifiquemos o déficit e a insustentabilidade que temos hoje no sistema previdenciário. Não é preciso ser um estudioso do assunto ou uma pessoa que saiba fazer cálculo atuarial para saber que temos no Brasil algumas categorias que contribuem, por 25 anos, com 11% do que ganham e se aposentam, para passar 30, 40 anos aposentados, recebendo 100% do que ganhavam. É evidente que essa conta não fecha em canto algum, além de eu achar que não é justo. Não é justo por quê? Porque a sociedade como um todo vai pagar o benefício de uns poucos — não quero usar a palavra “privilegiados”. Há, evidentemente, uma distorção que precisa ser corrigida.

Advogo que essa reforma, para ser aprovada, não pode fazer muitas exceções. Acho que excluir as Forças Armadas foi um erro que o Governo cometeu. Aí vem a Polícia Militar, que também acha que tem o mesmo direito das Forças Armadas; aí vem a Polícia Civil, que também acha que tem o mesmo direito; aí vêm os professores, que acham que têm mais direito ainda; e vêm as mulheres, que acham... Se formos abrir exceções por categoria, quero crer que não há nenhuma categoria que não se considere com maior direito do que as outras. Isso é próprio do ser humano. E falo aqui com base em algum conhecimento ainda do tempo que eu era psiquiatra.



A reforma da Previdência tem algumas coisas que, evidentemente, temos que adaptar. Por exemplo, 49 anos de contribuição para fazer jus à aposentadoria integral é algo que temos que corrigir. Um período de 25 anos de contribuição para trabalhadores do campo, para trabalhadores rurais e para trabalhadores da construção civil é difícil alcançar e comprovar para poder adquirir as condições de aposentadoria. Acredito que essa é outra coisa que nós vamos também corrigir. A transição ficou muito abrupta. O ideal é que fizéssemos uma transição mais gradual, que não houvesse um corte tão violento. Quem tem 49 anos, 11 meses e 29 dias está fora; quem tem 1 dia a mais, quem tem 50 anos, está dentro. É evidente que isso é um tanto injusto. Precisamos consertar.

De tudo o que eu vejo é que hoje o Prof. Arthur Bragança trouxe uma luz, uma coisa tão simples e criativa, que veio exatamente ao encontro da deficiência que estava em mim. Evidentemente, nós precisamos fazer essa distinção. Eu pensava no trabalhador rural e, com a palestra dele, já evoluí: penso no trabalhador braçal.

Deputado Arlindo, a situação é completamente diferente. Eu e V.Exa., que somos professores, damos aula numa sala de aula com todas as condições higiênicas. Acredito que, quanto mais o tempo passa, nós, professores, mais experientes, mais capazes somos. É diferente da situação de um trabalhador que pega peso, que puxa enxada, que vai atrás de arado, que corre atrás de boi. É evidente que nós precisamos fazer uma distinção dessa categoria.

Prof. Artur, eu gostaria que V.Sa. deixasse conosco o seu trabalho, o seu estudo. Na minha vida, eu nunca tinha ouvido falar de aposentadoria fásica ou gradual. É evidente que a um professor não vai faltar capacidade intelectual, mas a um trabalhador braçal vai. O que fazia aos 25, 30 ou 40 anos de idade ele não vai fazer com 50, 60 ou 65 anos de idade. Então, que ele fosse tendo um bônus para gradualmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vou concluir, Presidente.

O que V.Sa. propõe é que, aos 65 anos de idade, ele se aposente com 65% do seu vencimento, com os 25 anos de contribuição; é o que o Governo está



propondo. Qual é a deficiência da proposta do Governo? É que não tem a gradação que V.Sa. estabeleceu. Um homem com 50 anos, trabalhador braçal, não contribuiria mais; com 55 anos de idade, ele já teria 25% de aposentadoria; com 60 anos, teria 50%. Seria uma aposentadoria gradual. Eu acho que essa é uma coisa inovadora, criativa, sobre a qual devemos nos debruçar para ver se conseguimos introduzi-la na nossa reforma da Previdência. Com certeza, isso poderá servir de parâmetro para reformas de outros países do mundo.

Muito obrigado. Parabéns a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Marcelo Castro.

Passo a palavra ao Deputado Darcísio Perondi por 4 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Boa noite a todos os senhores e senhoras.

Parabéns, Presidente Marun, e Relator Arthur, pela escolha dos conferencistas! Muito obrigado. Os senhores vieram num momento fundamental para o País. É reformar e reformar, ou o Brasil entrará em caos econômico e fiscal.

Antes de mais nada, hoje, quando o Brasil recebe seis conferencistas do mundo inteiro com larga bagagem, uma organização de advogados da OAB lança uma nota que fala exatamente o contrário do que os senhores trouxeram aqui para nos ensinar e para o Brasil não repetir os erros de reformas que os senhores, há 20 anos, fizeram porque olharam a questão demográfica.

Acho que foi o Dr. Alberto quem colocou muito bem. Foi o primeiro ou o segundo. Eu não gravei, mas está anotado aqui. Se eu consultar, vai demorar mais no meu tempo. Ah! Foi o chileno quem falou que a questão demográfica é essencial, e os senhores a enfrentaram com repercussão também de ordem econômica no PIB, que come de outros setores também. A OAB lança uma nota ideológica, corporativista e com objetivos negociais. Só pode ser isso, porque me parece que foram partidos ideológicos radicais que a escreveram. É lamentável a atitude da OAB. Primeiro, os contadores e economistas da OAB precisam ter os seus registros cassados, porque não sabem matemática quando dizem que há superávit e não há déficit. Não sabem matemática! Em segundo lugar, uma das causas do déficit da aposentadoria rural é que o Governo despende 110 bilhões e arrecada 10 bilhões do



setor. Eles dizem que será a maior tragédia, quando os senhores, há 20 anos, em países emergentes e em países também da Europa, já fizeram a modificação da idade mínima do homem e da mulher, inclusive no campo.

É lamentável a atitude da OAB, ainda mais porque ela omite completamente as aposentadorias precoces dos advogados que se vestem de preto, que são os juízes e os promotores que não querem se aposentar por idade mínima — e os senhores aqui defenderam praticamente todos. Eu ouvi quatro, pois, no quinto e sexto, eu precisei sair para um compromisso e não os ouvi, mas, do Banco Mundial, me informaram que o Dr. Heinz também foi brilhante. Eu só não ouvi o quinto. Informaram que a idade mínima é importante e o tempo de contribuição tem que ser enquadrado, e a OAB ignora isso.

A OAB presta um desserviço ao Brasil. A OAB presta um desserviço ao povo, à Previdência brasileira. A OAB presta um desserviço à Seguridade brasileira. A OAB defende a aposentadoria precoce, absolutamente precoce, que esta reforma corajosa vai enfrentar com seriedade, com muita seriedade. *(Manifestação na plateia.)* Então, é profundamente lamentável.

Eu aproveito este seminário internacional...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço silêncio, por favor.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - ...para manifestar o meu escárnio, o meu repúdio. Estou surpreso que agora a OAB está defendendo a aposentadoria dos auditores fiscais, dos promotores e dos juízes do Brasil inteiro. Eu acredito que os advogados do Brasil não concordam com a decisão nacional da OAB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)*

Vamos dar sequência aos trabalhos. O Deputado Paulo Maluf não se encontra.

O próximo orador inscrito é o Deputado Assis do Couto. *(Pausa.)* Não se encontra.

A próxima inscrita a falar é da Federação Nacional dos Enfermeiros, pelo tempo de 4 minutos.

A Sra. Solange Caetano vai se pronunciar por até 4 minutos.



A SRA. SOLANGE CAETANO - Quero cumprimentar o Deputado Carlos Marun pela realização deste seminário e pela presença das pessoas ilustres que estão aqui trazendo um pouco da experiência dos seus países, pela qual podemos fazer um paralelo do que existe hoje e do que traz esta reforma, que, para nós, trabalhadores, traz mais um ônus.

Eu não poderia deixar, antes de falar da questão da categoria dos profissionais de Enfermagem, de dizer que essa proposta de reforma coloca, num País majoritariamente constituído de mulheres, cuja grande força de trabalho está nas mulheres, que vêm lutando por direitos ao longo dos anos, as mulheres para se aposentarem com a mesma idade dos homens e desconsidera que nós, mulheres, somos trabalhadoras, donas de casa e, na grande maioria, arrimos de família, pois sustentamos as casas.

Hoje, no nosso País, há uma grande massa de homens desempregados. As mulheres passam a fazer esse papel, sendo as sustentadoras dos lares, responsáveis inclusive pela educação de seus filhos. Não sei como isso funciona no Canadá e em outros países, cujos representantes estão presentes. Gostaria de ouvir um pouco como é essa realidade, porque, aqui no Brasil, as mulheres movimentam a economia como trabalhadoras. A partir do momento em que elas são colocadas para ter o mesmo tempo de idade para se aposentar que os homens, discrimina-se, impondo a nós, mulheres, mais um ônus.

Eu gostaria de fazer a defesa da aposentadoria especial. Nós estamos aqui com a nossa proposta "*Não à PEC, sim à aposentadoria especial*". Nessa aposentadoria especial, de acordo com o que já existe hoje, art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, nós, enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem já nos enquadrámos no direito de nos aposentar aos 25 anos de trabalho, assim como os professores e os policiais. Nós também entramos nessa regra não porque somos mais bonitos ou porque somos privilegiados, como disseram aqui alguns Deputados. Entramos nessa regra porque estamos submetidos a riscos biológicos, a riscos físicos e psicológicos, a ambiente insalubre. Na grande maioria dos outros países, os trabalhadores da Enfermagem têm jornada regulamentada em lei e muito menor do que praticamos aqui no Brasil. No Brasil, hoje, um profissional de Enfermagem trabalha cerca de 60



horas, sem considerar que ainda temos de fazer duplo vínculo. Trabalhamos em dois empregos. Essas 60 horas, muitas vezes, chegam a 120 horas por semana.

Então, colocar uma aposentadoria aos 65 anos com esse desgaste, sem pensar na questão da insalubridade a que os profissionais estão sendo submetidos, é simples e puramente escravizar cada vez mais esses trabalhadores, que são responsáveis pela saúde, pela sustentação do sistema público de saúde e do sistema privado também do povo brasileiro, é dizer que o enfermeiro, o técnico e o auxiliar de enfermagem, quando estiver com 65 anos, já quase chegando a um Parkinson, sem enxergar, vai ser capaz de puncionar uma veia de qualquer pessoa que estiver aqui ou cuidar das pessoas.

Então, nós estamos pedindo que revejam a questão da aposentadoria especial. Não estamos pedindo só para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Sra. Solange.

A SRA. SOLANGE CAETANO - Estamos pedindo em nome de todos os trabalhadores da Enfermagem, que hoje, no nosso País, são 1 milhão e 988 mil. Não é qualquer número, são quase uma nação os trabalhadores da Enfermagem brasileira.

Estive no Canadá por duas vezes — em Toronto e em Halifax — e não me lembro de nenhuma das vezes ter visto população de rua nesse país. Em Halifax, fiquei por 1 semana. Eu adorei, achei muito frio e não vi população de rua. Eu gostaria de saber quais são os índices dessa população, se ela existe, se é de baixa renda e se tem direito ao acesso à pensão, pela qual estamos brigando aqui.

Gostaria também de ouvir sobre a questão dos impostos. Nós estamos lutando muito porque, no nosso País, como foi dito aqui, as grandes empresas são isentas de tributação, têm isenção de tributação, principalmente para se fixar no País. Também não há tributação sobre as grandes fortunas. A minha pergunta é: será que diminuir a isenção e tributar as grandes fortunas não seria muito melhor do que tirar do pouco do salário mínimo que o trabalhador brasileiro recebe? Fica para os senhores a reflexão.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.



Eu vou antecipar a resposta do Sr. Heinz Rudolph, que tem 10 minutos para responder às questões feitas e fazer as suas considerações finais.

O SR. HEINZ P. RUDOLPH - Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pela possibilidade dos comentários e de poder também dar a minha visão acerca do tema.

Vou partir da aposentadoria por tempo de contribuição. Quanto à aposentadoria por tempo de contribuição na América Latina, só o Equador e o Brasil a têm. A Itália é o único país europeu que tem a aposentadoria por tempo de contribuição. Os outros são a Índia, alguns países africanos e do Oriente Médio.

A aposentadoria por tempo de contribuição não é algo comum hoje no resto do mundo; e isso não tem a ver com a Europa, não tem a ver com a diversidade que pode existir entre os países. A idade de aposentadoria ou a idade de aposentadoria mínima é a regra que hoje você vê no restante dos países.

Um Deputado falava — desculpem-me, mas não me lembro do nome — que temos uma idade referencial e temos uma idade de aposentadoria a legislar. O que acontece nos países europeus é que existe uma idade de aposentadoria e há a possibilidade também de uma aposentadoria precoce, que pode ocorrer 2 a 3 anos antes desta idade legislada.

Agora, eu estava olhando as mudanças legislativas dos últimos anos nestes países. Efetivamente, nos casos recentes da Dinamarca, Grécia, Hungria, Itália e Polônia, eles fecharam a possibilidade desta aposentadoria precoce. Outros países fizeram restrições muito fortes para liberarem esta aposentadoria precoce: são os casos da Áustria, Bélgica, Espanha, França, Holanda e Portugal.

O que está acontecendo nestes países, claramente, é que eles estão fazendo um esforço para mudar efetivamente a idade legislada. E qual é a razão de fundo? A fim de equilibrar contas. Estes países têm uma cobertura ampla da Previdência — isso é certo, o Brasil também tem uma cobertura ampla —, mas eles têm que fechar a conta. Se a conta não fecha, tem-se que arrumar o sistema. Uma forma muito efetiva de fechar a conta é claramente incrementar a idade de aposentadoria. E mais: muitos desses países estão dando incentivos para que as pessoas trabalhem mais depois da idade legislada. Seriam os casos da Bélgica, da Dinamarca, da Espanha e do Reino Unido, que precisam que as pessoas trabalhem mais.



Quando olhamos o caso brasileiro, em que há pessoas que podem se aposentar aos 50 anos — no caso da aposentadoria por tempo de contribuição, há muitas pessoas se aposentando entre os 55 e 58 anos —, esta conta não fecha. Isso é muito interessante, porque quando observamos o FGTS, que só as pessoas que estão aposentando por tempo de contribuição e por idade, as pessoas de alta renda, tipicamente, são as pessoas que podem se aposentar por tempo de contribuição, e as pessoas que têm menor contribuição, de menor renda, são as que estão se aposentando por idade.

Do ponto de vista redistributivo, a reforma, para mudar tudo, ao eliminar a aposentadoria por tempo de contribuição e mudar para 65 anos, está fazendo com que as pessoas de maior renda mudem para 65 anos. Isso implica que haja uma parte significativa de pessoas que estarão financiando esta reforma também.

Outra coisa que acho importante sobre os trabalhadores rurais é que esta é uma discussão sobre a mobilidade entre a cidade, o urbano e o rural. A discussão sobre o trabalhador rural era quando não havia uma mistura entre o rural e o urbano. Hoje, com toda a mobilidade que há, isso não está acontecendo. Há muita mobilidade entre o setor urbano e o rural. E, mais do que distinguir entre o urbano e o rural, há uma discussão sobre o trabalho informal e o formal, e não só na América Latina. O setor informal é tão ou mais importante que o setor rural. O setor rural, no Brasil, está diminuindo, em todas as cidades. A proporção da população rural está diminuindo, está tendo uma queda, em todas as idades, e não somente entre as pessoas mais jovens. Mas acho que a discussão entre o setor urbano e o rural é uma discussão que, efetivamente, tinha muito sentido há 50 anos. Hoje, nos países europeus, é difícil encontrar isso. E, se o problema é de trabalhadores que geram renda só para a família e se aposentam, há de haver um tempo de apoio social para essas famílias.

Outro tema que eu queria falar é sobre a contribuição do Deputado de se mudar para o sistema de capitalização. O problema de mudar para o sistema de capitalização sem haver uma reforma fiscal é, basicamente, que a transição de financiamento é muito forte. Por um lado, os novos entrantes começam a acumular seu próprio fundo de pensão, mas, ao mesmo tempo, a contribuição deles estava indo para financiar a seguridade social, que está cobrindo um *déficit* da mesma



magnitude. Então, se não houver uma reforma fiscal sendo feita ao mesmo tempo, uma reforma para mudar para o sistema de capitalização não dará certo.

Se se olha o que aconteceu em alguns Estados, por exemplo, após a reforma de 2003, percebe-se que a maioria dos Estados, com exceção do Estado de São Paulo, mudou para ter um fundo previdenciário, que está totalmente capitalizado. A ideia do RPPS era gerar a segregação de massas. Mas, se isso não fosse feito com uma mudança de regra fiscal, por um lado estaria gerando ativos, do ponto de vista do fundo previdenciário, mas estaria gerando um *déficit* do ponto de vista do fundo financeiro, que não está mais sendo financiado.

A ideia de capitalização é uma boa ideia, mas o financiamento, a transição é o tema mais relevante, do ponto de vista de mudança para esse tipo de sistema. Por isso que a proposta que está sendo feita em relação ao FGTS não implica financiamento novo, não implica incremento da contribuição, mas simplesmente em levar parte disso, de maneira voluntária e optativa, para as pessoas que queiram buscar melhor uso dos recursos e ter melhor retorno para os seus investimentos, que hoje dão apenas 3%.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós é que agradecemos a sua participação.

Daremos sequência à reunião, e o senhor pode nos acompanhar pelo tempo que quiser. No momento em que entender ser necessário o seu deslocamento para o aeroporto, o senhor pode sair. Já deixo aqui nossos agradecimentos.

O SR. HEINZ P. RUDOLPH - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, o Sr. Deputado Bilac Pinto.

Para que fique clara a ordem, depois do Deputado Bilac Pinto falarão os Deputados Evandro Gussi, Alceu Moreira, Assis do Couto e Givaldo Carimbão. Essa é a ordem das inscrições.

Deputado Assis do Couto, no momento em que o chamei, V.Exa. não se encontrava. Mas, com o seu retorno à Comissão, eu o reinscrevi. Positivo? (*Pausa.*)

A palavra é sua, Deputado Bilac Pinto, pelo tempo de 4 minutos.



O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente Deputado Carlos Marun, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar os nossos convidados, que vieram de diversos países. Eu quero pedir, desde já, desculpas por não estar presente neste seminário internacional sobre a nossa previdência, uma vez que cheguei aqui mais tarde, em função do atraso do meu voo. Mas eu tenho certeza absoluta de que a contribuição foi dada e será extremamente relevante para todos nós que estamos em um momento como este, debatendo a reforma da previdência do nosso País.

Eu venho aqui elogiar os depoimentos do ex-Presidente Arlindo Chinaglia, do Deputado Marcelo Castro, que foi Ministro, e de todos os oradores que, de certa forma, passaram por aqui e também deram a sua relevante contribuição. Mas alguns aspectos eu acho que todos nós, na minha avaliação, no meu juízo de valor, devemos focar.

Eu digo sempre que a discussão sobre a previdência tem uma série de implicações. Nós estamos mexendo com os direitos individuais, nós estamos mexendo com a expectativa de aposentadoria e de vida de um ser humano que se programou, que trabalhou. Mas o fato é um só: há hoje um déficit na previdência. Concordem e discordem em função de metodologias, essa é uma realidade.

O que é a previdência, evidentemente, se nós formos olhá-la estritamente? A previdência é a demografia de um país e o cálculo atuarial — quem contribui, quem se aposenta e como nós vamos efetivamente fechar essa conta. É lógico que nós não podemos colocar isso sob o viés da matemática, da aritmética, da contabilidade, porque nós estamos mexendo com pessoas, nós estamos mexendo com gente, nós estamos mexendo com direitos adquiridos e com expectativas de direitos. Então é fundamental que todos nós que estamos aqui participando desta Comissão façamos algumas reflexões.

Eu gosto sempre, Presidente Carlos Marun, de voltar aos dados que nos foram fornecidos. Trabalho muito com a expectativa de vida de um brasileiro no início do século passado, em 1900. Qual era essa expectativa? Era de 33 anos de idade. Qual é a expectativa de vida hoje de um brasileiro? É de 75,5 anos de idade. Qual será a expectativa de vida do brasileiro em 2100? Será de 84 anos de idade. Se fizermos uma avaliação disso, veremos que nós temos tido, graças a Deus, graças à evolução da Medicina, da qualidade de vida e da construção deste País,



uma expectativa de vida cada vez maior. O brasileiro está se tornando um ser humano longo.

Há outro dado que eu considero também fundamental. Havia, na década de 50, na década de 60, salvo engano, uma média de 6 filhos por casal aqui no nosso País. Hoje, em 2017, a média é de 1,75 filho por casal. O que está acontecendo com a nossa pirâmide? Ela está mudando, ela está se invertendo.

É preciso que tenhamos a responsabilidade de tratar desses assuntos com muita seriedade diante da sociedade brasileira, porque, a continuar o ritmo em que nós estamos, em pouco tempo, nós não vamos ter condições mais de pagar realmente as pessoas que se aposentam.

Quanto à proposta de reforma da previdência que foi enviada ao Congresso, eu tenho certeza absoluta de que o nosso Relator, o Deputado Arthur Oliveira Maia, tem disposição de fazer uma série de reavaliações.

Primeiro, qual é a idade correta para que possamos aposentar o brasileiro? Segundo, é preciso que tenhamos muito cuidado com a discriminação entre homem e mulher, porque, de fato, a mulher tem papel relevante na sociedade brasileira, na vida das famílias brasileiras. Então é preciso que efetivamente também levemos isso em consideração. Terceiro, qual é a regra de corte? Será que nós vamos fazer com que a pessoa com 50 anos de idade tenha uma regra de transição que a de 49 anos de idade vai perder? É preciso que façamos uma reflexão.

Eu digo sempre que temos que ter um pouco de prudência. Em Minas, o mineiro é muito prudente, Deputado Arlindo Chinaglia, com relação às coisas. Estamos sempre desconfiados. O mineiro é um ser desconfiado por natureza. É um momento que temos de dar a nossa contribuição, de fazer com que esta reforma seja a mais justa possível, que o Brasil possa dar mais um passo à frente com o Presidente Michel Temer, como foi dado com o Presidente Fernando Henrique, com o ex-Presidente Lula, com a ex-Presidente Dilma, e que nós possamos dar a nossa contribuição a esta reforma previdenciária de que o País tanto necessita.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Bilac Pinto.

Passo a palavra ao Deputado Evandro Gussi.



O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Sr. Presidente, senhores palestrantes desta tarde, eu quero, antes de tudo, somando-me aos meus colegas, registrar a gratidão do Parlamento brasileiro pela importantíssima contribuição que V.Sas. trouxeram para este debate.

A maior expectativa que se tem em relação à previdência social, nesse aspecto importante da segurança social, é a de que a pessoa, ao final da sua vida, depois de anos de serviço, quando lhe faltarem as forças, terá o direito de receber a sua aposentadoria.

A exposição de V.Sas. hoje deixou muito claro para nós que estamos no caminho certo. Ao ignorarmos a matemática, ao nos deixarmos seduzir pelo discurso mais fácil, o discurso que talvez, para o horizonte da eleição do ano que vem, seja mais palatável, isso nos levará ao caminho da irresponsabilidade.

Com todo o respeito, eu aprendi com os meus bons mestres na vida acadêmica que os estadistas — e eu não estou dizendo que eu seja um deles, mas gostaria de sê-lo um dia — devem pensar em séculos, e não no horizonte da próxima eleição.

Eu estou com 36 anos hoje e não sei até quando serei Deputado Federal. Mas, se continuar sendo Deputado Federal, pelas regras da proposta de emenda ora em tramitação, os Deputados Federais só se aposentarão aos 65 anos de idade, como qualquer cidadão brasileiro. Mas o que eu quero, sendo Deputado ou não, é poder, se tiver vida até lá, daqui a 30 anos, olhar nos olhos dos cidadãos brasileiros e dizer o seguinte: *“Não me seduzi pelo discurso fácil e palatável”*.

Um dos príncipes dos oradores brasileiros foi o Padre Antonio Vieira. No Sermão da Sexagésima, ele disse: *“Não é incomum que de um lado esteja a grita”* — ou seja, a gritaria — *“e de outro lado esteja a razão e o bem”*. E o grande exemplo que nos traz esse grande orador é justamente o do julgamento de Nosso Senhor Jesus Cristo. De um lado, havia os que gritavam: *“Crucifica-o! Crucifica-o!”*; de outro lado estavam a justiça e a razão.

Olhando para esta discussão que nós fazemos no Parlamento, numa tentativa heroica de aprimoramento da reforma para que todos os pontos sejam contemplados, como disse aqui muito bem o Ministro chileno, que participou de importante momento naquele país, momento louvável, com outras figuras de grande



perfil estadista, ressalto que nós estamos aqui trabalhando para que possamos, primeiro, fazer com que a previdência brasileira seja sustentável, porque, se ela não for sustentável, todos nós e as próximas gerações pagaremos caro.

Eu gostaria de saber como se comportariam aqueles que, em busca do aplauso, em busca do sorriso, vissem que contribuíram para a derrocada dos cidadãos brasileiros, vissem que contribuíram para que pessoas que trabalharam o dia inteiro e que receberam, sim, a garantia de que estavam aposentados, ao final do mês, não receberam suas aposentadorias, como muitos cidadãos brasileiros, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, hoje, não obstante aposentados, ao final do mês não recebem suas aposentadorias. Eu gostaria de saber como se comportariam essas pessoas. Mas, felizmente, há os que têm responsabilidade com o País e estão dispostos aos sacrifícios que a função pública exigem dos estadistas.

O julgamento na política não é feito necessariamente pelas próximas eleições; o julgamento na política é feito pela história. E eu me sinto honrado de trabalhar, sim, para aprimorar esta proposta, para que se alcance a sustentabilidade do nosso sistema, com o menor esforço possível, a fim de entregarmos ao povo brasileiro, ao final e ao cabo deste processo, a garantia do sagrado direito da aposentadoria.

Deus perdoa sempre; os homens, às vezes; a natureza, da qual a Matemática é expressão privilegiada, não perdoa nunca, senhoras e senhores. Queiramos ou não, nossa previdência hoje é insustentável. E, se não fizemos lições que nos são dadas (*falha na gravação*), e não pelo mundo, porque são outros países, mas porque são exigências da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que encerre, Deputado.

O SR. DEPUTADO EVANDRO GUSSI - Perfeito, Sr. Presidente. Perdoe-me por alongar-me. Eu encerrarei agora.

Não que queiramos ser como outros países, não que queiramos o estrangeirismo. Queremos simplesmente aplicar lições racionais da Matemática, para podermos, daqui a 30 anos, olhar nos olhos dos cidadãos brasileiros e dizer: *“Combatemos o bom combate, fizemos a nossa parte, e os senhores têm o direito sagrado à aposentadoria”*.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu peço que todos os presentes respeitem a fala das Sras. e dos Srs. Deputados, como foram respeitados no momento em que falaram.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nobres debatedores que se encontram nesta Casa, assim como em todos os Parlamentos, o exercício da retórica no espaço político nos leva normalmente a expressar coisas que nem sempre pensamos, porque, se estivéssemos em um jogo de futebol...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, silêncio. A senhora está atrapalhando.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu espero terminar o piquenique, não tem problema. *(Pausa.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A palavra é sua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Como se estivéssemos numa partida de um jogo qualquer, pessoas estão no ataque, outras estão na defesa. Eu percebo que... *(Pausa.)*

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos respeitar a palavra do Deputado.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu achei que merecia o seu respeito. Se não mereço, não faz diferença.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quem dá um parecer em 24 horas *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado, eu estou na tribuna e não lhe dei aparte, até porque não cabe. Se há alguém que não tem autoridade para fazer crítica a meu respeito é V.Exa., pelo seu próprio passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos nos ater ao tema.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu queria falar sobre a questão da previdência. E, com relação a isso, queria dizer que no tempo em que estive neste plenário, ouvindo os senhores debatedores, percebi, quando faziam os debates sob a luz do conhecimento e das suas próprias convicções, sem o sentimento de querer ser vencedor ou vencido, que se estabeleciam debates profundos sobre a tese da previdência com responsabilidade.

Eu quero crer que este tema não merece um debate raso, não merece, em hipótese nenhuma, a discussão que se pode estabelecer entre o alto e o baixo, o gordo e o magro, o preto e branco.

Há um tema complexo para ser debatido com algumas máximas. É ou não é verdade que neste momento da vida nacional vivemos mais e nascemos menos? É verdade. Vivemos mais e nascemos menos. Eu vim de uma família de 7 irmãos, e vivíamos em um pedaço de terra de 12 hectares — tenho 63 anos. E a minha família era pequena, porque as outras eram de 12, 14 filhos. Eu tenho três filhos. E os meus filhos têm dois e um. Nas últimas 3 décadas, aqueles 12, 14 filhos estão se aposentando. E, em vez de haver dois contribuindo para se aposentarem, como era na época dos meus pais, agora nascem dois para aposentar 14. É absolutamente lógico que essa conta não fecha.

Na minha terra, uma pessoa com 50 anos pegando os terneiros era velha — , eu com 10 anos já estava lá. Hoje, quando caminho aqui em Brasília, alguém passa correndo por mim com 75 anos. Será que é só por mim que eles passam? Não, passam por todos, de qualquer partido. As pessoas, graças a Deus, vivem mais. E, se vivem mais, desfrutam dos benefícios da previdência por mais tempo, gastam mais da previdência e recebem mais. Essa é a verdade.

Ouçó alguém dizer: “A *previdência brasileira é superavitária*”. À luz dos números, percebe-se que toda aquela falácia não passa de um recurso de retórica. A verdade não se sustenta ali, não resiste a um debate de 15 minutos à luz dos números. A expressão mais clara e exata da matemática mostra claramente que nós temos uma previdência deficitária, e o déficit será ampliado.

Bom, ouvi alguém dizer aqui que, no seu país, há gente nas ruas, menores com fome. Pois bem, o bolo da arrecadação tributária é um só. Se a cada ano o valor dispensado à previdência é maior, é certo que outras políticas públicas ficarão



sem financiamento. O gozado é que os mesmos que agora gritam desesperadamente, em todos os cantos, como se fossem os únicos donos da razão, ontem eram os donos absolutos dos trabalhadores brasileiros — só eles os representavam.

Hoje, ensurdece as ruas o silêncio dos 12 milhões de desempregados, cada um com 2 ou 3 dependentes. Quase 40 milhões de pessoas nesta manhã levantaram sem ter um pedaço de pão para dar aos filhos, sem poder alimentar sua família, sem direito a pagar as suas contas, sem direito a almoçar, a jantar. Não têm nada, porque não têm trabalho. Eles têm 25, 30, 40 anos e veem ser sepultada sua dignidade. E aqueles que diziam que defendiam os trabalhadores nunca mais se pronunciaram a respeito dos desempregados. Sabem por quê? Porque andaram pelos corredores desta Casa querendo todos os direitos possíveis. Agora eu pergunto: que direito tem o desempregado? De que adiantou dar todos os direitos trabalhistas possíveis, fazer um discurso radical de criminalizar a produção e dizer que quem produz é criminoso, quem empresário é criminoso, fazer esse processo, colocando uns contra os outros, apenas porque sabiam que tinham mais empregados do que empregadores e então podiam se beneficiar dos votos? Essa demagogia não levou a lugar algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Eu vou concluir agora.

Quando nos casamos ou quando temos o primeiro filho, todos nós começamos a pensar que tudo o que nós fizermos, dali para frente, é para eles. Tudo com que sonhamos é que nossos filhos um dia tenham dignidade, sejam vencedores. É tudo o que se quer. Com todos os valores que nós lutamos, queremos isso, menos com a previdência. A previdência tem que ser só para nós hoje. O meu filho e o meu neto podem ficar sem ela, desde que eu tenha um discurso vitorioso, irresponsável e demagógico capaz de colocar meu adversário na lona, e eu poder ter alguns dividendos na próxima eleição. Eu quero tratar dessa questão para o País, para o futuro, e não para a demagogia da próxima eleição.

Vou votar com a verdade, de acordo com meu convencimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Deputado Assis do Couto.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente. Minha saudação aos expositores já nominados pela Mesa.

Eu queria fazer uma breve consideração sobre aquilo que pude perceber nas exposições. Sei que não é um assunto fácil, não é simples, mas retiro alguns indicativos do que aqui foi apresentado.

Primeiro, a experiência chilena de 2008 apresenta-nos uma reforma que buscou construir solidariedade, com equilíbrio político, com cálculos, enfim, foi tecnicamente bem construída. E dela podemos retirar uma lição: ela tem um grau de sustentabilidade fundamental. Concordo com as afirmações aqui apresentadas.

A questão da Itália parece-me um pouco diferente, pois havia uma situação politicamente desfavorável no momento da reforma, quando houve uma precipitação do Legislativo, por isso ocorreram várias tentativas.

A questão do Canadá é mais antiga. Não sei bem as condições políticas, econômicas e sociais, mas me pareceram bastante diferentes das que temos aqui no Brasil. Mas também foi construído há algumas décadas algo com bastante sustentabilidade, ao que me parece.

O que me chama a atenção, e eu queria aqui indagar aos expositores, é o seguinte: há essa leitura de fora em relação ao Brasil? É interessante que façamos uma reflexão. O Brasil é um país que surgiu em 1500, um país jovem que levou quase 450 anos para começar a falar sobre direitos trabalhistas e previdenciários. Isso ocorreu entre 1937 e 1945, na Era Vargas. Com muita dificuldade construímos esses direitos, os quais, inclusive, levaram o País a situações políticas difíceis, porque temos uma elite no Brasil que tem dificuldade de assimilar a modernização das relações de trabalho e previdenciárias, assim como outras questões de distribuição de renda. Portanto, demoramos a construir esses direitos e sofremos para mantê-los no Brasil. É difícil!

Mais tarde, Juscelino fez algumas tentativas. Jango era Vice-Presidente, assumiu a Presidência por renúncia do Presidente e fez o Estatuto do Trabalhador Rural, tema que foi tratado aqui por vários neste seminário.



O trabalhador rural compõe uma categoria imensa no País. Em 1963, tínhamos mais de dois terços da população brasileira vivendo no campo, a duras penas. O Estatuto do Trabalhador Rural de Jango, que criou a previdência rural, que até então não havia, foi destruído pelos militares nas décadas de 60 e 70. E fomos reconquistar isso com a Constituição de 88, em outro momento político e econômico, quando passávamos por enorme crise, com altos níveis de desemprego e planos econômicos se sucedendo. Mas conseguimos, na Constituição brasileira, criar a seguridade social para atender a esses milhões de pobres, frutos do regime militar. E assim éramos eu, minha família e tantos outros no campo.

E o que se está fazendo hoje no Brasil? Estão sendo retiradas essas conquistas da Constituição Federal.

Quero expressar minha preocupação, meu sentimento e pedir a colaboração dos expositores, porque estamos em um momento politicamente difícil. Houve no País um *impeachment*, que se associa a um golpe de Estado. O Brasil não está em uma situação política estável neste momento, e é nesse contexto que querem fazer uma reforma de tamanha complexidade, de tamanho impacto para milhões de brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - E haverá impacto na economia brasileira, porque o dinheiro da seguridade social no Brasil é destinado aos que ganham até 1 salário mínimo, que beiram 80% do total de beneficiários. Esse dinheiro vai direto para a economia, e cerca de 50% dele volta para os cofres do Governo, porque é dinheiro utilizado para consumo.

Portanto, perdoem-me os que defendem a reforma do jeito que foi apresentada, mas ela é um tiro no pé da economia brasileira e é, sobretudo, uma crueldade com os mais pobres. E olhem que ainda tem muita gente pobre nesses rincões.

Para finalizar, Presidente, quero dizer que ontem estivemos na abertura do Congresso da CONTAG. Muitos Parlamentares estiveram lá conosco. A CONTAG está aqui com mais de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do



Brasil. Eles são hoje mais de 12 milhões de famílias, que trabalham em regime de economia familiar.

O nosso companheiro do Banco Mundial saiu, mas quero dizer que há um grande contingente... Está aqui um ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Deputado Pepe Vargas, que sabe que essa gente produz quase 80% dos alimentos que vão para a mesa dos brasileiros. É, portanto, uma questão de segurança alimentar. E essas pessoas dependem daquilo que estamos retirando hoje da Constituição Brasileira, o direito de segurado especial, para receber um salário mínimo por mês na aposentadoria, independentemente de contribuição, assim como receber pensão por morte. Caso tenham pensão e aposentadoria, recebem dois salários. Indago: por que mexer neste momento nesse setor tão sensível da sociedade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Obrigado, Presidente.

Mais do que fazer perguntas, eu gostaria de registrar minha manifestação de indignação pelo processo que está sendo utilizado e pelo tipo de reforma que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Paso a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Givaldo Carimbão.

O SR. DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhores presentes, Nação brasileira, tenho 30 anos de mandato parlamentar, sendo 20 anos nesta Casa. Desde Fernando Henrique Cardoso, passando por Lula e Dilma, vejo que há necessidade de se fazer reforma política, reforma tributária, reforma da previdência. Então, é fundamental que, a cada momento, sejam feitas discussões sobre essas matérias, porque é evolutivo. Mas eu pergunto: que reforma é esta? E a quem vai atingir?

É verdade que a longevidade chegou. A expectativa média de vida do brasileiro está entre 75 e 76 anos — a expectativa de vida dos homens é de 72 anos; a das mulheres é de 78 a 79 anos. É verdade que aumentou o tempo de vida? É verdade. Mas que tipo de reforma nós vamos fazer? E vamos atingir quem?



Alguém defende taxar as grandes fortunas. Alguém diz que, em 1988, quando criou tributos como o PIS, a Constituição Federal visava dar sustentação à previdência social, porque a previdência cuida de ação social também. A Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS, por exemplo, faz parte desse contexto.

Mas não dá para aceitar algo que me permitam chamar de proposta para extermínio dos pobres. Se eu puder dar um nome a esta reforma, eu a chamarei de proposta para extermínio dos pobres.

Eu sou de Alagoas e vivo no sertão. Como sertanejo conheço a área rural. Pergunto: um trabalhador rural que trabalha com a enxada consegue se aposentar aos 65 anos? E, de acordo com a reforma, ele precisará contribuir para a previdência por 49 anos. Não vai conseguir se aposentar. Aos 62 anos ele não vai conseguir se aposentar também. Esse caminho não está certo.

Com todo o respeito aos militares, eu não posso aceitar também que sejam retirados da reforma da previdência o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. É como se o Governo dissesse: *“Não, vocês podem se aposentar aos 47, 48, 49 anos”*. O cara trabalha no ar-condicionado, num trabalho intelectual, e pode se aposentar aos 47 ou 48 anos! O Governo Federal não teve coragem de enfrentar as baionetas, mas teve coragem de enfrentar as enxadas dos pobres. Eu fico com a enxada dos pobres.

Não é justo que, para ter acesso ao BPC, o beneficiário tenha que chegar aos 70 anos. O que é isso? Aonde chegamos, pelo amor de Deus? O Governo não tem somente uma fonte. Nesse aspecto, a matemática não se resume a 2 mais 2 são 4, porque a receita é um todo, não é só uma parte. A previdência que o Governo administra não pode ser vista somente sob a ótica matemática. Ela tem de ser vista sob a ótica do ser humano também. O maior patrimônio que um país tem não é uma ponte ou um asfalto, mas a qualidade de vida de seu povo.

Companheiro Deputado Arlindo Chinaglia, companheiros aqui presentes, um Município que recebe 3 milhões de reais tem nos trabalhadores que recebem um salário mínimo de 1 milhão e meio a 2 milhões e meio de reais. Eu tenho cabelos brancos — não são pintados, não — e vivi a época dos saques. Tirem a aposentadoria desses pobres trabalhadores que deram sua vida na agricultura familiar para produzir alimentos que os saques voltarão neste País, e passaremos a



pagar 4 mil reais para manter cada um deles na cadeia, porque, obviamente, quando falta comida — ah, Jesus Cristo! —, só quem sabe é quem tem fome.

O Governo não teve coragem para enfrentar Exército, Marinha e Aeronáutica, mas teve para enfrentar os trabalhadores menos favorecidos. Eu fico com a voz rouca dos trabalhadores. Vocês conhecem a minha história. Aqui não há demagogia, não; não é porque haverá eleições aqui, ali e acolá, não. Não concordo e não aceito! Se há alguém que faz política com seriedade, entre tantos nesta Casa, eu estou nesse meio. Eu não vou deixar que o meu voto seja colocado naquele painel dizendo que vou privilegiar os privilegiados, em detrimento dos que mais sofrem neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao Sr. Deputado Major Olimpio, último inscrito. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, convidados, Brasil que acompanha nossos trabalhos, talvez seja redundante minha pergunta, mas, como a tenho feito desde o primeiro momento desta Comissão e da fala do Sr. Marcelo Caetano... Os dados que ele ficou de nos remeter...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já estão na Comissão, Deputado. Já estão disponíveis aqui.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Têm que estar disponíveis para nós, Sr. Presidente, porque sem nós termos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - É bom que o Brasil preste atenção, esta PEC do extermínio, como assinei num artigo para vários meios de comunicação — Deputado Givaldo Carimbão, nós usamos o mesmo linguajar, porque é o que acontece realmente: extermínio —, foi feita sem fundamentação. Eu vejo dizerem: “*Olha, é demagógico o debate* — Deputado Arlindo Chinaglia — *contra essa PEC*”. É bom que o Brasil saiba que o Secretário de Previdência é membro do conselho de administração de uma empresa da qual o Banco do Brasil é acionista. O Principal Financial Group estaria interessado em previdência privada, comércio, negócio. E recebe dinheiro. É legal, atende aos requisitos, mas é imoral, antiético.



E a fundamentação dos dados para esta PEC, dizem que está chegando agora para nós, na oitava ou nona audiência pública.

Quero cumprimentar todos que colaboraram aqui com a experiência dos seus países. Talvez, acompanhando nosso debate, digam: *“Nossa, mas não me questionam sobre o meu País!”* É válida, é fundamental a experiência, mas está completamente desvirtuada da nossa realidade. Houve desonerações, isenções, desvios e corrupção ao longo de muitos e muitos anos.

Cabe dizer: é próprio fazer a reforma? E, aí, vamos penalizar aqueles que estavam cumprindo a lei, que estavam contribuindo. Ninguém mais vai se aposentar. Quarenta e nove anos de contribuição! Quem dá emprego a alguém a partir dos 60 anos de idade neste País? Vamos deixar de hipocrisia! E não estou falando por conta de voto ou eleição, não, pois 2 anos nesta Casa já me deixaram enjoados.

Muitas vezes tenho ânsia de vômito quando saio do plenário ou mesmo da Comissão, devido à indignação da população, devido a saber que lá estamos articulando a mudança da lei para ver como vamos livrar quem está na lista da Odebrecht — se caixa um, caixa dois, caixa três, caixa o diabo! —, só para quebrar o galho neste momento. E o que está voltando de Ministro que está na delação...

O Presidente da República se aposentou com 50 anos de idade. Vai falar em moral e ética? Isso é vergonhoso! E vamos penalizar de novo o coitado, o trabalhador do campo, a mulher, o servidor, o policial.

Em relação aos policiais — sempre brinco com eles —, nós somos carro de locadora quando vai ser comprado: aparentemente é novo, mas o odômetro já virou duas, três vezes; está acabado fisicamente, psicologicamente, socialmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Vou concluir, Presidente.

É muito bem-vinda a experiência internacional. E agora vamos nos debruçar... Muito embora, o Sr. Marcelo Caetano, até então, debochou desta Comissão, empurrou... Queremos ver a fidedignidade desses dados, mas queremos muito mais. Cadê a auditoria do TCU? O Tribunal de Contas da União, no dia 16 de janeiro, avisou: *“Nós queremos uma auditoria porque não sabemos o que tem na Previdência”*. Então, não há moral para se votar esta PEC. E adianto o meu voto.



(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Olha, por enquanto V.Exa. não administra a Mesa, só lidera o Governo. V.Exa. não controla o tempo. Eu já disse ao Presidente que vou concluir.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - V.Exa. é marajá da Polícia, rapaz!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Eu não sou marajá da Polícia, não. Aliás, tenho trabalho de dedicação à população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor. Por favor.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Fique sossegado. V.Exa. é um papagaio do Governo e tem que falar as besteiras que quer e aqui todo mundo tem que engolir. Eu não vou te engolir, não, viu, rapaz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Não vou te engolir mesmo! Não vou te engolir mesmo! V.Exa. tenha postura e respeite os outros. Estou pouco me lixando se V.Exa. é Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, eu tenho a impressão de que nós temos que encerrar esta discussão neste ponto. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É, não custa caro e tem que ser mútuo. O Deputado disse que sai com vontade de vomitar da Comissão. Eu me sinto desrespeitado também. Não quis falar. Estou só lhe posicionando. Se acham que é tranquilo, eu não gosto disso.

Vamos em frente. Está encerrada esta fase.

Vou passar a palavra aos senhores expositores, mas antes vou acrescentar duas perguntas, se me cabe esse direito, sobre o que eu gostaria de ter conhecimento efetivo, ao Sr. Alberto de Mesa, do Chile, ao Sr. Ari Kaplan, do Canadá, e ao Sr. Giuseppe Ludovico, da Itália: nos seus países existe idade mínima para aposentadoria? Nos seus países a idade mínima para aposentadoria de policiais, professores e braçais é diferenciada? São as perguntas que lhes faço.

Vou passar a palavra, na ordem de apresentação, a todos os expositores.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já estão no *site* da Comissão. Os dispositivos estão sendo colocados à medida que chegam. Certamente, até à noite ou amanhã de manhã todos estarão disponíveis.

Passo a palavra ao Sr. Alberto Arenas, para as respostas e considerações finais, pelo tempo inicial de 10 minutos. É bastante coisa, tem que ser conciso.

O SR. ALBERTO ARENAS DE MESA (*Manifestação em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado, Presidente.

Começo pela sua última pergunta sobre se existe idade mínima para aposentadoria no Chile. Há bastante tempo existe idade mínima: mulheres, 60 anos; homens, 65 anos. Isso é padronizado para toda a população, exceto para o sistema de polícias e as forças armadas, que têm caixas públicas de repartição em que o Estado financia esses tipos de pensões. Elas têm outros tipos de regras. Mas, entre os civis, não existem diferenças em termos de aposentadora: mulheres, 60 anos; homem, 65 anos.

Eu anotei sete perguntas e levarei 1 minuto para cada uma. Assim terei tempo para responder a todas dentro do prazo que me deram.

Uma reforma previdenciária que avança em relação ao sistema previdenciário moderno não somente deve orientar-se a avançar no que tange aos seguros. Nós falamos em três dimensões: o seguro de renda, o seguro de solidariedade e a sustentabilidade. Esses três elementos são importantes. O sistema de investimentos que conseguir avançar nessas três dimensões, de uma forma ou outra, é o mais estável possível.

O Deputado Arlindo Chinaglia fez uma pergunta sobre como nós no Chile conseguimos parte dessa sustentabilidade com o fundo de reserva de pensões que nós tínhamos criado para oferecer sustentabilidade pelo menos durante 40 anos ao sistema.

Nós fizemos isso num momento em que houve um *boom*. Eu tinha, na direção de orçamento, a responsabilidade de conduzir esse projeto: nós gastamos todas as entradas agora ou economizamos parte delas para dar sustentabilidade ao sistema de pensões que nós queríamos reformar? Nós fizemos isto: nós economizamos parte das entradas nos fundos de reserva de pensões para proteger 60% das



peessoas mais vulneráveis, aumentando as pensões desses 60% mais vulneráveis, mas de maneira sustentável e financeira no tempo.

Nesse sentido, o senhor me consultou se aqui as propostas avançavam contra ou a favor da corrente? Essa foi a pergunta que me foi feita. Eu continuarei falando do Chile, não falarei do Brasil. Mas permita-me dizer-lhe que existe uma corrente de sustentabilidade muito forte, muito clara na procura do equilíbrio fiscal. Isso é obvio como a parametrização.

Com relação à corrente de proteção social da sustentabilidade, eu tenho mais perguntas do que respostas para dar. Na realidade, como nós dizemos no Chile, para a resposta definitiva seria absolutamente necessário conhecer o estudo atuarial e o estudo financeiro de cada uma das medidas para saber se existe ou não convergência com a sustentabilidade e com a proteção. Essa é uma resposta definitiva e essa me parece que é uma resposta séria.

A outra questão seria entrar numa microeconomia que efetivamente estaria fora da minha alçada responder.

O Deputado Alessandro Molon fez várias referências a minha experiência, mas isso tinha a ver com a economia política e com os acordos transversais.

Basicamente, o que eu queria compartilhar com vocês a respeito dessas escolhas e da experiência no Chile é que nós entendemos que mudanças permanentes — porque as reformas previdenciárias são permanentes — precisam de acordos transversais e de acordos permanentes. Por quê? Se existem maiorias transitórias que fazem mudanças permanentes, isso é bastante óbvio e não apenas nesse país — e eu não falo dele, mas da região —, nós criamos estabilidade no sistema. A estabilidade no sistema requer trabalhar também economia política não só no atuarial e no financeiro. É preciso haver equilíbrio, e o desenho financeiro é muito importante.

A outra pergunta que me foi feita é se no Chile nós melhoramos (*falha na gravação*) uma média de 45%. É bastante óbvio que isso não está de acordo. Nos primeiros *quintis* dos 40% mais pobres, você resolveu o problema, mas, com relação à classe média no Chile, nós ainda temos problemas muito substantivos.

Outro tema é capitalização individual. Eu assumo a parte da resposta que me compete, mas em que sentido? Não existe nenhuma reforma substitutiva de



repartição da capitalização individual, e o principal problema que existe é efeito fiscal da transição. Eu quero dar-lhes apenas um dado. No Chile a transição de provisão que nós tínhamos feito no Ministério da Fazenda foi de 5% em média por ano para essa transição. Ou seja, não existe *free lunch*. Não existe, mas isso resultou um almoço caro, os 5% do produto.

Para terminar, eu acredito que uma Sra. Deputada e alguns Deputados também mencionaram alguns itens para os quais eu gostaria de chamar a atenção.

Um bom desenho de um sistema de pensões demanda uma leitura bastante acurada do mercado de trabalho. Os textos e os tipos de previdência social... Eu dei aulas sobre isso na Universidade do Chile, no Departamento de Economia e de Previdência Social. Uma das primeiras coisas que ensinamos é que o sistema de pensões é um espelho do que acontece no mercado de trabalho. Portanto, ao desenhar um sistema de pensões, sem considerar ou levar em conta o que acontece no mercado de trabalho, é bastante difícil encontrar equilíbrio.

Então, a dimensão de gênero na nossa região, o que acontece com as mulheres na nossa região, efetivamente, se não se considerarem as condições de participação do trabalho delas nesse mercado de trabalho... Deve se considerar a dimensão de gênero nas reformas orientadas para a proteção social para que elas efetivamente avancem com maior solidariedade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós é que agradecemos, Sr. Alberto Arenas, sua importante contribuição.

Passo a palavra ao Sr. Ari Kaplan, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Toronto, Canadá.

O SR. ARI KAPLAN - (*Falha na gravação.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Em que canal está disponível a tradução em português? (*Pausa.*) Eu estou ouvindo no canal 6. Em que canal está disponível a tradução em português? (*Pausa.*) No canal 2.

Por favor, o senhor pode continuar.

O SR. ARI KAPLAN - Eu pensei que ninguém estava me entendendo. Quando mencionaram o Canadá, fiquei surpreso, porque não vi reação à piada que



fiz. Eu lhes darei algumas perspectivas do Canadá baseadas nas discussões que ouvi, para que os ajudem a progredir com esse tópico tão importante e emocional.

Esta tarde, eu mencionei que nós temos três camadas ou níveis no nosso sistema de aposentadoria. Eu entendo agora que há diferença entre o seu e o meu sistema, quando falam sobre um valor de substituição de 100%, que é o conceito mais estranho para mim. O nosso plano de CPP — *Canada pension plan*, um sistema universal e obrigatório de 14 mil dólares, vai substituir 20% da sua renda, na verdade. Por isso dependemos das outras camadas do nosso sistema, para que possamos permitir que as pessoas tenham uma aposentadoria digna.

Com o sistema de aposentadoria privada, se você estiver dentro dos 6 milhões dos canadenses, um terço dos trabalhadores, o seu CPP vai substituir 70%. Esse é o máximo que consegue substituir. Por isso nós temos a terceira camada, que é a poupança privada. É a única forma que você tem para poder substituir 100% do seu salário, da sua renda, depois de se aposentar.

Na verdade, as leis tributárias do Canadá proíbem a sua pensão ser 100% da sua renda. Essa é uma distinção muito clara entre o meu e o seu sistema. Isso mostra o equilíbrio do Canadá. Nós dependemos da responsabilidade individualizada, que com certeza é um termo muito forte quando você vem de uma região pobre. Eu entendo isso.

Agora quero falar sobre os pobres no Canadá, especialmente sobre as mulheres. Por exemplo, o grupo mais vulnerável no Canadá são as solteiras que têm mais de 65 anos de idade. De longe, esse é o grupo demográfico mais vulnerável. Essa é a área na qual nós temos mais trabalho a fazer.

Então, com relação à distinção da idade de aposentadoria entre homens e mulheres, é um conceito muito estranho que vocês tenham uma idade de aposentadoria diferente para homens e mulheres... *(Falha na gravação.)*

Quando nós distinguimos entre mulheres e homens, nós enxergamos a igualdade como vingança. A igualdade está lá, mas não está na substância, dada a diferença da pobreza, especialmente nesse campo das mulheres.

Em relação à idade mínima, eu quero ser claro para distinguir isso. Nós temos uma idade mínima. No plano de pensão do Canadá, como eu disse antes, a idade mínima é 60 anos com a redução atuarial, como o senhor disse quando eu não



estava entendendo. A idade para a aposentadoria normal é 65 anos. Esse é o padrão. No sistema privado, a idade mínima é 55 anos e não 60 anos, também com redução atuarial, a menos que você tenha um plano de pensão mais generoso. Você pode ter um plano de previdência mais generoso na empresa onde trabalha, com 55 anos, sem nenhum tipo de penalidade, sem nenhuma redução atuarial por ano. Mas precisa ser rico o suficiente seu fundo de previdência para dar isso para você. Por exemplo, os professores têm um plano em que podem se aposentar aos 55 anos.

Mencionaram também os policiais e outras indústrias em que não se pode trabalhar tanto tempo quanto em outras áreas. Nós temos algumas exceções no nosso sistema de previdência privado para os trabalhadores de emergência, como policiais, bombeiros e paramédicos que trabalham em ambulâncias. Essas são as três áreas em que se pode aposentar com 52 anos de idade, sem nenhuma redução, o que não poderia acontecer num plano de aposentadoria regular.

Então, vocês veem as diferenças. Quando ouvimos a idade de 40 e alguém se aposentando... Eu estou com 46 agora e poderia estar aposentado há 6 anos. É algo inimaginável para mim, mas eu entendo quando se tem uma média de vida de 70 anos. Isso faz bastante sentido.

Então, quando eu escuto todas essas conversas, mencionando as conexões entre o sistema de aposentadoria e o sistema de saúde, esses são apenas dois aspectos da equação, certo? Como nós ouvimos aqui, o trabalho de mercado, os direitos trabalhistas também estão muito ligados a essa matriz, aos fatores que entram nisso.

O sistema de impostos também está muito integrado naquilo que é relevante e bom no seu sistema de aposentadoria.

Então, é preciso olhar todos esses elementos combinados e começar de algum ponto. A sustentabilidade do sistema de aposentadoria me parece que é o que vocês estão buscando. No entanto, é apenas um entre muitos fatores.

Quero mencionar rapidamente a respeito de investimentos de planos de pensão. E ouvimos sobre isso. O plano canadense mínimo de aposentadoria tem investimentos em todo o mundo, são diversificados. Temos também, por exemplo, a propriedade de aeroportos no plano de pensão canadense. Eu não sei se existe no



Brasil. Não estamos apenas investindo em bônus do Governo, mas também em outras coisas. Temos um portfólio diversificado. Mas não é apenas isso.

Nos planos de aposentadoria, nas pensões no Canadá, assim como no plano dos professores, nos planos de saúde, também há investidores ativos, as pessoas de que estamos falando, acionistas, impostos de empresas e todos esses... A governança das corporações. Deveríamos saber que os grandes planos de aposentadoria no Canadá são bastante ativos e demandam uma prestação de contas em governança corporativa para poder manter o equilíbrio no mercado financeiro também.

Outro aspecto são os investimentos de fundo de aposentadoria para as pessoas, que se chamam PPPs — parcerias público-privadas. Os planos de aposentadoria são parceiros do Governo para projetos de infraestrutura. Todas as partes vencem, principalmente na área de construção. Trabalhadores da construção, trabalhadores da área elétrica, encanadores não podem trabalhar até os 60 anos de idade, como muitos fazem. Eles não têm idade de aposentadoria mais cedo, mas o plano os auxilia, enquanto eles estão trabalhando, na parceria com processos de infraestruturas, como estradas, pontes e construções. Existe uma sinergia nesse sentido, o que é bastante útil.

O ponto final que eu quero dar é quanto à inovação que nós ouvimos do Prof. Arthur Weintraub a respeito da iniciativa da aposentadoria em fase, tão importante, porque dá dignidade. O trabalho nos dá dignidade. Se você se aposenta aos 40 anos, sem mais trabalhar, não há muita dignidade. Então, é bastante importante.

Outro aspecto é a inovação que eu mesmo venho buscando implementar: a mediação, a resolução de disputas. Isso é algo que estou introduzindo no mundo do Direito Previdenciário. Eu sou a única pessoa no Canadá que está, como mediador, auxiliando as pessoas a resolverem disputas previdenciárias. A maioria é de pessoas da área trabalhista ou familiar, mas não há muitas de pensões.

Como a aposentadoria é algo tão emocional, como vimos diversas vezes hoje, a minha contribuição... Creio que algo em que podemos pensar é como auxiliar as pessoas, os Governos, maridos e esposas que estão se divorciando, a resolverem suas disputas em relação a aposentadorias e pensões de forma consensual. Esse é um assunto mais amplo, mas estou colocando aqui, introduzindo



esse projeto de mediação de pensões. A ideia é resolução de disputas, resolver questões de aposentadoria.

Então, há muito mais para se dizer (*falha na gravação*).

Muito obrigado por me deixarem estar aqui em seu País, trabalhando com vocês neste tema tão importante. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu entendi que no seu país 65 anos é a idade base e, com previdência complementar, é possível uma aposentadoria a partir dos 55. No momento talvez eu não estivesse suficientemente atento, e peço desculpas. Mas, em relação a estas três categorias, policiais, professores e trabalhadores braçais, existe idade mínima para aposentadoria?

O SR. ARI KAPLAN - Apenas para os trabalhadores emergenciais — policiais, paramédicos e bombeiros —, que podem se aposentar aos 52 anos. Os professores não. Os professores podem se aposentar tão cedo somente se seus planos de aposentadoria forem muito generosos. A idade regular é 65 anos. Se você não está em um plano generoso, pode se aposentar à idade de 55, com redução atuarial. Isso faz sentido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E as Forças Armadas?

O SR. ARI KAPLAN - Elas têm o seu próprio plano de aposentadoria, que não é regido pelo direito à aposentadoria. É um estatuto diferente, é algo distinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor lembra se existe uma idade mínima distinta para a passagem para a reserva, é como tratamos aqui o momento em que o militar sai da ativa, do exercício diário da sua profissão?

O SR. ARI KAPLAN - Sim. Eles têm uma aposentadoria mais cedo, como mencionei, porque é uma lei diferente. Eu não sei dizer a idade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O.k. Agradeço, em nome do Parlamento brasileiro e da nossa Nação, sua disponibilidade em contribuir neste momento especial da vida do nosso País.

Concedo a palavra ao Sr. Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub, Professor da UNIFESP.

O SR. ARTHUR BRAGANÇA DE VASCONCELLOS WEINTRAUB - Eu queria agradecer muito ao Deputado Arthur Oliveira Maia, ao Sr. ao Marcelo Lapa a organização do evento. Eu cheguei a ouvir até na televisão, e alunos disseram: “Mas



não tem especialista nessa reforma". Então, agradeço a chance que foi dada para a exposição de ideias, de maneira democrática. Podemos falar o que queremos.

Quero dizer que é algo em que acreditamos. Na UNIFESP temos um Centro de Estudos em Seguridade, uma associação de professores, sem fins lucrativos. Nele houve o convite ao Prof. Abraham e à Wilma, Diretora de Atuária do CES. Eles vieram por conta deles para cá. Aqui, do Banco Mundial, quem paga é o FMI.

Mas nós acreditamos porque eu fiquei muito emocionado com o Deputado Marcelo Castro, que elogiou a reforma em fases, com os Deputados Alessandro Molon, Arlindo Chinaglia, porque é uma ideia que reverberou, aconteceu.

E a chance que nós temos aqui, se vocês puderam entender comigo, é que ninguém faz nada sozinho. Eu não estou tirando isso da cartola, inventando a roda. O Prof. Ari Kaplan, o Prof. Giuseppe Ludovico fazem parte disso, professores das universidades do Chile, de Harvard, e de outras que estão conosco nesse estudo. O Prof. Ari e o Prof. Giuseppe deixaram suas agendas nos seus países, longe, deles para virem para cá.

Então, é um momento que nós temos para fazer uma reforma. Primeiro, quando eu ouço *"Não precisa fazer reforma. Está tudo certo."*, eu digo: o meu avô, marajoara, me ensinou: *"Você tem que estudar, estude e veja a verdade"*. (Palmas.) Max Horkheimer escreveu o seguinte — um aluno me trouxe: *"A ciência..."* Não sou eu que estou dizendo, é Max Horkheimer: *"A Ciência é burguesa e a Matemática está a serviço do capitalismo"*.

O que estou defendendo aqui é o pobre. Se você gasta 12,6% do PIB com aposentadorias no Brasil... E isso vai piorar! Todo mundo aqui concordou que a população está envelhecendo e ninguém está tendo filho! Todos vão concordar: 12,6% do PIB, e está piorando. Alguma coisa precisa ser feita! Gastam-se menos de 5% com educação e menos de 5% com saúde! Alguma coisa precisa ser feita.

Tema complexo é tema complexo. Aí, você pega problemas específicos no Brasil, como no Nordeste. Eu tenho um livro, que publiquei em 2002, ou 2001, em que eu falava da "feira do veio do Nordeste", porque no Nordeste só tinha dinheiro de "veio" que recebia aposentadoria do INSS.

Então, é questão social. Exato. Só que você tem que abordar isso de forma interdisciplinar. Não é só matemática. No Brasil, é a questão do purismo: o cara de



Direito só fala em Direito; o especialista em Economia só fala em Economia; o atuário só fala em Estatística e Matemática. Isso é interdisciplinar: você lida com social, Economia, Atuária e Direito.

Pegando o exemplo do Canadá, lá é possível receber aposentadoria abaixo do salário mínimo. É possível. O Prof. Ari acabou de dar até exemplos de aposentadorias em que o trabalhador aposenta-se antes. Existem exemplos.

Mas eu dou aqui o exemplo dos Estados Unidos. O professor de Harvard não pôde vir, mas, nos Estados Unidos, o delta de diferença, o prisma de diferença de aposentadorias é entre mil e 2 mil dólares. O máximo que alguém recebe no Social Security, nos Estados Unidos, é 2 mil dólares, e o mínimo, mil.

Então, é essa dicotomia, também, que precisa ser reestudada.

Mas, do ponto de vista de oportunidade, o que me deixou muito feliz e honrado foi vários Deputados elogiando esta novidade — porque não se ouve nada de novo no Brasil há 40 anos — que é aposentadoria fásica. Existem estudos sobre isso, que vão ser disponibilizados. O Centro de Estudos em Seguridade, de professores da UNIFESP, tem todo um estudo econômico, todo um estudo atuarial que mostra que ela é fiscal e socialmente equilibrada.

E, dentro desse orçamento de Seguridade Social, tratando de tempo de contribuição, como foi perguntado, se você pegar a questão do trabalhador rural e me perguntar: *“Professor Arthur, o senhor é a favor da proteção social ao trabalhador rural?”*, é evidente que eu sou! *“E se ele não conseguir contribuir com nada, o senhor acha que tem que pagar?”* Acho que tem que pagar, mas não se paga com a rubrica de Previdência, porque Previdência é contribuição. *“Não, é contribuição! Tem que pagar mesmo sem ter dinheiro! Tem imposto!”* Não! O art. 40 da Constituição e o art. 201 da Constituição falam do princípio do equilíbrio financeiro atuarial. Quem fala isso está pregando algo inconstitucional!

Então, quer pagar um benefício assistencial, pague um benefício assistencial, não com o nome “previdenciário”, porque aí, você embola tudo e causa um problema para quem é mais pobre. Sabe por quê? Porque se você gastar demais, vai chegar à seguinte situação: *“Vamos imprimir dinheiro! Um pouco de inflação não faz mal para ninguém”*. A minha sogra é enfermeira aposentada, e ela me disse assim: *“Olha, o que eu fazia quando a inflação era de 80% ao mês? Eu comprava lata de óleo no*



começo do mês, porque no começo do mês eu comprava cinco e, no final do mês, eu comprava duas". Quer dizer: a defesa do pobre é comprar lata de óleo.

Então, quem fala: "*Não, gasta, continua gastando!*" Isso sem falar que tem um estudo, publicado num jornal, recentemente, que mostra gente ganhando 60 mil de aposentadoria, 60 mil de pensão. Então, falam: "*Não pode mexer com aposentadoria e pensão*". Tem gente que está ganhando 60 mil!

Então, a proteção do pobre passa pela proteção atuarial. "*Gasta demais, arrebenta tudo, continua como está!*" "Bônus demográfico." Nenhum dos técnicos aqui vai duvidar que a questão demográfica é mundial. "*Ah, mas tem país que não tem problema.*" Tem! Falei para o Prof. Ari e para o Prof. Giuseppe: em Serra Leoa, a expectativa de vida é 36 anos de idade. Lá não tem problema de previdência. Agora, no Brasil, graças a Deus, o brasileiro está vivendo mais. Só que há brasileiros, e regiões de brasileiros, em que a pessoa vive pouco.

Então, É preciso fazer adaptações, e aposentadoria fásica, para pobre — lá fora é para rico; lá fora é para o cara que tem *mentoring*, quer dizer, tem capacidade intelectual; aqui, essa adaptação para pobre pode virar um exemplo para o mundo. O Brasil tem a chance de virar exemplo. Foi por isso que veio gente de São Paulo, a expensas próprias, porque há a chance aqui — o Prof. Ari teve custos para estar aqui, pois perdeu compromisso, Prof. Giuseppe —, há a oportunidade... Os estrangeiros viram que é uma oportunidade única de ajudar um País gigantesco. Um exemplo: o Prof. Ari e o Prof. Giuseppe disseram: "*O Brasil é importantíssimo internacionalmente. Vocês não fazem ideia de como é importante o Brasil*".

Então, esta é a oportunidade que nós temos, aqui, neste momento. "*Ah, mas não podemos fazer!*" É importante a reforma? Lógico! Há gente lá fora olhando para nós. A capa da revista *The Economist*: Reforma da Previdência. Vira agora e diz: "*Não vamos fazer nada!*" O estrangeiro vai arrepiar.

Eu sou do time do Brasil. Eu quero proteger o Brasil. Não podemos ser irresponsáveis. Façam a reforma! Não dá para fazer a reforma fásica, embora esteja na pauta? Vamos estudar; para mim é uma maravilha; façam um plebiscito para ver se o povo concorda. O povo vai concordar, eu garanto para V.Exas. O povo vai concordar. Se V.Exas. disserem para o pobre — para um pedreiro, para um trabalhador braçal — que ele vai receber algum antes do 65 anos, ele vai ter um



alívio, Deputado; ele vai ter um alívio. Peguemos um motorista de ônibus, naquele estresse; uma motorista; uma carteira, a mulher que carrega cartas no ombro, no sol, e ela vai dizer: *“Pelo amor de Deus, me deem uma ajuda!”*.

Então, isso aqui é juntar a técnica... Isso é tudo estudo técnico. Eu não fiz isso sozinho; é um estudo técnico. É algo que já foi falado lá fora. Já publiquei a respeito disso há 15 anos — quer dizer, você publica algo depois de tê-lo estudado. E o livro é citado nos grandes tribunais brasileiros. Quer dizer, está sedimentado o estudo.

Eu queria agradecer muito por esta oportunidade.

Aos Deputados que citaram a reforma fásica: essa reforma foi publicada na *Revista de Direito da Seguridade Social da Universidade do Chile* e foi publicada na revista da UNIFESP — Universidade Federal de São Paulo, a *Revista Brasileira de Previdência*.

Então, reitero os meus agradecimentos, reitero o orgulho de ter composto esta Mesa e estendo os meus agradecimentos ao meu xará Deputado Arthur Oliveira Maia, ao Marcelo Lapa e também aos professores que me ajudaram nesses estudos. Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Sr. Arthur.

Passamos a palavra ao Sr. Carlos Garavelli, Diretor do Centro de Ação Regional da Organização Iberoamericana de Seguridade Social para o Cone Sul — OISS.

O SR. CARLOS GARAVELLI - Obrigado, Sr. Presidente, serei breve.

Eu nunca fui Deputado — eu não sei se dou graças a Deus ou se lamento... Bem, graças a Deus!

Nós vivemos duas fases, uma de um seminário, até a primeira hora, até que possamos então tomar um café, e logo como uma reunião de Câmara dos Deputados, com uma série de exposições muito efervescentes, calorosas. Nós podemos considerar o que estava sendo perguntado a mim. E se me dizem... Claro, eu participei de muitos seminários. Tenho 33 anos de serviço. Acho que tenho bastante tempo para poder contribuir. Mas eu vou responder aqui a respeito do que foi dito e também falar um pouco das coisas que eu gostaria de colocar.

Não sei se os Deputados ficaram para ver essas respostas. Não sei...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ainda temos muitos Deputados aqui.

O SR. CARLOS GARAVELLI - Ainda temos.

Bom, eu gostaria de aprofundar alguns dados referentes aos representantes da Enfermagem. São 120 horas por semana de trabalho, (*ininteligível*) turnos que eles trabalham, então, seriam como 4 milhões de pessoas trabalhando na Enfermagem. Esse número para mim é complicado — eu trabalho nesse tema.

Bom, em relação às perguntas. O que eu penso? Eu acho que podemos observar se podemos considerar somente o tempo de contribuição, sem considerar a idade. Eu acho que não, salvo se aumentasse muito o tempo de contribuição.

O que significa esse sentido demográfico?

Perguntaram-me também sobre o agricultor, o trabalhador de agroecologia. Eu acho que seria uma resposta bem colocada pelo nosso Professor, a quem considero — aprendi muito com o Ministro Arenas — e uma maneira de contribuir. Nós chamamos na Argentina de tributo. É feito um pagamento desses possíveis... (*Falha na gravação.*) ...resistir ao que seria uma maneira integral, uma taxa de substituição de 100%, que eu acho que seria interessante. E seria otimista, porque eu não conheço muitos desses tipos de trabalho.

Mas as outras perguntas foram feitas de maneira, digamos, solta.

Eu vou falar sobre a transição em um momento de crise: se se poderia fazer uma reforma num momento como esse. Vou falar deles. Eles têm um ideograma, que são essas letras, símbolos. Eles têm outros tipos de componentes. Para os chineses e para mim, a crise é uma oportunidade de mudança; é uma necessidade de mudança. Eu não vou me meter, obviamente, no sistema brasileiro, mas se pode ser feita na crise? Eu acho que sim. Tudo pode ser feito na crise. É o meu ponto de vista.

Já com respeito ao estabelecimento de uma reforma de um Governo de baixa legitimidade, isso me surpreendeu. Estamos no Palácio Legislativo, com Deputados desta Nação, que, definitivamente, são legitimadores desse Governo, para que ele esteja funcionando. Então, qualquer projeto que passe por aqui, seja aprovada ou não, tem uma legitimidade.



Se eu olhar para a minha esquerda, verei que, no ano de 1981, o Chile estabeleceu uma reforma com um dos governos mais legítimos que pôde haver na história, como também houve na Argentina e no Uruguai, não lembro exatamente o ano. Mas se constituiu um sistema que perdurou no Chile, que foi reformado no ano de 1986, e agora foram preparadas novas reformas. E, sem dúvida alguma, nós estamos praticando uma cobertura provisional dentro de um ponto de vista econômico.

Então, quanto aos fundos de pensão tratados no Chile, eu não diria nada em relação a ter um Governo com baixa ou não legitimidade. Eu acho que, neste caso, está muito garantido pela presença de V.Exas.

Eu fiquei meio — digamos — chocado com as informações de um modelo atuarial. Estamos falando de um modelo de estudo atuarial que seria uma possível reforma. Ou seja, não é um modelo, mas, sim, um diagnóstico.

E não muda tão rapidamente. Nós estamos falando de um estado atuarial de um tempo atrás? Pode ser. Mas estamos falando de ter um modelo atualizado. Eu sei que existia — eu já o conheço; muitos de vocês devem conhecê-lo —, mas, 2 anos atrás, por exemplo...

Vocês são de que partido?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Rede.

O SR. CARLOS GARAVELLI - Bom, estamos falando de algo que antes havia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS GARAVELLI - Então, faz tempo que não se faz pública, não é? Então, isso, para mim, é um erro. Eu acho que isso deveria ser revisto.

Com respeito à gradatividade, ao que o nosso companheiro falava aqui à Mesa, de uma universidade daqui do Brasil, há, sim, exemplos de pessoas que podem ir se aposentando e ascendendo a esses benefícios de aposentadoria parcialmente, ao passo que vai chegando a sua determinada idade. Eu me lembro que, na Espanha, isso aconteceu há uns 15 anos. Eles vão tendo uma pequena — obviamente, muito pequena...

A partir da sua contribuição, então, pode-se estabelecer, sim, um sistema gradual, para poder fazer a cobertura. Não sei qual motivo não podem chegar a



completar, quando se trata de uma quantidade de anos de contribuição. E, depois, eles vão chegando à sua idade determinada — na Espanha, seria 67 anos a idade máxima. Então, eles vão tendo esses valores entre 65, 67. Em 24 meses, vão se somando, de acordo com o seu grau de envelhecimento.

Eu acho que nenhuma das perguntas ficou pendente.

Agradeço muito a vocês. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, acho importante esclarecer, porque tanto o Sr. Kaplan como o Sr. Carlos Garavelli fizeram referência a, eventualmente, ter taxas de reposição de 100% no sistema previdenciário brasileiro, o que não ocorre. O Regime Geral da Previdência não tem taxa de reposição de 100%. Talvez, alguém, na sua intervenção, tenha passado a ideia de que há taxas de reposição de 100% em nosso sistema. Teria, no passado, para alguns servidores públicos; no caso dos militares, ainda persiste; porém, no Regime Geral da Previdência, não existe mais.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - No salário mínimo, sim.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Ah, não!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Quem ganha um salário mínimo, o que são dois terços dos brasileiros, tem 100% do ganho real.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Que a informação conste na... Não existe a necessidade de interpretar todas as palavras colocadas.

O SR. CARLOS GARAVELLI - Quando se tratou das perguntas, eu estava falando justamente disso. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passo a palavra ao Sr. Giuseppe Ludovico, Professor de Direito Previdenciário na Universidade de Milão, na Itália.

O SR. GIUSEPPE LUDOVICO - Obrigado.

O último tem uma grande responsabilidade. Para deixar uma boa lembrança, deve ser rápido. Eu vou ser rápido.

Agradeço, também, ao Deputado Arthur Oliveira Maia; agradeço ao Deputado Carlos Marun; agradeço, sobretudo, aos meus amigos Arthur Bragança e Abraham Bragança pelo convite para participar desta reunião, o que foi, muito sinceramente,



muito interessante. A troca de experiências é sempre positiva, não só para o Brasil, neste caso, mas também para a Itália.

Vou ser rápido, como já disse.

A taxa de reposição na Itália nunca de 100%, nem no passado, e menos ainda vai ser no futuro.

Quanto ao tempo de contribuição, o representante do Banco Mundial disse que na Itália existe aposentadoria por tempo de contribuição. Temos que esclarecer esse conceito. O que é o tempo de contribuição? Depende de quanto tempo de contribuição. Porque na Itália a aposentadoria por idade nesse ano é aos 66 anos e 7 meses. A aposentadoria por tempo de contribuição é com 42 anos e 10 meses, com uma média de primeiro emprego que é de 26 anos. A soma total é mais do que a da aposentadoria por idade. Então, não significa nada tempo de contribuição. Depende do tempo de contribuição, depende das características do mercado de trabalho, depende de muitos, muitos, muitos fatores.

Aposentadoria especial. Na Itália temos uma aposentadoria especial, mas não é por categoria; é por risco específico de um trabalhador em particular. O que isso significa para os policiais? O que isso significa para os professores? Depende de onde trabalham, do risco efetivo, do tipo de risco.

Vou dar um exemplo. Na aposentadoria para os militares, nem todos têm uma aposentadoria especial, só os militares que enfrentaram risco maior por causa do trabalho. Todos os outros fazem um trabalho administrativo normal.

Essa é a regra na Itália. Temos uma tabela de pessoas com trabalho especial, e não de categoria com aposentadoria especial. São essas pessoas que têm uma aposentadoria especial. Essas pessoas têm direito a essa aposentadoria só se trabalharem pelo menos por 20 anos naquele tipo de trabalho. Por quê? Porque, do contrário, seria um privilégio. Do contrário, seria um privilégio para qualquer policial, qualquer militar que estivesse fazendo um trabalho normal, que não enfrentasse um risco maior do que o de um simples empregado administrativo de uma empresa privada ou de uma empresa pública. Por quê? Qual é a razão da aposentadoria especial dele? Não é o risco! Não é uma maior fadiga do trabalho!

Então, no sistema italiano temos uma tabela pela qual, a cada 3 anos de trabalho, 1 ano de contribuição vai se somar ao trabalho efetivo.



Muito, muito, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Bom, chegamos ao fim desta reunião, e eu gostaria de fazer algumas observações.

Ao meu lado, o Ministro Alberto comentava comigo sobre o nível das manifestações dos Parlamentares e exaltava, em *off*, o nível do Parlamento brasileiro. Eu quero tornar público isso. *“Os Parlamentares estão com um nível de discussão altamente qualificado”*. É claro que eu não vou colocar o que aconteceu naquele momento em que efetivamente ele não esteve à altura do Seminário e da discussão que aqui nós tivemos.

Eu também, ao findar cerca de 7 horas de Seminário, entendo que nós realizamos uma discussão profícua. Todos nós que acompanhamos este Seminário, que tentamos nos qualificar, certamente, saímos mais preparados para o debate. E este, eu entendo, foi um grande momento no trabalho da nossa Comissão.

Parabéns a todos os senhores!

Amanhã, às 14 horas, nós temos eleições para as Vice-Presidências da Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não consegui entendê-lo, Deputado Chinaglia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim. Os palestrantes todos se dispuseram a estar aqui, a se deslocar dos seus países, com aquele desejo de contribuir.

Eu volto a afirmar: a Comissão não é lugar para teatralização. Nós temos, sim, opiniões muito divergentes e temos condição de sustentar, com propriedade e com argumentos, as nossas posições. Não precisamos teatralizar, nem faltar com o respeito uns com os outros, para que este trabalho avance.

Eu saio feliz por ter participado deste Seminário. Repito o agradecimento.

Vou encerrar os trabalhos, antes convocando para amanhã, às 14h, reunião para a eleição dos Vice-Presidentes da Comissão e, na sequência, realização de audiência pública.

Muito obrigado a todos os senhores que nos acompanharam até agora, nos prestigiaram e engrandeceram este Seminário.

Obrigado. *(Palmas.)*